



Número: **0801234-34.2020.8.15.0181**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **4ª Vara Mista de Guarabira**

Última distribuição : **22/04/2020**

Valor da causa: **R\$ 14.300,00**

Assuntos: **Seguro**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ALEX CARVALHO SANTOS (AUTOR)		RAILSON SANTOS DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)		SUELIO MOREIRA TORRES (ADVOGADO)	
JANIO DANTAS GUALBERTO (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
30046284	22/04/2020 09:25	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
30046287	22/04/2020 09:25	<a href="#">ALEX CARVALHO SANTOS - Ação cobrança DPVAT - concessão parcial - DAMS</a>	Outros Documentos
30046289	22/04/2020 09:25	<a href="#">CNH</a>	Documento de Identificação
30046290	22/04/2020 09:25	<a href="#">comprovante_residência</a>	Outros Documentos
30046292	22/04/2020 09:25	<a href="#">procuração_declarção_hipossuficiência</a>	Outros Documentos
30046293	22/04/2020 09:25	<a href="#">boletim_ocorrência</a>	Outros Documentos
30046294	22/04/2020 09:25	<a href="#">doc_veículo</a>	Outros Documentos
30046298	22/04/2020 09:25	<a href="#">resultado_administrativo_01</a>	Outros Documentos
30046499	22/04/2020 09:25	<a href="#">resultado_administrativo_02</a>	Outros Documentos
30046500	22/04/2020 09:25	<a href="#">resultado_administrativo_03</a>	Outros Documentos
30046501	22/04/2020 09:25	<a href="#">declaração_médica</a>	Outros Documentos
30046504	22/04/2020 09:25	<a href="#">parecer_perícia_médica</a>	Outros Documentos
30046506	22/04/2020 09:25	<a href="#">recibo_pronto_socorro</a>	Outros Documentos
30046507	22/04/2020 09:25	<a href="#">relatório_cirurgico</a>	Outros Documentos
30046508	22/04/2020 09:25	<a href="#">dams_01</a>	Outros Documentos
30046510	22/04/2020 09:25	<a href="#">dams_02</a>	Outros Documentos
30046511	22/04/2020 09:25	<a href="#">dams_03</a>	Outros Documentos
30049039	22/04/2020 10:18	<a href="#">Decisão</a>	Decisão

30056 293	22/04/2020 12:33	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
30698 186	15/05/2020 11:36	<a href="#">Contestação</a>	Contestação
30698 194	15/05/2020 11:36	<a href="#">KIT_SEGURADORA_LIDER</a>	Outros Documentos
30698 196	15/05/2020 11:36	<a href="#">2717184_CONTESTACAO_Anexo_06</a>	Outros Documentos
30698 198	15/05/2020 11:36	<a href="#">2717184_CONTESTACAO_Anexo_05</a>	Outros Documentos
30698 700	15/05/2020 11:36	<a href="#">2717184_CONTESTACAO_Anexo_04</a>	Outros Documentos
30698 705	15/05/2020 11:36	<a href="#">2717184_CONTESTACAO_Anexo_03</a>	Outros Documentos
30698 707	15/05/2020 11:36	<a href="#">2717184_CONTESTACAO_Anexo_02</a>	Outros Documentos
30698 710	15/05/2020 11:36	<a href="#">2717184_CONTESTACAO_01</a>	Outros Documentos
30717 293	15/05/2020 21:03	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
30781 429	19/05/2020 15:55	<a href="#">Habilitação em processo</a>	Petição de habilitação nos autos
32760 799	29/07/2020 15:14	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
32762 213	29/07/2020 15:22	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
32762 214	29/07/2020 15:22	<a href="#">Jânio Dantas Gualberto _ curriculum</a>	Outros Documentos
32762 717	29/07/2020 15:28	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
32946 545	05/08/2020 10:09	<a href="#">Petição</a>	Petição
32946 546	05/08/2020 10:09	<a href="#">2717184_PETICAO_DE_QUESITOS_01</a>	Outros Documentos
33104 144	11/08/2020 15:53	<a href="#">Petição</a>	Petição
33104 147	11/08/2020 15:53	<a href="#">2717184_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_Anexo_02</a>	Outros Documentos
33104 402	11/08/2020 15:53	<a href="#">2717184_JUNTADA_HONORARIOS_PERICIAIS_01</a>	Outros Documentos
33667 731	27/08/2020 10:26	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
33667 736	27/08/2020 10:26	<a href="#">DJO 0801234</a>	Documento de Comprovação
33711 017	28/08/2020 09:05	<a href="#">Mandado</a>	Mandado
33748 368	29/08/2020 12:19	<a href="#">Diligência</a>	Diligência
33748 369	29/08/2020 12:19	<a href="#">Alex Carvalho Santos neg</a>	Devolução de Mandado
34322 956	15/09/2020 13:12	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
34322 959	15/09/2020 13:12	<a href="#">PERÍCIA ALEX</a>	Laudo Pericial
34571 209	22/09/2020 10:56	<a href="#">Ofício</a>	Ofício
34597 916	22/09/2020 12:17	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
34597 920	22/09/2020 12:17	<a href="#">EMAIL 0801234</a>	Documento de Comprovação
34597 947	22/09/2020 12:21	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
34760 199	25/09/2020 12:50	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
34760 205	25/09/2020 12:50	<a href="#">OFICIO N 4182020 COMPROVANTE</a>	Documento de Comprovação
34979 934	01/10/2020 11:09	<a href="#">Petição</a>	Petição

34979 936	01/10/2020 11:09	<a href="#">2717184_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A_nexo_03</a>	Outros Documentos
34979 940	01/10/2020 11:09	<a href="#">2717184_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_A_nexo_02</a>	Outros Documentos
34979 941	01/10/2020 11:09	<a href="#">2717184_IMPUGNACAO_AO_LAUDO_PERICIAL_01</a>	Outros Documentos
36009 567	28/10/2020 10:34	<a href="#">Certidão de Decurso de prazo</a>	Certidão de Decurso de prazo
36046 070	28/10/2020 20:37	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
37602 931	09/12/2020 10:51	<a href="#">Sentença</a>	Sentença
37602 932	09/12/2020 10:51	<a href="#">DPVAT - Invalidez - Punho - Alex Carvalho x Seg. Líder - 2020</a>	Documento de Comprovação
38557 031	20/01/2021 12:31	<a href="#">Petição</a>	Petição
38557 032	20/01/2021 12:31	<a href="#">2717184_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_Anexo_03</a>	Outros Documentos
38557 034	20/01/2021 12:31	<a href="#">2717184_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_Anexo_02</a>	Outros Documentos
38557 035	20/01/2021 12:31	<a href="#">2717184_PETICAO_DE_JUNTADA_DE_LIQUIDACAO_01</a>	Outros Documentos
38696 479	25/01/2021 12:32	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
38696 487	25/01/2021 12:32	<a href="#">DJO - 0801234-34.2020.815.0181</a>	Documento de Comprovação
38696 679	25/01/2021 12:36	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
38791 839	27/01/2021 12:41	<a href="#">Petição</a>	Petição
38791 841	27/01/2021 12:41	<a href="#">Petição_liberação_valor</a>	Outros Documentos
38791 844	27/01/2021 12:41	<a href="#">Contrato_honorarios_parte01</a>	Outros Documentos
38791 845	27/01/2021 12:41	<a href="#">Contrato_honorarios_parte02</a>	Outros Documentos
38816 307	02/02/2021 09:24	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
39468 053	15/02/2021 10:28	<a href="#">Certidão Trânsito em Julgado</a>	Certidão Trânsito em Julgado
39470 809	15/02/2021 12:07	<a href="#">Alvará de Levantamento</a>	Alvará de Levantamento
39471 392	15/02/2021 12:07	<a href="#">Alvará de Levantamento</a>	Alvará de Levantamento
39538 149	16/02/2021 17:04	<a href="#">Cálculos</a>	Cálculos
39538 154	16/02/2021 17:04	<a href="#">0801234-34.2020.8.15.0181 Cálculo das Custas</a>	Cálculos
39548 276	17/02/2021 07:32	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
39548 278	17/02/2021 07:32	<a href="#">EMAIL ALVARAS 59 e 60</a>	Documento de Comprovação
40513 987	11/03/2021 15:22	<a href="#">Petição</a>	Petição
40513 993	11/03/2021 15:22	<a href="#">2717184_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINAIS_Anexo_02</a>	Outros Documentos
40513 994	11/03/2021 15:22	<a href="#">2717184_JUNTADA_DE_CUSTAS_FINAIS_01</a>	Outros Documentos
40612 893	15/03/2021 09:17	<a href="#">Certidão</a>	Certidão

Petição e documentos em anexo.







**Railson Santos**  
Advocacia

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
VARA DA COMARCA DE GUARABIRA – PARAÍBA**

- JUSTIÇA GRATUITA

- INTERESSE NA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

O Sr. ALEX CARVALHO SANTOS, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no R.G. sob o nº 468243495 (SSP-SP) e no C.P.F./M.F. sob o nº 377.875.848-90, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora das Graças, nº 35, Bairro Bela Vista, na cidade de Araçagi-PB, CEP nº 58.270-000, por intermédio de seu advogado signatário, constituído nos termos do instrumento procuratório em anexo, com endereço na Rua XV de Novembro, nº 5, sala 1, Centro, na cidade de Guarabira, onde recebe intimações e comunicações de estilo, vem, respeitosamente, perante V. Exa., ajuizar a presente

## **ACÃO DE COBRANÇA**

Em desfavor de SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO S. A., CNPJ 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP.: 20031-205; pelas razões que passa a expor:

### **DOS REQUERIMENTOS INICIAIS**

#### *Justiça Gratuita*

O PROMOVENTE é pobre na forma da lei e não dispõe de recursos para custear as despesas do processo sem prejuízo de seu sustento e de sua família.

Por isso, a parte AUTORA faz jus a concessão dos benefícios da assistência judiciária gratuita, nos termos do art. 5º, LXXIV, da CF/88 e do art. 98 do NCPC.

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn\_santos@hotmail.com



## DOS FATOS

No dia 04 de março de agosto de 2018, o PROMOVENTE sofreu um acidente de trânsito em sua motocicleta marca HONDA FAN, Placa QFA-8287, quando ao sair do seu estabelecimento comercial perdeu o controle, caindo ao solo, sofrendo sérios danos físicos. (conforme prova boletim de ocorrência em anexo).

Em virtude do suscitado acidente, segundo consta o laudo médico emitido pelo **Dr. Temístocles de Almeida Ribeiro Filho, CRM/PB nº 7618**, o PROMOVENTE foi acometido da seguinte mazela:

✓ **CID 10 S52.5** - Fratura Exposta do Rádio Distal Direito;

Complementa o expert acima afirmando que o PROMOVENTE teve que passar por um procedimento cirúrgico, sendo necessária a colocação de Placas e Parafusos Corticais, além de fios Kirshned. (laudo médico e prontuário em anexo).

**Assim, a parte autora, como se nota, sofreu sérios danos devido ao sinistro, restando na considerável limitação física que ainda hoje lhe impede, de forma acentuada, de retomar as suas atividades normais. Encontra-se debilitado, sente dores, não se movimenta com facilidade, sente dificuldades para a realização de simples afazeres domésticos.**

Diante da perda parcial da capacidade física, tendo em vista ainda o caráter permanente da mazela que o debilita, observa-se que o PROMOVENTE faz jus a receber a indenização do seguro DPVAT.

Nesse contexto, o PROMOVENTE, preenchendo os requisitos para o recebimento da indenização, encaminhou o seu pedido para a empresa ré. Juntamente com os documentos pertinentes, legalmente previstos e que são costumeiramente solicitados, requerendo administrativamente a quantia a que faz jus em decorrência do Seguro Obrigatório (DPVAT/INVALIDEZ), o PROMOVENTE teve seu pedido autuado com o número de sinistro nº **3180303152**.

Certo do recebimento da indenização em conformidade com a gravidade de sua invalidez, a parte autora aguardou resposta da ré, tamanha fora a surpresa desta quando informado do pagamento da indenização, não por sua confirmação, o que seria inevitável, mas pelo montante pago pela demandada.

**De acordo com o documento anexado aos autos, a empresa ré efetuou o pagamento de valor IRRISÓRIO, não condizente com a gravidade da lesão sofrida pelo PROMOVENTE e com a invalidez permanente que este adquiriu. Ou seja, após a análise do pedido feito administrativamente, o requerente recebeu o valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).**

Tal entendimento e enquadramento apresentado como caracterizador do pagamento não é condizente com a previsão legal e com a seriedade da lesão sofrida.

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn\_santos@hotmail.com



Conforme já foi explanado, é evidente que o dano sofrido pelo PROMOVENTE lhe gerou perda funcional do membro afetado, de forma permanente, devido a gravidade da lesão, porém, a parte ré realiza avaliação imparcial e unilateral, sem proporcionar ao segurado aquilo que realmente lhe é devido.

Importante frisar que na tabela do seguro DPVAT, a porcentagem correspondente à perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros, corresponde até 100% (cem por cento) do capital segurado, o que totaliza a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Contudo, a demandada apenas concedeu um IRRISÓRIO valor do montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ou seja, apenas o valor ínfimo de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Excelência, a incapacidade da PROMOVIDA foi completa e permanente, correspondendo a 100% (cem por cento) do capital e não ao pequeno valor pago pela PROMOVIDA, sendo este valor extremamente irrisório.

Além disso, importante destacar que o PROMOVENTE, devido ao acidente, teve que arcar com todo o tratamento cirúrgico, incluindo medicamento e acompanhamento médico e transporte. Assim, tais valores, devem ser totalmente restituídos, nos termos do art. 3, III da lei 6.194.

Para um melhor entendimento, tem-se nos autos recibos – emitidos pelo Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira - que comprovam as despesas médico-hospitalares suportadas pelo PROMOVENTE, totalizando o montante de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).

Dessa forma, a empresa PROMOVIDA deveria ter restituído ao PROMOVENTE o montante acima mencionado. Contudo, ao requerer o referido valor, o PROMOVENTE apenas recebeu da seguradora ré o valor de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), quantia inferior ao devido ao PROMOVENTE.

Assim, Excelência, a parte PROMOVIDA restituiu parcialmente os valores gastos pelo PROMOVENTE com o tratamento médico-hospitalar, sendo imprescindível a restituição do montante remanescente, isto é, do valor de R\$ 800,00 (oitocentos reais).

Portanto, evidencia-se que o valor estipulado pela PROMOVIDA é totalmente incoerente com a situação do PROMOVENTE, uma vez que este faz jus ao montante de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), bem como da restituição, em sua totalidade, das despesas médico-hospitalares, pois é direito seu, haja vista ao sinistro sofrido e aos danos permanentes que lhe atormentam. Assim, não havendo outra alternativa, vem o PROMOVENTE perante o Poder Judiciário, clamar por justiça.



## DO DIREITO

A fim de dar aplicabilidade ao princípio da dignidade da pessoa humana, através da edição da Lei nº 6.194/74, o Legislador Infraconstitucional criou o seguro DVPAT, uma importante ferramenta de seguro universal, destinado a amparar aqueles que, em virtude de acidente de trânsito, perdem parentes ou acabam perdendo, de forma definitiva, parte da capacidade laborativa.

Por ser um seguro universal, patrocinado pela compra de automóveis, o DPVAT cobre todo e qualquer indivíduo que se envolver em acidente de trânsito, tenha, ou não, contribuído para o seguro.

Além de garantir um pagamento em dinheiro nos casos de morte ou invalidez permanente, o DPVAT reembolsa a vítima pelas despesas médicas e suplementares decorrentes do acidente de trânsito, a exemplo de despesas médicas e com a compra de medicamentos

Dessa forma, tem-se que o art. 3º da lei nº 6.194/74, estabelece que os danos pessoais cobertos pelo seguro DPVAT compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementar, conforme se vê abaixo:

Art. 3º - Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Quando o acidente veicular torna o indivíduo inválido permanentemente, total ou parcial, o pagamento da indenização tem como teto o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), segundo previsão materializada no art. 3º, o inciso II, da Lei nº 6.194/74.

No que tange a incapacidade do **PROMOVENTE**, tem-se que os documentos anexados nesta exordial provam de forma inequívoca que houve o acidente de trânsito, bem como o nexo de causalidade entre o fato ocorrido e o dano dele decorrente, fazendo jus a parte autora ao recebimento do seguro obrigatório nos termos do art. 5º da Lei nº 6.194/74, que assim dispõe:

Art. 5º. O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn\_santos@hotmail.com



culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado. (Grifo nosso)

PROVA DOCUMENTAL DEVIDAMENTE JUNTADA – DOCUMENTAÇÃO MÉDICA HOSPITALAR E BOLETIM DE OCORRÊNCIA – NEXO DE CAUSALIDADE DEVIDAMENTE DEMONSTRADO: O fato foi devidamente comprovado pela parte autora, de acordo com o art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), que diz que: “O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente”...Mediante a entrega dos seguintes documentos: “registro da ocorrência no órgão policial competente”.

Veja que a lei não diz se o Boletim de Ocorrência deve ser comunicado ou não, exige-se o Boletim de Ocorrência OU Certidão de Ocorrência. É ônus da Seguradora fazer prova de que as informações contidas no Boletim de Ocorrência, ou na Certidão de Ocorrência, não são verdadeiras, se assim por ventura alegar.

Além do Boletim de Ocorrência, outros documentos juntados pela parte autora, corroboram a veracidade das declarações expostas no BO. Portanto, o conjunto probatório, atesta o fato como verdadeiro.

Veja Excelência, que a parte autora cumpriu o determinado pelo Código de Processo Civil, pois junta documentos comprovando suas alegações (BOLETIM DE OCORRÊNCIA, conforme art. 5º da Lei 6.194/74, § 1, a), além da documentação médica hospitalar), *portanto, meras alegações da seguradora alegando o contrário, não podem ser admitidas.*

É dever da Seguradora Requerida, cumprir com o determinado pelo NCPC, que diz que ao réu incumbe o ônus da prova, *quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.*

Ante o exposto, em consonância com o previsto na lei 6.194/74, merece acolhimento o pleito autoral, a fim de que seja condenada a parte ré ao pagamento de complementação de indenização do seguro DPVAT à parte autora, montante este a ser quantificado através da avaliação dos documentos médicos juntados aos autos e realização de eventual perícia médica. Ainda, com valor corrigido pelo IGP-M a contar da data do sinistro.

### **DAS DESPESAS MÉDICO-HOSPITALARES**

Conforme narrado alhures, **tem-se que o PROMOVENTE, devido ao acidente, teve que arcar com todo o tratamento cirúrgico, incluindo medicamento e acompanhamento médico. Assim, tais valores, devem ser restituídos, nos termos do art. 3, III da lei 6.194.**

Para um melhor entendimento, tem-se nos autos recibos – emitidos pelo Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira - que comprovam as despesas médico-hospitalares suportadas pelo PROMOVENTE, totalizando o montante de **R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais).**

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn\_santos@hotmail.com



Dessa forma, a empresa PROMOVIDA deveria ter restituído ao PROMOVENTE o montante acima mencionado. Contudo, ao requerer o referido valor, o PROMOVENTE apenas recebeu da seguradora ré o valor de **R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**, quantia inferior ao devido ao PROMOVENTE.

Assim, Excelência, a parte PROMOVIDA restituiu parcialmente os valores gastos pelo PROMOVENTE com o tratamento médico-hospitalar, sendo imprescindível a restituição do montante remanescente, isto é, do valor de **R\$ 800,00 (oitocentos reais)**.

Dessa forma, **tais valores, devem ser restituídos ao PROMOVENTE, perfazendo o montante de R\$ 800,00 (oitocentos reais) a ser devidamente corrigido e atualizado monetariamente em um momento oportuno.**

#### **DA PROVA PERICIAL – Da teoria da dinamização do ônus da prova**

O sistema processual brasileiro, ao definir que a cada parte cabe provar o que alegou, adotou a Teoria Clássica que possui uma concepção estática do ônus da prova. Isto é, a distribuição do ônus, segundo o Código de Processo Civil, define-se abstrativamente, considerando-se apenas as hipóteses legais, sem sofrer qualquer influência ou interferência da situação posta em juízo.

Observa-se, portanto, que o NCPC não conferiu mutabilidade ao ônus da prova de modo que as particularidades da causa pudessem, em determinadas hipóteses, alterar a regra comum de distribuição de ônus da prova.

Ao ignorar as particularidades da causa, demonstrou-se em desarmonia com o modelo constitucional do direito processual civil, pautado no direito fundamental de acesso à justiça, que exige uma leitura do processo, de seus procedimentos e de suas técnicas, consoante as particularidades de cada causa.

Por conta disso, tem-se destacado e ganhado espaço na doutrina nacional a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, que indica um modelo de distribuição pautado na dinâmica da própria relação jurídica processual em análise, podendo-se a ela se ajustar, com o fim de melhor atender às especificidades da causa em concreto.

Assim, seguindo a Teoria da Distribuição Dinâmica do Ônus da Prova, este ônus não decorre de uma simples definição em abstrato do legislador, ele deve ser desempenhado pela parte que, conforme as particularidades do caso em concreto, possui as melhores condições de provar os fatos.

Por meio dessa teoria, a análise a respeito de quem tem o ônus de produzir a prova fica a cargo do magistrado, enquanto gestor da prestação jurisdicional. Nas palavras de Humberto Theodoro:

“Fala-se em distribuição dinâmica do ônus probatório, por meio da qual seria, no caso concreto, conforme a evolução do processo, atribuído pelo juiz o encargo de prova à parte que detivesse conhecimentos técnicos ou

---

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn\_santos@hotmail.com



informações específicas sobre os fatos discutidos na causa, ou, simplesmente, tivesse maior facilidade na sua demonstração. É necessário, todavia, que os elementos já disponíveis no processo tornem verossímil a versão afirmada por um dos contendores e defina também a nova responsabilidade pela respectiva produção.” (Curso de Direito Processual Civil: teoria geral do direito processual civil e processo de conhecimento. 48. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2008)

Nesse sentido o julgado do E. Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

“AGRAVO INTERNO. SEGUROS. AÇÃO DE COBRANÇA. DPVAT. ADIANTAMENTO. HONORÁRIOS DO PERITO. TEORIA DAS CARGAS PROCESSUAIS DINÂMICAS. REGRA PROCESSUAL QUE TRATA DO ENCARGO DE ANTECIPAR AS DESPESAS PARA PRODUÇÃO DE PROVA NECESSÁRIA A SOLUÇÃO DA CAUSA. HONORÁRIOS. VALOR. ADEQUAÇÃO. TERMO DE COOPERAÇÃO. INAPLICABILIDADE. PRINCÍPIOS DA BOA FÉ E DA SOLIDARIEDADE NA BUSCA DA VERDADE REAL. 1. Preambularmente, cumpre destacar que é aplicável ao caso dos autos a teoria das cargas processuais dinâmicas, uma vez que as partes não se encontram em igualdade de condições para a coleta probatória pretendida, in casu levantamento técnico, existindo óbice para a realização desta em face da hipossuficiência da parte demandante importar na delonga desnecessária da solução da causa, o que atenta aos princípios da economia e celeridade processo. 2. Note-se que a teoria da carga dinâmica da prova parte do pressuposto que o encargo probatório é regra de julgamento e, como tal, busca possibilitar ao magistrado produzir prova essencial ao convencimento deste para deslinde do litígio, cujo ônus deixado à parte hipossuficiente representaria produzir prova diabólica, isto é, de ordem negativa, ou cuja realização para aquela se tornasse de difícil consecução, quer por não ter as melhores condições técnicas, profissionais ou mesmo fáticas, sejam estas de ordem econômico-financeira ou mesmo jurídica para reconstituir os fatos. 3. Aplica-se a teoria da carga dinâmica probatória, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção de determinada prova, com base no princípio da razoabilidade, ou seja, é aceitável repassar o custo da coleta de determinada prova a parte que detém melhor condição de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a almejada justiça. 4. Releva ponderar que a dinamização do ônus da prova será aplicada quando for afastada a incidência do artigo 333 do código de processo civil por inadequação, ou seja, quando for verificado que a parte que, em tese, está desincumbida ao ônus probandi, pois não possui as melhores condições para a realização de prova necessária ao deslinde do feito. 5. Assim, a posição privilegiada da parte para revelar a verdade e o dever de colaborar na consecução desta com a realização da prova pretendida deve ser evidente, consoante estabelecem os artigos 14, I, e 339, ambos do código de processo civil, pois se aplica esta regra de julgamento por exceção, a qual está presente no caso dos autos, pois a parte demandada conta com melhores condições jurídicas e econômicas de produzir tal prova, pois se trata de seguradora especializada neste tipo de seguro social. 6. No presente feito não merece guarida à pretensão da parte agravante, uma vez que o art. 333 do código de processo civil estabelece que os honorários do perito serão pagos antecipadamente pela parte que houver requerido o exame técnico, ou pelo autor, quando pleiteado por ambas as partes ou determinado de ofício pelo juiz, desde que aquela regra geral não importe em dificultar a realização da prova pretendida ou retardar a solução da causa, o que autoriza a inversão do encargo de adiantar o montante necessário a produção da prova pretendida. 7. Destaque-se que mesmo a perícia sendo determinada de ofício pelo magistrado é possível a inversão do encargo de adiantamento dos honorários de perito, desde que atendidas às condições atinentes a teoria da carga dinâmica da produção probatória. 8. Frise-se que a teoria da carga dinâmica da prova ou da distribuição dinâmica do ônus da prova é regra processual que visa definir, qual parte suportará os custos do adiantamento das despesas para realização de determinada prova necessária a solução do litígio no curso do feito, dentre as quais os honorários periciais. Logo, não há prejuízo a qualquer das partes com esta medida de ordem formal, pois a prova em questão irá servir a realização do direito e prestação de efetiva jurisdição, com a apuração de verdadeira reconstituição dos

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn\_santos@hotmail.com





fatos discutidos, o que interessa a todos para alcançar a pacificação social. 9. Cumpre ressaltar, também, que antes da realização da perícia os honorários são fixados provisoriamente, a fim de ser dado início a avaliação técnica pretendida, contudo, por ocasião da decisão final, o magistrado pode estabelecer em definitivo aquela verba de sucumbência em patamar superior ao inicialmente feito, de acordo com o princípio da proporcionalidade e grau de complexidade do exame levado a efeito, atribuindo o pagamento daquela à parte sucumbente na causa. 10. Assim, devem ser mantidos os honorários definitivos fixados em dois salários mínimos, caso sucumbente a demandada. 11. No entanto, como a perícia foi postulada por ambas as partes, os honorários de adiantamento caso devessem ser alcançados pelo estado, de acordo com os limites impostos no ato nº 051/2009-p, isto se o ente público não possa prestar esta diretamente mediante corpo técnico habilitado para tanto, o que não incide no caso dos autos devido à aplicação da teoria das cargas processuais dinâmicas. 12. Descabe a aplicação do termo de cooperação nº 103/2012 firmado entre este egrégio tribunal de justiça e a seguradora líder dos consórcios do seguro DPVAT, tendo em vista que o referido termo diz respeito ao projeto conciliação. 13. É oportuno ressaltar que o termo "cooperação" pressupõe consenso e aceitação por ambas as partes, propiciando o poder judiciário esta aproximação, mas não importa em medida coercitiva e obrigatória a ser aplicada a questão de ordem privada, quando não há esta composição prévia. Ao contrário, no caso dos autos a matéria é controvertida e litigiosa, pendente de decisão judicial, logo, não se aplica aquela parametrização sugerida para os honorários periciais, devendo estes atender aos parâmetros usualmente fixados pela Lei Processual Civil, princípios jurídicos e critérios fixados jurisprudencialmente. 14. Os argumentos trazidos no recurso não se mostram razoáveis para reformar a decisão monocrática. Negado provimento ao agravo interno. (TJRS; AG 521201-30.2013.8.21.7000; Porto Alegre; Quinta Câmara Cível; Rel. Des. Jorge Luiz Lopes do Canto; Julg. 25/03/2014; DJERS 28/03/2014)

Seguindo a influência da doutrina favorável à dinâmica da distribuição do ônus da prova, bem como a jurisprudência, o Projeto de Lei nº 8.046/2010, que trata do novo Código de Processo Civil Brasileiro, trouxe essa já pacificada possibilidade de dinamização do ônus da prova. Determina o art. 358, *in verbis*:

Com base na premissa apresentada, com o fim de chegar-se a uma justiça processual e, pautada na orientação doutrinária acima delineada, requer, desde já, Requerer a aplicação da teoria da distribuição dinâmica do ônus da prova, com a inversão do ônus de suportar o adiantamento das despesas com a produção da prova pericial, tomando por base, o princípio da razoabilidade, pois a seguradora Requerida detém melhores condições de patrocinar esta, a fim de se apurar a verdade real e obter a alcançando assim, a almejada justiça.

### **Dos Honorários Advocatícios**

O advogado - em consonância com o art. 133 da Constituição Federal, bem como, com o Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil - é indispensável à administração da justiça, sendo a postulação a qualquer órgão do Poder Judiciário e aos Juizados Especiais sua atividade privativa, *tendo direito assegurado aos honorários convencionados, fixados por arbitramento e os de sucumbência*.

O Art. 22 da Lei 8906/94 assim preleciona:

“Art. 22 - A prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários convencionais, aos fixados por arbitramento judicial e aos de sucumbência”

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn\_santos@hotmail.com





Neste diapasão, os honorários de sucumbência são devidos a título de gratificação, pelo motivo da boa atuação do advogado na defesa dos interesses da parte vencedora. Quanto mais o empenho dele tiver nexos com o resultado do processo, há de se convir que maior seja a verba honorária.

Pois bem, percebe-se que o zelo profissional dos patronos desta demanda é satisfatório, uma vez que tentam por todos os meios legais - munidos de direito para respaldar o pleito - a procedência da presente ação de indenização, no fito de aliviar a dor da parte autora, de acordo com a função social do advogado e respeito à ética profissional.

O art. 20 do CPC, assim *verbis*:

Art. 20 - A sentença condenará o vencido a pagar ao vencedor as despesas que antecipou e os honorários advocatícios (...)

§ 1º - O juiz, ao decidir qualquer incidente ou recurso, condenará nas despesas o vencido. (Alterado pela L-005.925-1973)  
(...)

§ 3º - Os honorários serão fixados entre o mínimo de 10% (dez por cento) e o máximo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação, atendidos: (Alterado pela L-005.925-1973)

§ 4º - “Nas causas de pequeno valor, nas de valor inestimável, naquelas em que não houver condenação ou for vencida a Fazenda Pública, e nas execuções, embargadas ou não, os honorários serão fixados consoante apreciação equitativa do juiz, atendidas as normas das alíneas a, b e c do parágrafo anterior.” (g. N.)

“Pequeno que seja o valor da causa, os tribunais não podem aviltar os honorários de advogado, que devem corresponder à justa remuneração por trabalho profissional; nada importa que o vulto da demanda não justifique a despesa” (STJ, AI n. 325.270-SP, rel. Min Nancy Andrighi, j. Em 20-3-2001).

“O arbitramento dos honorários advocatícios em patamar irrisório é aviltante e atenta contra o exercício profissional.” (AgRg no Ag 954.995/SP, Rel. Ministro JOSÉ DELGADO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 18/03/2008, DJe 23/04/2008 – grifou-se.)

Diante do exposto, requer seja a Requerida condenada a pagar os honorários advocatícios, no patamar de 20% (vinte por cento) caso o direito a indenização da parte autora ultrapasse a metade do máximo indenizável, ou que seja arbitrado um valor equitativamente de acordo com o § 4º do art. 20 do CPC, caso o valor da condenação seja baixo.

#### **PEDIDOS FINAIS**

Ante o exposto, a PROMOVENTE requer:

**JUSTIÇA GRATUITA**

---

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn\_santos@hotmail.com



- 1.1. A CONCESSÃO DA JUSTIÇA GRATUITA, segundo permissivo do *caput*, do art. 98 e art. 99, § 3º, do NCPC, c/c art. 5.º, LXXIV, da CRFB/88, tendo em vista que a mesma não pode arcar com as custas e despesas processuais sem prejuízo do próprio sustento e de sua família;

#### **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

- 1.2. A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO PROMOVENTE, nos termos do que dispõe o art. 6.º, inciso VIII, do CDC;

#### **CITAÇÃO**

- 1.3. A citação da PROMOVIDA pelos Correios, nos termos do art. 246, inciso I, do NCPC, a fim de que, querendo, apresente defesa, sob pena de decretação de revelia e confissão quanto à matéria fática;

#### **DESIGNAÇÃO DE PERÍCIA**

- 1.4. Com o objetivo de atender ao que dispõe o art. 276 do CPC, o PROMOVENTE, desde já, propugna pela realização de perícia judicial, a fim de aferir a incapacidade do PROMOVENTE.

#### **MÉRITO**

- 1.5. A total procedência da pretensão autoral, a fim de que:
- 1.5.1. A total procedência da pretensão autoral, a fim de que a PROMOVIDA seja condenada a pagar, em favor do PROMOVENTE, o valor da indenização do seguro DPVAT, no percentual de cem por cento (100%) do valor integral da indenização, o que equivale à quantia de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), valor este a ser oportunamente atualizado pelo INPC, desde a data do acidente, e acrescido por juros de mora de 1% a.m.;
- 1.5.2. Em sede de pedido subsidiário, não sendo o caso de indenização no percentual de 100% (cem por cento) cf. acima requerido, requer-se que o valor da indenização seja condizente e diretamente proporcional ao percentual da incapacidade sofrida pelo PROMOVENTE, estipulada pelo perito judicial, nos termos do art. 3 e ss da lei 6.194, valor a ser oportunamente atualizado pelo INPC, desde a data do acidente, e acrescido por juros de mora de 1% a.m.;

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Ed. Ana Teotônio, Centro na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn\_santos@hotmail.com



**1.5.3. REQUER-SE a restituição dos valores gastos pelo PROMOVENTE durante o tratamento médico-hospitalar, no importe de R\$ 800,00 (oitocentos reais);**

#### **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS SUCUMBENCIAIS**

**1.6.** A condenação da RÉ ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios de sucumbência, esses calculados em 20% sobre o valor da condenação, nos termos do que preceitua o art. 85, §§ 1.º e 2.º, do CPC;.

#### **INTERESSE NA DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO**

Considerando a natureza da ação, fazendo uso da faculdade do art. 319, VII, e do art. 334, § 5º, ambos do CPC, **o PROMOVENTE informa que tem interesse na designação de audiência de conciliação**, devendo o processo ser julgado de forma antecipada.

#### **DAS PROVAS**

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em Direito admitidos, em especial por testemunhas e documentos, inclusive com os que surjam posteriormente ao ajuizamento.

#### **VALOR DA CAUSA**

Dá à causa o valor de **R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais)**, observando a exigência positivada nos arts. 291 e 292 do NCPC:

Nesses termos,  
Pede e espera **DEFERIMENTO**.

Guarabira/PB, 22 de abril de 2020.

Railson Santos da Silva  
OAB/PB nº 22.640



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
ALEX CARVALHO SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR UF  
468243425 SSP SP

CPF  
377.875.848-90 DATA NASCIMENTO  
22/11/1989

RUACAO  
CARLOS ANTONIO CARLOS  
DOS SANTOS  
VANEIDE CARVALHO  
SANTOS

PERMISSÃO ☐ AOC ☐ CALHAR ☐ AB

Nº REGISTRO 04698120905 VALIDADE 27/02/2019 1ª HABILITAÇÃO 15/07/2009

OBSERVAÇÕES

*Alex Carvalho Santos*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL GUARABIRA, PB DATA EMISSÃO 14/03/2014

*Rodrigo Coura/ha*  
ASSINATURA DO EMISSOR 65121290724  
PB028197410

DETRAN-PB (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 894277167

PROVISÓRIO PLASTIFICAR 894277167

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
02 JUL. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA







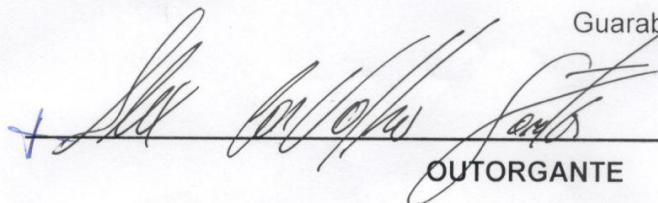
## PROCURAÇÃO AD-JUDICIA

**OUTORGANTE:** O Sr. **ALEX CARVALHO SANTOS**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG sob nº 468243495 (SSP-PB), inscrito no CPF sob nº 377.875.848-90, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora das Graças, 35, Bairro Bela Vista na cidade de Araçagi-PB, CEP nº 58.270-000.

**OUTORGADOS:** O Sr. **RAILSON SANTOS DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado, portador do CPF sob nº 094.162.764-05, inscrito na OAB/PB sob nº 22.640, o Sr. **EDWARD DE CARVALHO ANDRADE**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do CPF sob nº 097.037.364-32, inscrito na OAB/PB sob nº 22.299 e o Sr. **TÁSSIO PEREIRA LEITE**, brasileiro, solteiro, advogado, portador do CPF sob nº 059.643.154-61, inscrito na OAB/PB sob nº 24.365, todos com endereço profissional na Rua Epitácio Pessoa, sala 1, centro, Ed. Ana Teotônio na cidade de Guarabira, CEP 58.200-000.

**PODERES:** Pelo presente instrumento de mandato, a outorgante nomeia e constitui o outorgado, como seu advogado e procurador, a quem confere amplos e ilimitados poderes para o fôro em geral, com cláusula *ad-judicia*, afim de que, agindo em conjunto ou separadamente, possam defender os interesses e direitos da outorgante, perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou entidade paraestatal, propondo ação competente em que a outorgante seja autor ou reclamante, e defendendo quando for réu, interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer inventário, ou arrolamento, firmar compromissos, prestar declarações, receber citação, bem como, substabelecer a presente, com ou sem reserva de poderes, se assim lhe convier, e praticando todos os atos necessários para o bom cumprimento do presente mandato, dando tudo por bom, firme e valioso.

Guarabira-PB, 25 de junho de 2019.

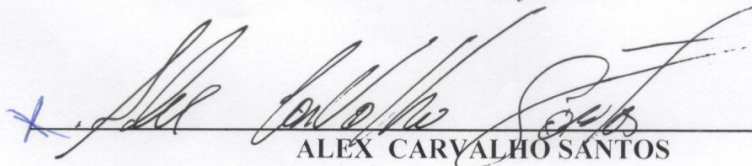
  
\_\_\_\_\_  
**OUTORGANTE**



### DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA

Eu, **ALEX CARVALHO SANTOS**, brasileiro, solteiro, comerciante, portador do RG sob nº 468243495 (SSP-PB), inscrito no CPF sob nº 377.875.848-90, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora das Graças, 35, Bairro Bela Vista na cidade de Araçagi-PB, CEP nº 58.270-000., DECLARO, para todos os fins de direito e sob as penas da lei, que não tenho condições de arcar com as despesas inerentes ao presente processo, sem prejuízo do meu sustento e de minha família, necessitando, portanto, dos benefícios da **Gratuidade Judiciária**, nos termos do art. 2º, parágrafo único, da Lei nº 1.060/50.

Guarabira-PB, 25 de junho de 2019.

  
\_\_\_\_\_  
**ALEX CARVALHO SANTOS**







GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI/PB  
Rua Felipe Rodrigues nº 10, centro Araçagi/PB, Fone (83) 3274.1331-98123.7705.



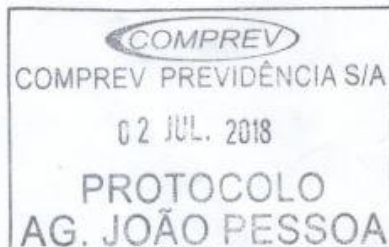
**CERTIDÃO**

**CERTIFICO** que em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o livro de Registro de Queixas de nº **001/2018** desta Delegacia de Polícia, nele encontrei as folhas **097** registro de nº **097/2018**, cujo teor passo a transcrever na íntegra: aos seis dias mês de Abril de dois mil e DEZOITO, nesta cidade de Araçagi/PB, na Delegacia de Polícia, presente, o DEL. POL **IVANILDO MORAES DE MEDEIROS**, Delegado de Polícia Civil, comigo, escrivão de Polícia Civil, do seu cargo, ao final assinado, ai, por volta das 11:57 horas, compareceu: o (a) Sr<sup>(a)</sup> **ALEX CARVALHO SANTOS**, solteiro, nascido em 22/11/1989, Natural de Guarabira/PB, comerciante, **RG: 468243495 SSP/PB, Alfabetizado**, Filiação VANEIDE CARVALHO DOS SANTOS E DE CARLOS ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, empresário, Endereço à Rua NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, nº 35, Bairro BELA VISTA, ARAÇAGI/PB. Fez o seguinte registro: Que no dia 04/03/2018, se acidentou em sua motocicleta, PLACA QFA-8287, ano 2014, modelo 2014, cor preta, HONDA FAN, CHASSI 9C2JC4110ER802813, no momento em que estava saindo do seu comércio, ao perder o controle da motocicleta foi a solo; Que quebrou o pulso da mão direito no acidente; Que foi atendido no Pronto Socorro de Fratura de Guarabira; Que foi socorrido por populares; Que a motocicleta é de propriedade do queixoso. O referido é verdade, dou fé.

Araçagi/PB, 06 de Abril de 2018.

Noticiante:

Escrivão de Polícia





**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

DETRAN - PB Nº 013747434990  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA COD RENAVAL 2017030622167 EXERCÍCIO  
1 0101396322-6 00/00000000 2017

NOME

ALEX CARVALHO SANTOS

CPF/CNPJ

37787584890

PLACA

QFA8297/PB

PLACA ANT/UF

NOVO PB

CHASSI

9C2JC4110ER802813

ESPÉCIE TIPO

PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC

COMBUSTIVEL

GASOLINA

MARCA/MODELO

HONDA/CG 125 FAN KS

ANO FAB

2014

ANO MOD

2014

CAP/POT/CIL

2 P/124 /CI

CATEGORIA

PARTIC

COR PREDOMINANTE

PRETA

COTA ÚNICA

IPVA PAGO EM

VENC. COTA ÚNICA

00/00/0000

1º

VENC./COTAS

FAIXA IPVA

\*\*\*\*\*

PARCELAMENTO/COTAS

0

2º

3º

PRÊMIO TARIFÁRIO (R\$)

\*\*\*\*\*

IOF (R\$)

\*\*\*\*\*

PRÊMIO TOTAL (R\$)

\*\*\*\*\*

DATA DE PAGAMENTO

09/11/2017

OBSERVAÇÕES

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

LOCAL

ARACAGI-PB

DATA

28/11/2017

9999999

01054

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULO  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE OU POR SUA CARGA, APESOR  
TRANSPORTADAS OU NAO - SEGURO DPVAT

PB Nº 013747434990 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO

2017

DATA EMISSÃO

29/11/2017

VIA

1

CPF / CNPJ

37787584890

PLACA

QFA8297/PB

RENAVAM

01013963226

MARCA / MODELO

HONDA/CG 125 FAN KS

ANO FAB

2014

CAT TARIF

9

Nº CHASSI

9C2JC4110ER802813

**PRÊMIO TARIFÁRIO**

FNS (R\$)

\*\*\*\*\*

DENATRAN (R\$)

\*\*\*\*\*

CUSTO DO SEGURO (R\$)

\*\*\*\*\*

CUSTO DO BILHETE (R\$)

\*\*\*\*\*

IOF (R\$)

\*\*\*\*\*

TOTAL A SER PAGO SEGURO (R\$)

\*\*\*\*\*

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

DATA DE QUITAÇÃO

09/11/2017

**SEGURADORA LÍDER - DPVAT**

CNPJ 09.248.608/0001-04

31054-1121334-20171128

**COMPREV**  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
02 JUL. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA



Rio de Janeiro, 10 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Nº Sinistro: **3180303152**

Vítima: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Data do Acidente: **04/03/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **LUCIANO SANTOS OLIVEIRA**

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180303152**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 13072546

Pag. 00697/00698 - carta\_01 - INVALIDEZ

00020349



Rio de Janeiro, 13 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: ALEX CARVALHO SANTOS  
Nº Sinistro: 3180303152  
Vítima: ALEX CARVALHO SANTOS  
Data do Acidente: 04/03/2018  
Cobertura: INVALIDEZ  
Procurador: LUCIANO SANTOS OLIVEIRA

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o número **3180303152**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01677/01678 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13091776



Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Sinistro: **3180303152**  
Vítima: **ALEX CARVALHO SANTOS**  
Data do Acidente: **04/03/2018**  
Cobertura: **INVALIDEZ**  
Procurador: **LUCIANO SANTOS OLIVEIRA**

**Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO**

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o número **3180303152** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00491/00492 - carta\_02 - INVALIDEZ



Carta nº 13252119





Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda.

Avenida Rui barabosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.

Fone: (83) 3271 1156

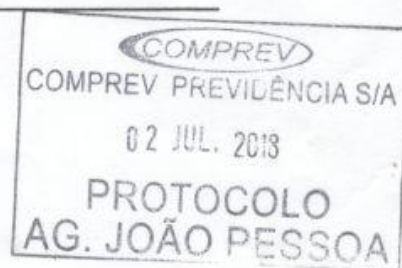
Fax: (83) 3271 4032

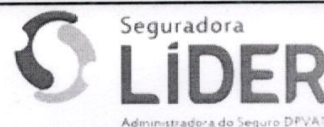
### DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que revendo nossos arquivos constatamos que o paciente, ALEX CARVALHO SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado à rua Nossa Senhora das Graças Nº 46, centro, Araçagi-PB, foi atendido neste Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda – CNPJ: 09.239.906/0001-38, vítima de acidente de motocicleta (informado pelo mesmo), compareceu no dia 04/03/2018, tendo como diagnóstico de Fratura exposta do Rádio distal direito CID 10 S52.5, submetido a tratamento cirúrgico no dia 05/03/2018, com quadro clínico exame realizado raios x do punho direito e imobilização tipo tala gessada membro superior, colocado material de síntese, 01 (um) Placa em T e 03 (três) Parafusos Corticais, 02 (dois) Fios Kirshned, com alta hospitalar no dia 06/03/2018. Conforme consta na ficha ambulatorial Nº 350.955/2018 e prontuário Nº 049/2018, em nossos arquivos.

Guarabira, 13 de Março de 2018.

*Dr. Teófilo dos Santos Ribeiro Filho*  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 7618



**PARECER DE PERÍCIA MÉDICA****DADOS DO SINISTRO**

Número: 3180303152

Cidade: Araçagi

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ALEX CARVALHO SANTOS

Data do acidente: 04/03/2018

Seguradora: ARUANA SEGURADORA S/A

**PARECER****Diagnóstico:** FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO.**Descrição do exame médico pericial:** DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO PUNHO DIREITO.**Resultados terapêuticos:** FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO TRATADA CIRURGICAMENTE COM REDUÇÃO ABERTA E FIXAÇÃO INTERNA COM PLACA E PARAFUSOS E FISIOTERAPIA, SEM INTERCORRÊNCIAS, COM ALTA MÉDICA. CICATRIZ CIRÚRGICA NORMOTRÓFICA E NORMOCRÔMICA DE 06 CM NA FACE VENTRAL DO PUNHO DIREITO. LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO E ROTAÇÃO DO PUNHO DIREITO.**Sequelas permanentes:** APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO PUNHO DIREITO.**Sequelas:** Com sequela**Data da perícia:** 22/08/2018**Conduta mantida:****Observações:** REVISOR MANTEVE ENQUADRAMENTO E VALORAÇÃO DO MÉDICO EXAMINADOR. -**Médico examinador:** JOAO FERNANDES DE SOUZA**CRM do médico:** 2732 PB**UF do CRM do médico:** PB**DANOS**

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

**PRESTADOR**

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

**Médico revisor:** DORES MENDES B C MENDES**CRM do médico:** 52.25889-0**UF do CRM do médico:** RJ**Assinatura do médico:**



**PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA**

Av: Rui Barbosa - 240 - Centro - Guarabira - PB

Fone: (83) 3271 - 1156 Fax: (83) 3271 - 4032

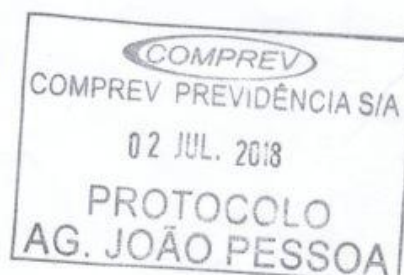
RECIBO..... 3.500,00

Recebi do Sr. ALEX CARVALHO SANTOS, a importância líquida de R\$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais), ref. a atendimento médico cirurgico realizado na pessoa do mesmo.

Para maior clareza, firmo o presente recibo, dando plena e total quitação.

Guarabira, 05 de Março de 2018.

  
09.239.906/0001-38  
Pronto Socorro De Fraturas  
De Guarabira - Ltda - Profrag  
Av. Rui Barbosa - 240  
Centro - Cep: 58.200.000  
Guarabira - PB



**Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda**  
**Avenida Rui Barbosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.**  
**Fone: (083) 3271 1156 Fax: (083) 3271 4032**

**Nome do Paciente: Alex Carvalho Santos**  
**Convênio: Particular**  
**Diagnóstico: Fratura do Rádio distal do Rádio**  
**Procedimento: Internamento Cirúrgico**  
**Data do Internamento: 05/03/2018**  
**Data da Alta: 06/03/2018**  
**Prontuário ou ficha Ambulatorial: 049/2018**

**Honorários Médicos**

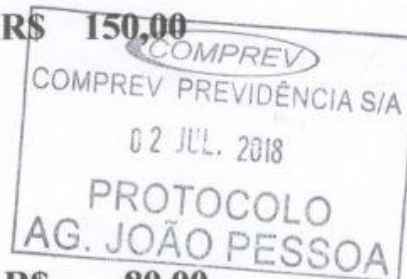
<b>Cirurgião</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 1.444,96</b>	<b>R\$ 1.444,96</b>
<b>Auxiliar</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 188,94</b>	<b>R\$ 188,94</b>
<b>Anestesista</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 712,00</b>	<b>R\$ 712,00</b>
<b>Sub-Total.....</b>		<b>R\$</b>	<b>R\$ 2.345,90</b>

<b>Diária de Apartamento</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 150,00</b>	<b>R\$ 150,00</b>
------------------------------	-----------	-------------------	-------------------

**Exame Radiológico**

<b>Raios x do Punho</b>	<b>02</b>	<b>R\$ 40,00</b>	<b>R\$ 80,00</b>
<b>Fio Kirshned</b>	<b>02</b>	<b>R\$ 75,00</b>	<b>R\$ 150,00</b>
<b>Placa em T</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 540,00</b>	<b>R\$ 540,00</b>

**(Incluindo 03 Parafusos Corticais)**



  
09.239.906.906/0001-38  
Pronto Socorro De Fraturas  
De Guarabira - Ltda - Prodtag  
Av. Rui Barbosa - 240  
Centro - Cep: 52.010-000  
[Guarabira - PB]





**Nomenclatura Medicamento de Sala e Enfermaria**  
**Quantidade valor Unitário Valor Total**

Pov. Digermante	120ml	R\$ 0,10	R\$ 12,00
Pov. Tópico	180ml	R\$ 0,08	R\$ 14,00
Diclofenaco amp	04 amp	R\$ 2,81	R\$ 11,24
Cefalotina amp	04 amp	R\$ 5,55	R\$ 22,20
Soro Fisiológico	02 unid	R\$ 2,96	R\$ 5,92
Soro Glicosado	01 unid	R\$ 3,33	R\$ 3,33
Neocaína 5%	01 amp	R\$ 14,00	R\$ 14,00
Efortil amp	01 amp	R\$ 5,98	R\$ 5,98
		<b>SUB-TOTAL</b>	<b>R\$ 88,67</b>

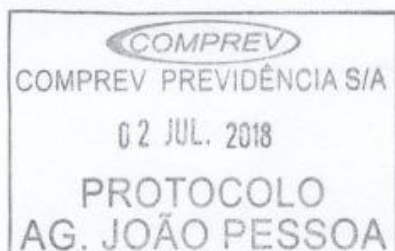
**Material de Sala e Enfermaria**

Equipo	01	R\$ 0,63	R\$ 0,63
Scalp	02	R\$ 0,49	R\$ 0,98
Mononaylon	02 unid	R\$ 6,70	R\$ 13,40
Luvas	04 pares	R\$ 1,00	R\$ 4,00
Lâmina de bisturi	01 unid	R\$ 0,41	R\$ 0,41
Seringa desc. 05cc	04 unid	R\$ 0,65	R\$ 2,60
Seringa desc. 10cc	05 unid	R\$ 0,85	R\$ 4,25
Máscara desc.	04 unid	R\$ 0,40	R\$ 1,60
Gorro desc.	04 unid	R\$ 0,35	R\$ 1,40
		<b>SUB-TOTAL</b>	<b>R\$ 29,27</b>

Curativos	02	R\$ 11,06	R\$ 22,12
Taxa de Sala de Cirurgia		R\$ 94,04	R\$ 94,04
<b>TOTAL GERAL .....</b>			<b>R\$ 3.500,00</b>

**(Três Mil e Quinhentos Reais).**

**Guarabira, 06 de Março de 2018.**



*[Handwritten Signature]*  
**Pronto Socorro de Guarabira**  
De Guarabira - Sala - Prontag  
Av. Rui Barbosa - 3  
Centro - Cep: 58.200-000  
[Guarabira - PB]



**PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA**  
Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

**RELATÓRIO DE CIRURGIA**

Nome do Paciente			Nº Prontuário	
Alex Cavalho Junior				
Data de Operação	Ext.	Lado		
05/03/18				
Operador	1º Auxiliar	Instrumentador		
DR. TEODORO COSTA	MASSUTY			
2º Auxiliar	3º Auxiliar	Tipo de Anestesia		
		Bloqueio do Membro		
Anestesia	Diagnóstico Pré-Operatório			
DR. WELLINGTON	Fratura da tíbia distal D			
Tipo de Operação				
TTO Cirurgico da Fratura				
Diagnóstico Pós-Operatório				
O membro				
Relatório Imediato do Patologista				
N/A				
Exame Radiológico no Ato	Sua			
Exame Radiológico no Ato	Sua			
Acidente Durante a Operação	N/A			

COMPREV PREVIDENCIA S/A  
02 JUL 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOIÃO

**DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO**

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos - Visceras

- 1) Plt da tíbia e fêmur
- 2) Anestesia + campo cir
- 3) Incisão longitudinal da tíbia
- 4) Redução da fratura
- 5) Fixação com placa e parafusos
- 6) Sutura da pele
- 7) Curativo

Dr. Teodoro Costa  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 1741

Dr. Teodoro de Almeida Ribeiro Filho  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 1741

**RELATÓRIO DE OPERAÇÃO**





# PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

## CONTROLE DE MATERIAL E MEDICAMENTOS CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

Nome do Paciente: Ally Camell... Categ: ...  
 Condição do Parto: \_\_\_\_\_ Início: \_\_\_\_\_ Term.: \_\_\_\_\_  
 Médico: ... Auxiliar: \_\_\_\_\_  
 Anestesista: ... Tipo de Anestesia: ...  
 Tipo de Cirurgia: ...  
 Data: 05/07/14 Observação: ...

Quantidade	Material	Quantidade	Medicamentos
	Catgut Simples n°		Soro Glicosado
	Catgut Simples S/ag	<u>5</u>	Soro Fisiológico
	Catgut Simples C/ag	<u>5</u>	Ringer Lactado
	Catgut Cromado n°		Andrenoplasma
	Catgut Cromado n°		Manitol
<u>5</u>	Catgut Cromado n° <u>2</u>		Alloferine
<u>5</u>	Mononylon n° <u>2</u>		Etrane
	Mononylon n°		Pentrane
	Mononylon n°		Fluotane
	Fios de algodão		Unionembutal
<u>5</u>	Scaipe		Marcaina
	Equipo p/ Soro		quelicin
	Equipo p/ Transfusão		Inoval
<u>08</u>	Luvas p/ Pares		Ketalar
<u>06</u>	Compressas		fentanil
	Drenos		Methergin amp.
<u>2</u>	Gases		Xilocaina 5%
<u>01</u>	Lâminas de Bisturi	<u>1</u>	Xilocaina 2%
<u>1</u>	Esparadrão		Atropina amp.
<u>1</u>	Povidine Tópico		Syntocinon amp.
	Povid. Degermante		Prostigmine amp
	Lacto-gim		Optacilin amp.
<u>1</u>	<u>aluf...</u>	<u>1</u>	<u>...</u>
<u>1</u>	<u>...</u>	<u>1</u>	<u>...</u>
<u>1</u>	<u>...</u>	<u>1</u>	<u>...</u>
<u>04</u>	<u>...</u>	<u>1</u>	<u>...</u>

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
 02 JUL 2018  
 PROTOCOLO  
 AG. JOÃO PESSOA

Responsável

Scanned by CamScanner





# PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

## FOLHA DE ANESTESIA

NOME		DATA	
ESTADO CIVIL		PROFISSÃO	
SOLT. <input type="checkbox"/> CAS. <input type="checkbox"/> VIU. <input type="checkbox"/> DESQ. <input type="checkbox"/>		IDADE	
SEXO MASC. <input type="checkbox"/> FEM. <input type="checkbox"/>		COR BR. <input type="checkbox"/> PD. <input type="checkbox"/> PR. <input type="checkbox"/>	
ENDEREÇO		BAIRRO	
AV. (Rua)			
HOSPITAL		CATEGORIA	
G.I.H.		C.P.	
INSC.		MATRÍCULA	
DIAGNÓSTICO			
OPERAÇÃO REALIZADA			
CIRURGIÃO			
AUXILIAR			
HORA		PRESSÃO ARTERIAL	
A		PESO	
G		PULSO	
E		TEMPERATURA	
N		RESPIRAÇÃO	
T		ESTADO GERAL	
E		B. <input type="checkbox"/> R. <input type="checkbox"/> M. <input type="checkbox"/> P. <input type="checkbox"/>	
S		RISCO CIRÚRGICO	
		B. <input type="checkbox"/> R. <input type="checkbox"/> M. <input type="checkbox"/> P. <input type="checkbox"/>	
CÓDIGO		GRUPO SANGÜÍNEO	
Anestesia X 220		EXAMES COMPLEMENTARES	
Operação @ 200			
Intub. T 180			
Endotr. 160			
Pres. V 140			
Sistól. A 120			
Distol. 100			
Pulso 80			
Resp. RA 60			
Assist. 40			
Resp. RE 40			
Expon. 20			
Resp. contr.			
PREANESTÉSICO		HORA	
ANESTESIA			
GERAL <input type="checkbox"/> RAQUIDIANA <input type="checkbox"/> EPIDURAL <input type="checkbox"/> BLOQ. DE PLEXO <input type="checkbox"/> BLOQ. DE NERVOS <input type="checkbox"/> OUTRAS <input type="checkbox"/>			
TÉCNICA			
INÍCIO		TERMINO	
DURAÇÃO			
1		MATERIAL GASTO COM O ATO ANESTÉSICO	
2		7	
3		8	
4		9	
5		10	
6		11	
7		12	
OBSERVAÇÕES		COMP. EV. PREVIDÊNCIA S/A	
		02 JUL. 2018	
		PROTOCOLO	
		AG. 3010-100-12	
ASSINATURA		US+20% R\$	

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: RAILSON SANTOS DA SILVA - 22/04/2020 09:23:20

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20042209232000500000028888388>

Número do documento: 20042209232000500000028888388

Num. 30046507 - Pág. 3



Rio de Janeiro, 09 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Nº Sinistro: **3180303187**

Vítima: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Data do Acidente: **04/03/2018**

Cobertura: **DAMS**

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de reembolso de Despesas de Assistência Médicas e Suplementares - DAMS foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180303187**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de DAMS é de **ATÉ R\$ 2.700,00** e que suas despesas serão analisadas considerando os valores de mercado, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de reembolso é de até **30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00753/00754 - carta\_01 - DAMS



Carta nº 13067801



Rio de Janeiro, 12 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Nº Sinistro: **3180303187**

Vítima: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Data do Acidente: **04/03/2018**

Cobertura: **DAMS**

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180303187**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Comprovação de ato declaratório faltando página
- DUT ilegível

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00847/00848 - carta\_03 - DAMS



Carta nº 13085422



Rio de Janeiro, 01 de Agosto de 2018

Carta nº: 13174418

A/C: ALEX CARVALHO SANTOS

Nº Sinistro: 3180303187  
Vitima: ALEX CARVALHO SANTOS  
Data do Acidente: 04/03/2018  
Cobertura: DAMS

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ALEX CARVALHO SANTOS

Valor: R\$ 2.700,00

Banco: 104

Agência: 000000042

Conta: 00000061247-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00969/00970 - carta\_12 - DAMS

00020485



## DECISÃO

1. Não havendo nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, DEFIRO o pedido de justiça gratuita, sem prejuízo de sua impugnação, na forma do art. 100, do NCPC.

2. Em que pese o contido no art. 334, do NCPC, tem-se que a prática forense tem revelado que a empresa demandada não costuma promover autocomposição.

3. Desse modo, torna-se infrutífera a designação de audiência de conciliação, quando já visualizada a sua não realização. Ademais, a designação desse ato, quando improvável a sua realização, atenta frontalmente contra o princípio da celeridade processual. Assim, deixo de designar a dita audiência.

4. Nesse passo, CITE-SE o réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 183 c/c art. 335, ambos do NCPC), apresente resposta.

Intimações necessárias.

Guarabira, data e assinatura eletrônicas.

**ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO**

Juiz de Direito





Certifico e dou fé que, através da presente procedo a CITAÇÃO da SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT para integrar a presente relação processual, e, querendo, defender-se no prazo de 15 dias, advertindo-o que, não sendo contestada a ação, será considerada revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor na inicial constante no ID nº [30046287](#), tudo sob as cautelas legais e advertências dos arts. 238 e 344 do NCPC.

Datado e assinado eletronicamente.

LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO

Analista/Técnico Judiciário



EM ANEXO





Presidência da República  
Secretaria de Micro e Pequena Empresa  
Secretaria de Racionalização e Simplificação  
Departamento de Registro Empresarial e Integração  
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.3.0028479-6

Nome fantasia

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

M.O. An. Prot. 00-2018/017153-4

00-2018/017153-4

26/01/2018 - 10:52:13

JUCERJA

Último Arquivamento:

00003131303 - 18/12/2017

NIRE: 33.3.0028479-6

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

Órgão	Calculado	Pago
Junta	570,00	570,00
DREI	21,00	21,00

Boleto(s): 102595004

Hash: ECC52023-0730-4232-8033-7CC9943DA9D4



## REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

### SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato	Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
017	999	1	Ata de Reunião do Conselho de Administração / Ata de Reunião do Conselho de Administração
XXXX	XXXX	XXXX	XX
XXXX	XXXX	XXXX	XX
XXXX	XXXX	XXXX	XX
XXXX	XXXX	XXXX	XX

#### Representante legal da empresa

Local	Nome:	
	Assinatura:	
	Telefone de contato:	
Data	E-mail:	
	Tipo de documento:	Híbrido
	Data de criação:	24/01/2018
	Data da 1ª entrada:	



00-2018/017153-4

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 33.3.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.

Pág. 2/13



JUCERJA  
Assinatura Digital



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 15/05/2020 11:36:32

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20051511363274500000029477923>

Número do documento: 20051511363274500000029477923

Num. 30698194 - Pág. 1

**SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.**

NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 14 DE DEZEMBRO DE 2017**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Aos 14 (quatorze) dias do mês de dezembro de 2017, às 10 horas, na Rua da Assembleia, nº 100 - 26º andar – Sala de Reunião do Conselho de Administração, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

**2. CONVOCAÇÃO:** Os membros do Conselho de Administração foram convocados por correio eletrônico enviado em 07 de dezembro de 2017.

**3. PRESENÇA:** Presentes os conselheiros titulares: Roberto Barroso, Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre, Rosana Techima Salsano, Ivan Luiz Gontijo Júnior, Alfredo Lalia Neto, Marcelo Goldman, Bernardo Dieckmann, João Gilberto Possiede, Nicolás Jesus Di Salvo, Paulo de Oliveira Medeiros, João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo e Paulo Augusto Freitas de Souza, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia. Presentes, ainda, os conselheiros suplentes Leonardo F. Semenovitch, Sidney Aparecido Pariz, Anderson Fernandes Peixoto e Maurício Bernardes, que, por força da presença dos respectivos Conselheiros titulares, atenderam à reunião sem direito a voto nas matérias da ordem do dia, conforme assinaturas constantes do Livro de Presença de Conselheiros da Companhia.

**4. MESA:** Presidente: Roberto Barroso; Secretária: Isabella Maria Azevedo da Cunha.

**5. ORDEM DO DIA:** deliberar sobre:

- (i) reeleição de Diretores Estatutários; e
- (ii) eleição de membro para o Comitê de Auditoria.

**6. DELIBERAÇÕES:** Iniciados os trabalhos pelo item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, reeleger para um mandato de 01 (um) ano os seguintes membros da Diretoria da Companhia: (a) **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor Presidente da Companhia; (b) **HELIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretor sem designação específica da

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 1 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECP8FPD5CF68740F233E496AFDA80E1F88

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 3/13





Companhia; e (c) **CRISTIANE FERREIRA DA SILVA**, brasileira, solteira, securitária, titular do documento de identidade nº 16.482.014-0, expedido pela SSP-SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.179.048-09, residente e domiciliado na Cidade do Rio de Janeiro, no Estado do Rio de Janeiro, para o cargo de Diretora sem designação específica. A posse dos diretores ora eleitos dar-se-á mediante assinatura do respectivo termo no livro de atas da Diretoria Executiva da Companhia, permanecendo nos respectivos cargos até a investidura dos seus sucessores. Os Diretores ora eleitos aceitaram e declararam, sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer o comércio ou a administração de sociedade mercantis em virtude de condenação criminal, tampouco estão impedidos, por lei especial, ou condenados por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, não estando incurso em quaisquer dos crimes previstos em lei ou nas restrições legais que possam impedi-los de exercer atividades mercantis, em desacordo com o disposto no art. 37, inciso II, da Lei nº. 8.934, 18 de dezembro de 1994 e no art. 147 da Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, ciente de que qualquer declaração falsa importará em responsabilidade criminal. Os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, retirar o item (ii) da ordem do dia de pauta. Em decorrência do item (i) da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração deliberaram, por unanimidade, rerratificar as funções específicas perante à SUSEP atribuídas aos membros da Diretoria Executiva, conforme segue. Deixa-se de atribuir as funções de que tratam os itens 1.2.1.5, 1.2.1.6, e 1.2.1.7, da Carta Circular nº 1/2016/Susep-Cgrat, tendo em vista inexistirem as referidas atividades na Companhia:

N	MEMBRO	RCA	MANDATO	FUNÇÃO ESPECÍFICAS PERANTE À SUSEP
1	José Ismar Alves Tôrres	14.12.2017	13.12.2018	Diretor Presidente
2	Helio Bitton Rodrigues	14.12.2017	13.12.2018	sem função específica
3	Cristiane Ferreira da Silva	14.12.2017	13.12.2018	Diretor responsável técnico (Circular SUSEP nº 234/03 e Resolução CNSP nº 321/15) (executiva ou operacional)
4	Milton Bellizia	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelas relações com a SUSEP (executiva ou operacional)
				Diretor responsável administrativo-financeiro (executiva ou operacional)
				Diretor responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade (executiva ou operacional)
5	Andrea Louise Ruano Ribeiro	15.02.2017	14.02.2018	Diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613, de 3 de março de 1998 (Circulares SUSEP nº 234/03 e 445/12) (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos (fiscalização ou controle)
				Diretor responsável pelos controles internos específicos para a prevenção contra fraudes (fiscalização ou controle)

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 2 de 3

*[Assinaturas manuscritas]*





**7. ENCERRAMENTO, LAVRATURA, APROVAÇÃO E ASSINATURA DA ATA:** Nada mais a ser tratado, foi encerrada a reunião e lavrada a presente ata em forma de sumário dos fatos ocorridos e que, após lida e achada correta, foi aprovada e assinada por todos os conselheiros presentes.

**8. ASSINATURAS:** A presente ata foi assinada por: Roberto Barroso – Presidente (ass.), Isabella Maria Azevedo da Cunha – Secretária (ass.), Celso Damadi, Jabis de Mendonça Alexandre (ass.), Rosana Techima Salsano (ass.), Ivan Luiz Gontijo Junior (ass.), Alfredo Lalia Neto (ass.), Marcelo Goldman (ass.), Bernardo Dieckmann (ass.), João Gilberto Possiede (ass.), Nicolás Jesus Di Salvo (ass.), Paulo de Oliveira Medeiros (ass.), João Carlos Cardoso Botelho, Fernando Rodrigues Azevedo (ass.) e Paulo Augusto Freitas de Souza (ass.).

Certifico que a presente é cópia fiel da Ata original lavrada no Livro de Atas do Conselho de Administração da Companhia.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
Roberto Barroso  
Presidente

  
Isabella Maria Azevedo da Cunha  
Secretária

Ata da Reunião do Conselho de Administração da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. realizada em 14 de dezembro de 2017, às 10 horas  
Página 3 de 3

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICADO DE ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4856AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 5/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES, brasileiro, casado, securitário, inscrito no CPF/MF sob o nº 186.088.769-49 e titular da carteira de identidade nº 2.237.060, expedido pela SSP-DF, residente e domiciliado na Rua Presidente Alfonso Lopes, nº 25, apto 402 – Lagoa, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22071-050, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
JOSE ISMAR ALVES TORRES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 00-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56A7ADE5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA80E1FB8

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pag. 8/13



SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO  
DO SEGURO DPVAT S.A.  
NIRE nº. 33.3.0028479-6  
CNPJ/MF nº. 09.248.608/0001-04

LIVRO DE ATAS DE REUNIÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA

TERMO DE POSSE

HÉLIO BITTON RODRIGUES, brasileiro, solteiro, advogado, titular do documento de identidade nº 07.395.050-3, expedido pelo DETRAN-RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 990.536.407-20, residente e domiciliado na Rua Visconde de Pirajá, 228, apto 203, Ipanema, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro – CEP: 22410-000, eleito como membro da Diretoria Executiva da Seguradora Líder do Consórcio do Seguro DPVAT S.A. ("Companhia") na Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 14 de dezembro de 2017, é investido no cargo para o qual foi eleito mediante assinatura do presente termo, em conformidade com a Lei nº 6.404/1976, com prazo de mandato de 01 (um) ano. O membro da Diretoria Executiva ora investido, nos termos do art. 147 da Lei nº 6.404/76, declara, sob as penas da lei, que: (i) não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possui reputação ilibada; (iii) preenche os requisitos estabelecidos na legislação em vigor para o exercício do cargo para o qual foi eleito; e (iv) não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente no mercado da Companhia, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Companhia. Por fim, nos termos do art. 149, § 2º da Lei nº 6.404/1976, declara que receberá as citações e intimações em processos administrativos e judiciais relativos a atos de sua gestão na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, Centro, Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2017

  
HÉLIO BITTON RODRIGUES

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
NIRE: 333.0028479-6 Protocolo: 60-2018/017153-4 Data do protocolo: 26/01/2018  
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 30/01/2018 SOB O NÚMERO 00003149059 e demais constantes do termo de autenticação.  
Autenticação: FD6974386FA48220CFDE4B56AFAD5ECF8FFD5CF68740F233E496AFDA30E1FB6  
Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo. Pág. 10/13











4996507

**ANEXO I À ATA DAS ASSEMBLEIAS GERAIS ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DA SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., REALIZADAS EM 17 DE MARÇO DE 2016**

12/1

**"SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**

**ESTATUTO SOCIAL**

**CAPÍTULO I - DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

**Artigo 1º** – A SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A. (a "Companhia") é uma sociedade por ações, de capital fechado, que se rege por este Estatuto Social e pelas disposições legais que lhe forem aplicáveis.

**Artigo 2º** – A Companhia tem por objeto operar nos ramos de seguros de danos e de pessoas, podendo participar de consórcios como líder, como previsto na regulamentação do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

**Artigo 3º** – A Companhia tem sede na cidade de Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14 e 15 andares, podendo criar, modificar e encerrar, mediante decisão da Diretoria, filiais, agências, sucursais, escritórios e representações em qualquer localidade do País.

**Artigo 4º** – A Companhia terá prazo indeterminado de duração.

**CAPÍTULO II - CAPITAL SOCIAL E AÇÕES**

**Artigo 5º** – O capital social é de R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais), totalmente subscrito e integralizado, sendo dividido em 15.000.000 (quinze milhões) de ações ordinárias nominativas escriturais, sem valor nominal.

**Parágrafo Primeiro** – Cada ação ordinária confere a seu titular direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

**Artigo 6º** – Respeitadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá efetuar resgate total ou parcial de ações de qualquer espécie ou classe ou adquiri-las para mantê-las em Tesouraria, pelo valor patrimonial da ação do último balanço auditado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as demais características da operação.

**CAPÍTULO III – ASSEMBLEIA GERAL**

**ARTIGO 7º** – A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, sempre por maioria absoluta de votos, excetuados os casos expressos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 1 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE920B296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996508

**ARTIGO 8º** - A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, dentro dos 3 (três) primeiros meses após o encerramento do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais assim o exigirem.

**Parágrafo Primeiro** - A Assembleia Geral será convocada na forma da lei. Independentemente das formalidades de convocação, também será considerada regular a Assembleia Geral a que comparecerem todos os acionistas.

**Parágrafo Segundo** - A mesa da Assembleia Geral será presidida por um acionista, diretor ou não, escolhido dentre os presentes por aclamação para dirigir os trabalhos, o qual poderá nomear até 2 (dois) secretários, que poderão ser acionistas ou não, para assessorá-lo a dirigir os trabalhos, manter a ordem, suspender, adiar e encerrar as reuniões e reduzir a termo o que foi deliberado, produzindo a competente ata.

**Parágrafo Terceiro** - Os representantes legais e os procuradores constituídos, para que possam comparecer às Assembleias, deverão fazer a entrega dos respectivos instrumentos de representação ou mandato na sede da Companhia, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião acontecer.

**Parágrafo Quarto** - Ressalvadas as exceções previstas em lei, a Assembleia Geral instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 1/4 (um quarto) do capital social com direito a voto, e em segunda convocação instalar-se-á com qualquer número.

**Parágrafo Quinto** - As decisões da Assembleia Geral serão formalizadas através de ata que deverá conter a transcrição das deliberações tomadas. Da ata tirar-se-ão certidões ou cópias autenticadas para os fins legais.

**Parágrafo Sexto** - Somente será aprovada a modificação do objeto social da Companhia com a aprovação de 2/3 (dois terços) das ações ordinárias.

#### **CAPÍTULO IV - ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA**

**ARTIGO 9º** - A Companhia terá um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

**Parágrafo Primeiro** - Os Conselheiros e os Diretores serão investidos, após a aprovação de sua eleição pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, em seus cargos mediante assinatura do termo de posse no Livro de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso.

**Parágrafo Segundo** - O prazo de gestão dos Conselheiros e dos Diretores estender-se-á até a investidura dos respectivos sucessores.

**Parágrafo Terceiro** - As atas das reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva serão lavradas em livro próprio e serão assinadas pelos Conselheiros e pelos Diretores presentes, conforme o caso.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinárias e Extraordinárias da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 2 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C81B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996509

**Parágrafo Quarto** – Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva ficam dispensados de prestar caução como garantia de sua gestão.

**Parágrafo Quinto** – Caberá à Assembleia Geral fixar o montante global da remuneração dos Administradores, a qual será distribuída e destinada conforme deliberação do Conselho de Administração.

## **CAPÍTULO V - CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**ARTIGO 10** – A Companhia será administrada por um Conselho de Administração, composto por, no mínimo, 9 (nove) membros, e no máximo, 15 (quinze) membros, e igual número de suplentes, todos acionistas, residentes no País ou não, eleitos e destituíveis pela Assembleia Geral, e com mandato de 1 (um) ano, permitida a reeleição.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros do Conselho de Administração terão as seguintes denominações: Conselheiro Presidente, Conselheiro Vice-Presidente e demais conselheiros sem designação específica.

**Parágrafo Segundo** – O membro do Conselho de Administração, que tiver ou representar interesse conflitante com a Companhia, não poderá ter acesso a informações nem participar e exercer o direito de voto nas deliberações do Conselho de Administração que configurem tal impedimento. Poderá, todavia, ser substituído por seu suplente, desde que este não esteja igualmente impedido.

**Parágrafo Terceiro** – O primeiro mandato dos membros do Conselho de Administração poderá ser superior a 1 (um) ano, se estendendo até a Assembleia Geral Ordinária que se realizar em 2009, referente ao exercício de 2008.

**ARTIGO 11** – Eleito pela Assembleia Geral o Conselho de Administração, caberá a este a eleição do Presidente e do Vice-Presidente do Conselho, por maioria de votos. O Vice-Presidente substituirá o Presidente nas suas ausências e impedimentos temporários.

**ARTIGO 12** – Na hipótese de ausências e impedimentos temporários de membro do Conselho de Administração, caberá ao seu suplente substituí-lo, e, no caso de vacância de cargo do Conselho de Administração, o conselheiro ausente será substituído por seu suplente até que seja eleito novo membro e seu respectivo suplente pela primeira Assembleia Geral.

**ARTIGO 13** – Todas as deliberações do Conselho de Administração, feitas nas competentes reuniões e devidamente lavradas em atas, serão tomadas pela maioria de votos dos presentes.

**Parágrafo Primeiro** – O Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração terão direito a voto, cabendo, ainda, ao Presidente em exercício, na hipótese de empate nas deliberações, o voto de desempate.

**Parágrafo Segundo** - Para que as reuniões do Conselho de Administração possam se instalar e validamente deliberar será necessário a presença da maioria de seus membros em exercício (titulares ou suplentes), desde que a reunião tenha sido regularmente

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 3 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



convocada.



4996510

**Parágrafo Terceiro** - Caberá ao Presidente do Conselho de Administração presidir as reuniões do aludido Conselho de Administração, e escolher o secretário da reunião, que poderá não ser membro do Conselho de Administração.

**ARTIGO 14** - O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 1 (uma) vez por mês e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação de seu Presidente ou, conjuntamente, por 3 (três) de seus membros.

**Parágrafo Primeiro** - Os membros da Diretoria Executiva participarão das reuniões do Conselho de Administração, quando convocados pelo Presidente do Conselho de Administração a pedido de qualquer de seus membros, para esclarecer sobre quaisquer assuntos de interesse da Companhia.

**Parágrafo Segundo** - As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas, por escrito, mediante carta, telegrama ou e-mail a cada um dos seus membros, e dos membros da Diretoria Executiva quando for o caso, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência da data de sua realização. O local de realização das reuniões do Conselho de Administração deverá constar do competente anúncio de convocação, juntamente com o horário, a data de realização e a ordem do dia.

**Parágrafo Terceiro** - Independentemente das formalidades relativas à convocação, considerar-se-á regular a reunião a que comparecerem todos os membros titulares do Conselho de Administração ou seus suplentes, expressamente autorizados pelos respectivos titulares.

**ARTIGO 15** - Compete ao Conselho de Administração, além das atribuições que lhe são conferidas por lei:

- a) convocar as Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias;
- b) fixar a orientação geral dos negócios da Companhia e aprovar as diretrizes políticas empresariais e objetivos básicos para todas as áreas principais da atuação da Companhia, bem como a sua política de investimentos financeiros;
- c) aprovar o orçamento anual, o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- d) eleger e destituir os Diretores da Companhia e fixar-lhes as atribuições através de um Regimento da Diretoria Executiva, bem como atribuir, dentro do montante global da remuneração fixada pela Assembleia Geral, os honorários mensais de cada um dos membros da Administração da Companhia;
- e) eleger, destituir e fixar a remuneração dos membros do Comitê de Auditoria da Companhia;
- f) fiscalizar a gestão dos Diretores, podendo examinar a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitar informações sobre quaisquer atos celebrados ou em vias de celebração pela Diretoria Executiva;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 4 de 10

Bernardo P. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C895  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996511

g) manifestar-se, previamente, sobre o relatório da Administração, as contas da Diretoria Executiva, as demonstrações financeiras do exercício e examinar os balancetes mensais;

h) por proposta da Diretoria Executiva, deliberar sobre a declaração de dividendos à conta de lucros apurados em balanços semestrais e submeter à Assembleia Geral a proposta de destinação do lucro líquido do exercício;

i) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, contratos de marketing, etc.), bem como contrato financeiro, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e de locação cujo valor exceder o limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

j) autorizar a concessão de qualquer garantia, pela Companhia, qualquer que seja o montante, vedada a concessão de garantias para negócios estranhos aos interesses sociais;

k) a aprovação de qualquer transação para pôr término a litígio de valor superior ao limite de alçada da Diretoria Executiva estabelecido pelo próprio Conselho de Administração;

l) estabelecer, por proposta da Diretoria Executiva, critérios gerais de remuneração e a política de benefícios, diretos e indiretos, do quadro de funcionários;

m) decidir sobre a aquisição das próprias ações da companhia para cancelamento ou permanência em tesouraria e, neste último caso, deliberar sobre a sua eventual alienação, observadas as disposições legais aplicáveis;

n) nomear e destituir os auditores independentes da Companhia, analisando e homologando os resultados de seus trabalhos;

o) contribuir para o desenvolvimento de modelos, metodologias e processos de gestão, recomendando à Diretoria Executiva o alinhamento da companhia às melhores práticas, atuando como agente de modernização;

p) analisar e aprovar as propostas para novos investimentos em equipamentos, os compromissos de parcerias e associações e os assumidos com colaboradores;

q) definir diretrizes para o planejamento estratégico;

r) aprovar dotações orçamentárias para cada área e projetos, avaliando e aprovando os resultados a serem atingidos e seus ajustes;

s) manter-se devidamente atualizado sobre os riscos dos negócios;

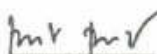
t) aprovar a contratação de serviços de regulação e de liquidação de sinistros.

u) aprovar e fazer cumprir o Código de Ética da Companhia; e

v) resolver sobre os casos omissos no Estatuto Social e exercer outras atribuições que a

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 5 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996512

lei ou este Estatuto não confirmam a outro órgão da Companhia.

**ARTIGO 16** – São atribuições específicas do Presidente do Conselho de Administração:

- a) fixar as datas para as reuniões ordinárias e convocar as reuniões extraordinárias do Conselho;
- b) presidir as reuniões e supervisionar os serviços administrativos do Conselho;
- c) dar o voto de qualidade em caso de empate, além de seu próprio voto; e
- d) zelar pela preservação do estatuto social, e pelo cumprimento das atribuições que cabem ao Conselho de Administração;

**Parágrafo Único** – Incumbe ao Vice-Presidente do Conselho de Administração substituir o Presidente durante as suas ausências ou impedimentos.

#### **CAPÍTULO VI - COMITÊ DE AUDITORIA**

**ARTIGO 17** – A Companhia terá um Comitê de Auditoria.

**ARTIGO 18** - O Comitê de Auditoria será composto por 3 (três) membros e se regerá, em todos os seus aspectos, pelo previsto na legislação do Conselho Nacional de Seguros Privados e da Superintendência de Seguros Privados.

**Parágrafo único** - Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a sua reeleição na forma da legislação em vigor, e receberão, a título de remuneração, o estabelecido pelo Conselho de Administração.

#### **CAPÍTULO VI – DIRETORIA EXECUTIVA**

**ARTIGO 19** - A Diretoria Executiva é o órgão de representação da Companhia, a quem compete praticar todos os atos de gestão dos negócios sociais e será composta pelo Diretor Presidente e por 4 (quatro) Diretores sem designação específica, dentre eles um responsável pelos controles internos e que terá as atribuições da Lei nº 9.613/98, outro que será o responsável técnico e responsável pela prevenção de fraudes, outro que será responsável pelo relacionamento com a SUSEP e, dentre eles, ainda, um diretor responsável administrativo-financeiro, que também será responsável pelo acompanhamento, supervisão e cumprimento das normas e procedimentos de contabilidade, tudo conforme o que dispõe a regulamentação em vigor, com as demais atribuições estabelecidas pelo Conselho de Administração da Companhia

**Parágrafo Primeiro** – Os Diretores serão eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração, com mandato de até 1 (um ano), sendo permitida a reeleição.

**Parágrafo Segundo** – Na hipótese das ausências e impedimentos dos Diretores caberá ao Diretor-Presidente indicar, entre os demais Diretores, o substituto, sendo atribuição do Conselho de Administração tomar as medidas necessárias em caso de ausência

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 6 de 10

  
Bernardo F. S. Derwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016





4996513

temporária do Diretor-Presidente, bem como deliberar sobre o preenchimento da vaga em caso de vacância de qualquer um dos Diretores.

**ARTIGO 20** – Cabe aos integrantes da Diretoria Executiva, em conjunto, supervisionar e controlar todos os assuntos da Companhia, de acordo com as diretrizes e políticas determinadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral, competindo-lhe ainda:

- a) administrar os bens e serviços da Companhia;
- b) gerir as atividades da Companhia, obedecendo rigorosamente às diretrizes traçadas pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;
- c) zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto social;
- d) cumprir e fazer cumprir as deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- e) elaborar e apresentar anualmente, ao Conselho de Administração, relatório circunstanciado de suas atividades, balanço e prestação de contas do exercício findo, bem como a sua compatibilidade com o planejamento estratégico e orçamento plurianual da Companhia;
- f) preparar e submeter ao Conselho de Administração o orçamento anual e o plurianual e o planejamento estratégico da Companhia;
- g) elaborar e escriturar o balanço e os livros contábeis referentes às demonstrações do exercício findo, para oportuna manifestação do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;
- h) autorizar a celebração de qualquer operação ou negócio relevante (contratos, acordos, alianças estratégicas, parcerias, convênios), bem como contratos financeiros, de aquisição, de venda, de constituição de ônus reais e locação dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- i) aprovar qualquer transação para pôr término a litígio dentro da alçada estabelecida pelo Conselho de Administração;
- j) admitir e dispensar o pessoal administrativo;
- h) representar a Companhia em juízo ou fora dele.

**ARTIGO 21** - Compete ao Diretor Presidente, além de coordenar a ação dos Diretores e de dirigir as atividades relacionadas com o planejamento geral da Companhia:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva;
- b) executar a política, as diretrizes e as atividades de administração da Companhia, conforme especificado pelo Conselho de Administração e pela Assembleia Geral;

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 7 de 10

  
Bernardo F.S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208295B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016







4996514

c) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades da Companhia, através da apresentação mensal de balancete econômico-financeiro e patrimonial da Companhia;

d) manter o Conselho de Administração informado sobre as atividades do Seguro DPVAT e o andamento de suas operações;

e) propor um código de ética para a Companhia, consistente com o código de ética aprovado pelo órgão de representação sindical superior das empresas de seguro;

f) avaliar periodicamente o desempenho dos Diretores, informando a sua conclusão ao Conselho de Administração;

g) delegar para qualquer um dos Diretores a execução das atribuições que estejam dentro de sua alçada; e

i) exercer outras funções que lhe forem cometidas pelo Conselho de Administração.

**ARTIGO 22** – Como regra geral, a Companhia se obrigará validamente sempre que representada por:

a) dois Diretores;

b) qualquer Diretor em conjunto com um procurador;

c) dois procuradores com poderes especiais.

**Parágrafo Primeiro** – Na constituição de procuradores, observar-se-ão as seguintes regras:

a) todas as procurações serão outorgadas pelo Diretor Presidente, em conjunto com outro Diretor. Na ausência do Diretor-Presidente, as procurações serão outorgadas por dois Diretores em conjunto;

b) quando a procuração tiver por objeto a prática de atos que dependam de prévia autorização da Diretoria Executiva, a sua outorga ficará sujeita ao disposto no Parágrafo Segundo desta Cláusula.

**Parágrafo Segundo** – O prazo de mandato contido nas procurações outorgadas pela Companhia não poderá exceder o prazo de mandato da Diretoria Executiva, exceto para as procurações judiciais, que terão o prazo correspondente à duração da respectiva ação judicial ou, se inaplicável, prazo indeterminado.

#### CAPÍTULO VIII - CONSELHO FISCAL

**ARTIGO 23** – A Companhia terá um Conselho Fiscal cujos deveres, competências e responsabilidades serão os definidos em lei.

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016

Página 8 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C88883B2947C61B477D798CBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2018







4996515

**Parágrafo Primeiro** – O Conselho Fiscal é composto por, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 5 (cinco) membros efetivos e igual número de suplentes, eleitos pela Assembleia Geral.

**Parágrafo Segundo** – O Conselho Fiscal poderá reunir-se, sempre que necessário, mediante convocação de qualquer de seus membros, lavrando-se em ata suas deliberações.

## **CAPÍTULO IX – EXERCÍCIO SOCIAL, DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E LUCROS**

**ARTIGO 24** – O exercício social terá início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. Ao término de cada exercício social serão elaboradas as demonstrações financeiras previstas em lei.

**ARTIGO 25** – Em cada exercício, os acionistas terão direito a receber, a título de dividendos, um percentual do lucro líquido do exercício, obedecido o mínimo obrigatório de 25% sobre aquele lucro líquido, com os seguintes ajustes:

- a) o acréscimo das importâncias resultantes da reversão, no exercício, de reservas para contingências, anteriormente formadas;
- b) o decréscimo das importâncias destinadas, no exercício, à constituição da reserva legal e de reservas para contingências;
- c) sempre que o montante do dividendo mínimo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a Diretoria Executiva poderá propor, e o Conselho de Administração e a Assembleia Geral aprovarem, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar (artigo 197 da Lei nº 6.404/76, com a redação dada pela Lei nº 10.303/01).

**ARTIGO 26** – A Companhia poderá levantar balanços semestrais, trimestrais ou mensais, bem como declarar dividendos à conta de lucros apurados nesses balanços. A Companhia poderá ainda declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

**Parágrafo Único** – Os dividendos distribuídos nos termos deste artigo poderão ser imputados ao dividendo obrigatório.

**ARTIGO 27** – A Companhia poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio.

**Parágrafo Único** – A remuneração paga nos termos deste artigo poderá ser imputada ao dividendo obrigatório.

## **CAPÍTULO X - LIQUIDAÇÃO**

**ARTIGO 28** – A Companhia entrará em liquidação nos casos previstos em lei, observadas as disposições contidas no artigo 68 e seguintes do Decreto nº 60.459, de 13

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 9 de 10

  
Bernardo F. S. Berwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 48F9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002959803 - 11/10/2016



de março de 1967.



4996516

## XI – DISPOSIÇÕES GERAIS

**ARTIGO 29** - É vedado à Companhia conceder financiamento ou garantias de qualquer espécie a terceiros, sob qualquer modalidade, para negócios estranhos aos interesses sociais da Companhia.

**ARTIGO 30** - A Companhia observará todos os acordos de acionistas registrados na forma do artigo 118 da Lei nº 6.404/76, cabendo à administração abster-se de registrar as transferências de ações contrárias aos seus respectivos termos e cabendo ao Presidente da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, abster-se de computar os votos proferidos com infração dos mencionados acordos de acionistas.

**ARTIGO 31** - A Companhia assegurará a seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais, presentes e passados, nos casos em que não houver incompatibilidade com os interesses da Companhia e na forma definida pela Diretoria Executiva a defesa em processos judiciais e administrativos contra eles instaurados pela prática de atos no exercício de cargo ou função na Companhia.

**Parágrafo Único** - Sem prejuízo para o disposto no caput, a Companhia manterá contrato de seguro de responsabilidade civil (seguro D&O) permanente em favor de seus administradores, dirigentes e conselheiros fiscais para resguardá-los de quaisquer atos ou fatos pelos quais eventualmente venham a ser responsabilizados, cobrindo todo o período de exercício de seus respectivos mandatos.

**ARTIGO 32** - Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir todas as questões oriundas deste Estatuto Social com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja."

Anexo I à Ata das Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., realizadas em 17 de março de 2016  
Página 10 de 10

  
Bernardo F. S. Benwanger  
Secretário Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro  
Empresa: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A  
Nire: 33300284796  
Protocolo: 0020163575185 - 27/09/2016  
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 10/10/2016, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.  
Autenticação: 4BF9A0C86883B2947C61B477D79BCBA11812475AE9208296B235403C7645C695  
Arquivamento: 00002958803 - 11/10/2016






## PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento particular de procuração a **SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas nº 74, 5º, 6º, 9º, 14º e 15º andares, parte, Centro, Rio de Janeiro - RJ, CEP 20031-205, inscrita no CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, por seu Diretor Presidente, **JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**, brasileiro, casado, securitário, CPF/MF nº 186.088.769-49, RG 2.237.060, SSP-Df, e por seu Diretor Jurídico, **HÉLIO BITTON RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, CPF/MF nº 990.536.407-20 e OAB/RJ nº 71.709; nomeia e constitui seus bastantes procuradores, os advogados **MARISTELLA DE FARIAS MELO SANTOS**, brasileira, CPF/MF nº 082.587.197-26 e OAB/RJ nº 135.132; **THEREZINHA COIMBRA FRANÇA**, brasileira, CPF/MF nº 542.587.407-30 e OAB/RJ nº 62.420; **JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, CPF/MF nº 110.916.708-38 e OAB/SP nº 111.807; **ANA CAROLINA MARTINS GUIMARÃES DE SOUZA**, brasileira, CPF/MF nº 079.914.007-43 e OAB/RJ nº 111.545; **ANDRÉ SCHIESARI DE MIRANDA**, brasileiro, CPF/MF nº 012.941.857-99 e OAB/RJ nº 83.969; **FERNANDA JOSÉ DA SILVA FREIRE**, brasileira, CPF/MF nº 037.242.447-38 e OAB/RJ nº 161.160; **JULIO CEZAR DE AZEVEDO FARIA**, brasileiro, CPF/MF nº 532.246.397-68 e OAB/RJ nº 63.359; **LEILA MARCIA NOGUEIRA DA COSTA CAIRES**, brasileira, CPF/MF nº 034.062.507-42 e OAB/RJ nº 125.974; **PAULO LEITE DE FARIAS FILHO**, brasileiro, CPF/MF nº 029.186.977-70 e OAB/RJ nº 113.674; **JULIANA DANTAS BORGES**, brasileira, CPF/MF nº 055.255.997-08 e OAB/RJ nº 135.435; **DANIELA FERREIRA MENDES DE OLIVEIRA CASTRO**, brasileira, CPF/MF nº 088.398.387-75 e OAB/RJ nº 135.731; **DAVID SANTOS DA CRUZ**, brasileiro, CPF/MF nº 115.998.867-66 e OAB/RJ nº 174.217; todos com endereço profissional à Rua da Assembléia, nº 100, 26º andar, Centro, CEP 20011-904, no Município do Rio de Janeiro - RJ, conferindo os poderes da cláusula *Ad Judicia et Extra* para atuar no foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, Tribunal e Órgãos de Proteção e Defesa do Consumidor, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, atuar em processos físicos e eletrônicos, realizar cadastro e acessar sistemas digitais, nomear prepostos, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos ao fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer no todo ou em parte, com reservas de poderes, tudo com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, autorizados, desde já, a receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, devendo todo e qualquer levantamento judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1769-8, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A, CNPJ/MF nº 09.248.608/0001-04, nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016, tendo prazo de validade indeterminado.

Rio de Janeiro, 05 de fevereiro de 2018.

  
**JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES**  
DIRETOR PRESIDENTE

  
**HÉLIO BITTON RODRIGUES**  
DIRETOR

<b>17º Ofício de Notas DA CAPITAL</b>	<b>Tabelião: Carlos Alberto Firmo Oliveira</b>	<b>ADBZB690</b>
<b>Reconheço por AUTENTICAÇÃO as firmas de: HÉLIO BITTON RODRIGUES e JOSÉ ISMAR ALVES TÔRRES (X00000524453)</b>	<b>Rua do Carmo, 63 - Centro - Rio de Janeiro - RJ - Tel: 21037-5000</b>	<b>088674</b>
<b>Rio de Janeiro, 08 de fevereiro de 2018.</b>	<b>Conf. por: Serventia T. H. FUNDOS</b>	<b>CARTÓRIO 17º OFÍCIO DE NOTAS RJ</b>
<b>Em testemunho da verdade.</b>	<b>Total</b>	<b>Paula Cristina A. D. Gaspar</b>
<b>Paula Cristina A. D. Gaspar - Aut.</b>		<b>3.9% Escrevente</b>
<b>ETUP-56891 H01, ETUP-56892 H01</b>		<b>10796.48062 série 09077 ME</b>
<b>https://www3.tirri.jus.br/sitepublico</b>		<b>Aut. 20.5.3º Lei 8.936/94</b>



### SUBSTABELECIMENTO

Na qualidade de procurador da **SEGURADORA LIDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S.A.**, empresa com sede na Rua Senador Dantas, nº 74 – 5º andar – Centro – RJ, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado pelo **Dr. JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 111.807 e no CPF/MF sob o nº 110.916.708-38, doravante denominada Outorgante, substabeleço, com reserva de iguais, nas pessoas dos **Drs. CARLOS EDUARDO DE SOUZA CABRAL**, brasileiro, casado, OAB/RJ 189.997; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, OAB/RJ 152.629; **JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, OAB/RJ 134.307; **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, casado, OAB/RJ 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, OAB/RJ 140.522; **RAFAELLA BARBOSA PESSOA DE MELO MENEZES**, brasileira, casada, OAB/RJ 185.681; **TODOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE DE ADVOGADOS DENOMINADA JOÃO BARBOSA ADVOGADOS ASSOCIADOS**, inscrita na OAB/RJ sob o nº 32.203/2005, com escritório situado na Rua São José, número 90, oitavo andar, CEP: 20010-901 Tel.: (21) 3265-5600, aos quais, independentemente de ordem ou nomeação, conferem plenos poderes para o foro em geral, com a cláusula *Ad Judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações e recursos competentes e defender a Outorgante nos contrários, usando de todos os recursos legais, podendo firmar compromisso, transigir, desistir, acordar, discordar, assinar termos, conciliar nos termos dos artigos 105 e seguintes do Código de Processo Civil, nomear prepostos para representá-la judicialmente, bem como praticar todos os demais atos necessários e em direito admitidos para o fiel cumprimento do presente mandato, inclusive substabelecer, tudo

Preocupada com o meio ambiente, a Seguradora Líder DPVAT utiliza papel reciclado e ajuda a preservar o futuro.





com o fim específico de promover a defesa dos interesses da Outorgante, ficando, desde já, **VEDADO** receber, dar quitação e levantar o crédito proveniente de alvarás de pagamento, em nome de qualquer pessoa física, devendo todo e qualquer levantamento, judicial ou em Instituições Financeiras, ser liberado mediante Documento de Ordem de Crédito (DOC) ou Transferência Eletrônica Disponível (TED), onde a OUTORGANTE figure, em conjunto ou isoladamente, como beneficiária do crédito, devendo a remessa dos recursos, em qualquer caso, ser feita através de depósito bancário, com identificação do depositante, no Banco do Brasil, Agência 1912-7, Conta nº 644000-2, em nome de SEGURADORA LÍDER DO CONSÓRCIO DO SEGURO DPVAT S/A, CNPJ/MF nº09. 248.608/0001-04 nos estritos ditames da Portaria SUSEP nº 34, de 02/08/2016.

Rio de Janeiro, 01 de abril de 2018.

**JORSON CARLOS SILVA DE OLIVEIRA**  
OAB/SP 111.807



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180303152 **Cidade:** Araçagi **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ALEX CARVALHO SANTOS **Data do acidente:** 04/03/2018 **Seguradora:** ARUANA SEGURADORA S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 17/08/2018

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Sim

**Diagnóstico:** FRATURA EXPOSTA DISTAL DO RÁDIO DIREITO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO E ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:**

**Documentos complementares:**

**Observações:** ENCAMINHO PARA PERÍCIA MÉDICA PARA MELHOR ESCLARECIMENTO DAS SEQUELAS DEFINITIVAS QUE TENHAM PERSISTIDO APÓS O TÉRMINO DO TRATAMENTO.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

### ESPECIALISTA

**Empresa:** Líder- Serviços AMD

**Grupo:** EQ1

**Nome:** TALITA FONSECA MEDEIROS DA SILVA

**CRM:** 5290873-8

**UF do CRM:** RJ

**Assinatura:**

*Talita Fonseca Medeiros*



Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e  
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: **3180303152**  
Nome do(a) Examinado(a): **ALEX CARVALHO SANTOS**  
Endereço do(a) Examinado(a): **RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS nº 35 - CENTRO - ARACAGI/PB**  
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: **RG 468243495 - SSP**  
Data e local do acidente: **04/03/2018 ARACAGI/PB**  
Data e local do exame: **22/08/2018 JOAO PESSOA/PB**

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva o(s) diagnóstico(s) das lesões efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado.

**FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO**

II. Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.

**FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO TRATADA CIRURGICAMENTE COM REDUÇÃO ABERTA E FIXAÇÃO INTERNA COM PLACA E PARAFUSOS E FISIOTERAPIA, SEM INTERCORRÊNCIAS, COM ALTA MÉDICA**

III. Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado.

**CICATRIZ CIRÚRGICA NORMOTRÓFICA E NORMOCRÔMICA DE 06 CM NA FACE VENTRAL DO PUNHO DIREITO. LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO E ROTAÇÃO DO PUNHO DIREITO**

IV. Nexo de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente trânsito e comprovadas na documentação apresentada?

☒ SIM ☐ NÃO

V. Existe seqüela (lesão deficitária irreversível não mais suscetível a qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

VI. Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:

**DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO PUNHO DIREITO**

Caso a resposta do item V seja "Não", concluir utilizando apenas as opções no item VII "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item VII "b".

VII. Segundo previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(\*).

☐ Vítima em tratamento

Esta avaliação médica deve ser repetida em \_\_\_\_\_ dias

☐ Sem seqüela permanente

Não existem lesões diretamente decorrentes do acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela): **PUNHO DIREITO**

☐ 10% ☒ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela):

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela):

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela):

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

VIII.\* Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou a valoração do dano corporal.

**REVISOR MANTEVE ENQUADRAMENTO E VALORAÇÃO DO MÉDICO EXAMINADOR. -**

**Médico Perito: JOAO FERNANDES DE SOUZA CRM:2732 PB/PB**

  
João Fernandes de Souza  
CRM - PB 2732

Assinatura do(a) Médico(a) Examinador(a)  
Carimbo com nome e CRM



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	24/08/2018
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:	
----------------------	--

VALOR TOTAL:	843,75
--------------	--------

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ALEX CARVALHO SANTOS

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00042

CONTA: 000000061247-3

---

---

Nr. da Autenticação 50131E6AD42974F5





## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180303152 **Cidade:** Araçagi **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ALEX CARVALHO SANTOS **Data do acidente:** 04/03/2018 **Seguradora:** ARUANA SEGURADORA S/A

### PARECER

**Diagnóstico:** FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO.

**Descrição do exame médico pericial:** DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO PUNHO DIREITO.

**Resultados terapêuticos:** FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO TRATADA CIRURGICAMENTE COM REDUÇÃO ABERTA E FIXAÇÃO INTERNA COM PLACA E PARAFUSOS E FISIOTERAPIA, SEM INTERCORRÊNCIAS, COM ALTA MÉDICA. CICATRIZ CIRÚRGICA NORMOTRÓFICA E NORMOCRÔMICA DE 06 CM NA FACE VENTRAL DO PUNHO DIREITO. LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO E ROTAÇÃO DO PUNHO DIREITO.

**Sequelas permanentes:** APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO PUNHO DIREITO.

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 22/08/2018

**Conduta mantida:**

**Observações:** REVISOR MANTEVE ENQUADRAMENTO E VALORAÇÃO DO MÉDICO EXAMINADOR. -

**Médico examinador:** JOAO FERNANDES DE SOUZA

**CRM do médico:** 2732 PB

**UF do CRM do médico:** PB

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

### PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

**Médico revisor:** DORES MENDES B C MENDES

**CRM do médico:** 52.25889-0

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**

*Dores Mendes*



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA:	24/08/2018
------------------------	------------

NUMERO DO DOCUMENTO:	
----------------------	--

VALOR TOTAL:	843,75
--------------	--------

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ALEX CARVALHO SANTOS

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00042

CONTA: 000000061247-3

---

---

Nr. da Autenticação 50131E6AD42974F5





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 4ª VARA MISTA DE GUARABIRA VARA MISTA DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo: 08012343420208150181

**AUSÊNCIA DE COBERTURA**

**SÚMULA 474 STJ:** "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez."

**SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, com sede na cidade do Rio de Janeiro/RJ, à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, inscrita no CNPJ sob nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado por seus advogados que esta subscrevem nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALEX CARVALHO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem, *mui* respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, apresentar

**CONTESTAÇÃO**

Consoante às razões de fato e de direito que passa a expor

**BREVE SÍNTESE DA DEMANDA**

Alega a parte Autora em sua peça vestibular que foi vítima de acidente automobilístico na data de **04/03/2018**, restando permanentemente inválida.

**Destaca-se que a parte apenas procedeu com o registro na Delegacia de Polícia na data 06/04/2018.**

**Constata-se, pelos documentos acostados à exordial, que o veículo causador dos danos era de propriedade da própria vítima reclamante da indenização. Assim, o acidente narrado não possui cobertura pelo Seguro Obrigatório de Veículos – DPVAT, vez que o autor proprietário do veículo encontrava-se inadimplente com o pagamento do prêmio do seguro obrigatório na ocasião do sinistro.**

Cumpra esclarecer que após a devida análise da documentação apresentada a Seguradora, o médico perito avaliou como incompleta e parcial a lesão acometida pela vítima, o que por certo descaracteriza o pleito de indenização integral por seguro obrigatório DPVAT.

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br



Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 3.543,75 (três mil e quinhentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa.

A pretensão esposada na inicial não merece prosperar, visto que sua argumentação afigura-se totalmente contrária à orientação jurisprudencial traçada pelo Superior Tribunal de Justiça, bem como preceitua a legislação vigente sobre o DPVAT. É o que se demonstrará em seguida.

#### **PRELIMINARMENTE**

#### **DA TEMPESTIVIDADE**

A Ré apresenta a presente contestação em consonância com regra prevista no art. 218, § 4º do CPC/2015<sup>1</sup>, prestigiando os princípios da celeridade, economia processual e boa-fé, pugnando desde já pelo recebimento da mesma.

#### **DO DESINTERESSE NA REALIZAÇÃO DA AUDIÊNCIA PRELIMINAR DE CONCILIAÇÃO**

Conforme se observa na exordial, a natureza do pedido do Seguro Obrigatório DPVAT, cujo cerne da questão é a suposta invalidez do demandante e o grau da lesão sofrida para fins indenizatórios do referido Seguro.

Assim, **torna-se imprescindível a realização da prova pericial**, pois, a Lei do DPVAT prevê graus diferenciados referentes à extensão das lesões acometidas pelas vítimas, classificando-as em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, em caso de invalidez parcial do beneficiário a indenização será paga de forma proporcional ao grau da debilidade sofrida.

Desse modo, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação, e, visando dirimir as dúvidas existentes sobre a invalidez do autor, requer, se Vossa Excelência assim entender, a antecipação da prova pericial nos termos do art. 381, do CPC/2015<sup>2</sup>.

#### **DO MÉRITO**

#### **DA AUSÊNCIA DE COBERTURA**

No caso trazido à baila, conforme se extrai da documentação acostada aos autos, a parte autora é proprietária do veículo causador das lesões pelas quais é pleiteada a indenização pelo Seguro DPVAT, estando a categoria daquele englobada pelo Consórcio DPVAT, à inteligência do art. 38 da Resolução do CNSP nº 332/2015.

Contudo, é cristalino que a parte autora não preenche os requisitos necessários para ser indenizada, em razão da mora do pagamento do Seguro DPVAT, conforme demonstrado abaixo:

<sup>1</sup>[1] Art. 218 - Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. [...] § 4º - Será considerado tempestivo o ato praticado antes do termo inicial do prazo.

<sup>2</sup>[1] Art. 381. A produção antecipada da prova será admitida nos casos em que: II - a prova a ser produzida seja suscetível de viabilizar a autocomposição ou outro meio adequado de solução de conflito;







Ademais, se deve frisar o caráter social do Seguro DPVAT, evidenciado pela destinação do prêmio pago pelos proprietários de veículos automotores. Digno de destaque, que o valor pago a título de prêmio é rateado de forma que 45% dos valores arrecadados são direcionados ao Fundo Nacional de Saúde – FNS, para custeio de tratamento de vítimas de acidente na rede pública, no Sistema Único de Saúde-SUS e 5% são destinados aos programas educativos que buscam prevenir a ocorrência de novos acidentes, através do DENATRAN.

Frise-se que a ausência de pagamento pelo proprietário gera um prejuízo a toda sociedade, na medida, em caso de inadimplência do seguro, os valores não são repassados aos programas sociais, programa saúde pública e programas educadores de prevenção de acidentes.

Conforme antedito, o Seguro DPVAT exclui da cobertura o sinistrado, quando este for o proprietário do veículo e se encontrar inadimplente em relação ao pagamento do prêmio, quando da ocorrência do acidente. Por certo, a exclusão da cobertura restringe-se somente ao acidentado-proprietário inadimplente, mantendo-se toda a cobertura no que tange a terceiros.

É exatamente este o entendimento que ensejou a edição do verbete sumular nº 257 do STJ, posto que os casos concretos que foram julgados naquela corte tratavam de situações onde a vítima não era o proprietário do veículo, sendo, portanto, prescindível a discussão acerca do pagamento ou não do prêmio, uma vez que, indiscutivelmente, aqueles acidentados tinham direito ao recebimento da indenização.

Assim, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça buscou, tão somente, resguardar o direito de terceiros quando não realizado o pagamento do prêmio pelo causador do sinistro.

Portanto, feita a devida análise nos precedentes da súmula 257, STJ, quais sejam: REsp 200838/GO; REsp 67763/RJ; e REsp 144583/SP, temos que a mesma trata de situações jurídicas distintas, quando confrontado ao teor Resolução 273/2012 do CNSP, conforme quadro comparativo que segue:

RESOLUÇÃO 273 /2012 DO CNSP	SÚMULA 257, STJ
Exclui da cobertura a vítima, quando esta for proprietária do veículo causador do acidente, estando este inadimplente.	Garante o recebimento do seguro a TERCEIROS vítimas de sinistro causado por proprietário de veículo inadimplente.

Consigne-se, por oportuno, que a interpretação que deve ser dada à Súmula 257, STJ, corroborando com a exegese do art.7º, §1º da Lei 6.194/74<sup>x</sup>, garante à seguradora consorciada o direito de regresso em face do proprietário inadimplente em caso de eventuais valores que se desembolsem com as vítimas de sinistros quando o evento for causado por proprietários inadimplentes.

Ora, se o §1º do art. 7º da Lei 6.194/74 prevê o direito de regresso em face do proprietário inadimplente, e houvesse condenação da Seguradora em indenizar o referido proprietário, a parte autora figuraria tanto como credora, como devedora dos valores indenizatórios. Deste modo, forçoso aplicar o instituto da compensação e a consequente extinção das obrigações, de acordo com o Art. 368 do Código Civil.

Pelo exposto, não deve ser imputada à Seguradora Ré qualquer dever de indenizar a parte autora pelos supostos danos, eis que ausentes os elementos ensejadores da obrigação indenizatória.

#### **DA AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE**

#### **ENTRE O SINISTRO NOTICIADO E AS SUPOSTAS DESPESAS COM MEDICAMENTOS**

Imperioso ressaltar que restou-se fragilizada comprovação do nexo de causalidade entre as despesas médicas supostamente realizadas e o sinistro noticiado, visto que as respectivas notas fiscais de medicamentos estão desacompanhadas de receituário médico, não havendo como afirmar que os procedimentos supostamente realizados têm indicação médica para o tipo de lesão acometida pela vítima.



Desta forma, não há razoabilidade no pagamento de despesas de procedimentos não prescritos ou que ultrapassaram o foi determinado pelo médico, além de compra de medicamentos que excedem o que foi prescrito como adequado ao tratamento pelo profissional<sup>3</sup>.

Com efeito, a alínea "b", art. 5º, da lei n.º 6.194/74, nesta parte não alterada pela lei n.º 8.441/92, exige a **prova** das despesas efetuadas para que haja indenização no caso de danos pessoais, conforme a seguir:

***"b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente – no caso de danos pessoais"***

É notório que os documentos acostados aos autos não demonstram os gastos alegados pelo mesmo e acolhidos como verdadeiros pelo Nobre Magistrado.

Assim, analisando detidamente os documentos carreados aos autos, não se pode afirmar a existência do nexo causal entre o sinistro noticiado e as supostas despesas com medicamentos<sup>4</sup>, face à ausência de prescrição médica específica e qualquer elemento razoável que permita o pagamento da indenização ora pleiteada.

Por inexistir comprovação do nexo de causalidade, requer que os pedidos sejam julgados improcedentes consubstanciados no artigo 487, I do CPC.

#### **DO TETO INDENIZATÓRIO – DESPESAS MÉDICAS E SUPLEMENTARES – DAMS**

Cumprе esclarecer que a Lei nº 6.194/74, regulamentadora do seguro obrigatório DPVAT, condiciona o pagamento da indenização securitária a comprovação das despesas médicas suplementares pelas vítimas de acidentes.

Como se observa da citada alínea "c" do art. 3º da Lei n. 6.194/74, a Lei prevê apenas o teto máximo para pagamento da indenização, mas não fixa valores a serem ressarcidos.

Regulamentando a matéria, fora editada a Medida Provisória 340/06 com posterior conversão na Lei 11.482/07, a qual estabeleceu o valor do teto indenizatório para DAMS até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais).

<sup>3</sup>"ACORDAM os integrantes da Egrégia 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital conhecer do recurso por ser tempestivo e, à unanimidade de votos, dar-lhe provimento, nos termos do fundamentado voto oral da Relatora a seguir transcrito. [...]. **Um tratamento fisioterapêutico, complementar que é, deve ser prescrito, indicado por médico, e não há essa indicação nos autos, especialmente para se ter a certeza que a terapia realmente enfrentou problema decorrente do acidente. Os próprios recibos são extremamente lacônicos porque não dizem nem mesmo a área ou membro tratado, apenas que o serviço foi prestado referente a um acidente automobilístico ocorrido em abril de 2011. Não há certeza sequer quanto à sequela do acidente, pois os documentos que trazem essa informação são todos resultados de declaração do próprio autor. Caso identificada a lesão de extrema de dúvida, ainda restaria saber se realmente foi ela a tratada pelos serviços de fisioterapia pagos pelo autor, pois os recibos não identificam. Apenas dizem que houve pagamento de serviço de fisioterapia relativa ao acidente. Nada obsta que o autor se apresente a um profissional, apresente lesão e diga que foi consequência de um acidente, transferindo o respectivo profissional essa informação para o recibo. Por fim, ponto crucial é a falta de comprovação de indicação médica para a submissão do promovente à terapia em questão. Realmente assiste razão ao recorrente, não há nenhuma prova de nexo de causalidade entre a despesa e o acidente informados. Isto posto, voto pelo provimento do RI e reforma da sentença para que o pedido seja julgado improcedente...**" (TJPB, 2ª Turma Recursal Mista da Comarca da Capital, Recurso Inominado: 3003837-44.2014.815.2001 – 1º Juizado Especial Cível da Capital – Recorrente: BRADESCO COMPANHIA DE SEGUROS )

<sup>4</sup>"AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO OBRIGATÓRIO DE RESPONSABILIDADE CIVIL - DPVAT. REEMBOLSO DE DESPESAS MÉDICAS (DAMS). AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O SINISTRO E DE PARTE DAS DESPESAS APRESENTADAS. Referiu o autor ter suportado despesas médicas superiores a R\$ 2.700,00 em decorrência de acidente de trânsito, ocorrido em 19-08-2012, razão pela qual pretende o reembolso a título de DPVAT-DAMS. O recorrente postulou o acréscimo de valores à indenização conferida aos gastos com a realização de terapia psicológica. **Ausente o nexo de causalidade entre o sinistro e a despesa com o tratamento psicológico a que o autor foi submetido, pela ausência de prescrição específica nos autos, decorrentes exclusivamente do acidente, não há fundamento para a procedência do pedido feito pelo autor a este título.**" SENTENÇA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO. (Recurso Cível Nº 71004895686, Segunda Turma Recursal Cível, Turmas Recursais, Relator: Vivian Cristina Angonese Spengler, Julgado em 13/08/2014)



Desta forma, interpretando segundo regra comezinha de hermenêutica onde aduz que *“A lei não contém frase ou palavra inútil, supérflua ou sem efeito”* conclui-se que a expressão “até” delimita o valor da indenização neste teto, não havendo possibilidade de estendê-lo.

#### **DA UTILIZAÇÃO DA TABELA REFERENCIAL**

Outro aspecto não menos importante, o artigo 7, § 2º, da referida Lei determina que o CNSP "estabelecerá normas para atender ao pagamento das indenizações previstas neste artigo, bem como a forma de sua distribuição pelas seguradoras participantes do Consórcio".

Em sentido mais amplo, o artigo 12 da mesma Lei prevê que "o Conselho Nacional de Seguros Privados expedirá normas disciplinadoras e tarifas que atendam ao disposto nesta lei".

Resta clara, portanto, a intenção do legislador em dar competência ao CNSP para regulamentar as formas de pagamentos das indenizações cobertas pelo seguro obrigatório constituído. De outro lado, não há conflito entre a Resolução questionada e a Lei n. 6.194/74, que apenas efetua o tabelamento dos preços dos serviços prestados como referência para as indenizações.

Assim, a utilização da tabela referencial de procedimentos e custos médico-hospitalares, divulgada pelo Convênio DPVAT, não foi estipulada pelas Seguradoras como um “limite de cobertura” inferior ao estabelecido através de Resoluções expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, conforme comumente é propalado.

A aludida tabela representa tão somente uma parametrização das despesas a que estão sujeitas as vítimas de acidentes, efetuada com vistas à uniformização dos custos médico-hospitalares e ao atendimento dos critérios de razoabilidade e proporcionalidade que devem nortear a aferição e cálculo do valor da indenização.

Ressalte-se que no âmbito de seguro de saúde privado, a utilização das tabelas de preços para os serviços é comum a averbação de valores que excedam os do mercado, evitando-se o superfaturamento dos serviços.

Seguindo tais lineamentos, não se vislumbra motivação para deixar de observar as normas disciplinadoras expedidas pelo citado Órgão para o pagamento buscado na presente ação de cobrança.

Sendo assim, considerando a ausência de documentos nos autos que justifiquem o pagamento da complementação do reembolso efetuado administrativamente, requer a improcedência do pedido, fundamentado no artigo 487, I do NCPC.

#### **DO PAGAMENTO REALIZADO NA ESFERA ADMINISTRATIVA**

É incontroverso na presente demanda que a parte Autora recebeu efetivamente na esfera administrativa o pagamento da indenização oriunda do Seguro Obrigatório DPVAT, referente ao sinistro em tela na monta de **R\$ 3.543,75 (três mil e quinhentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)**, após a regulação do sinistro, sendo pago o valor de R\$2.700,00 referente às despesas médicas e R\$843,75 referente a indenização pela invalidez adquirida.

Ocorre, que durante o processo administrativo a parte foi submetida a perícia e de acordo com avaliação médica realizada por dois médicos especializados, sendo um na figura de revisor.

Portanto, é cristalino que o pagamento administrativo realizado encontra-se de acordo com o descrito no laudo administrativo, sendo certo que foram utilizados os critérios de fixação de indenização.

Vale salientar que é usual quando do pagamento da indenização em âmbito administrativo, que o beneficiário da verba indenizatória assine documento de quitação, onde se lê que:

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





*"(...) com o pagamento efetuado dou, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação para mais nada reclamar quanto ao sinistro noticiado."*

Com o procedimento adotado quando do pagamento da indenização, temos caracterizado o ato jurídico perfeito e acabado, dando-se quitação geral e irrestrita à Seguradora reguladora do sinistro.

É de sabença que para que fossem afastados os efeitos da quitação, a parte Autora deveria desconstituí-la através da propositura da correspondente ação anulatória, discorrendo os fatos e fundamentos jurídicos para inquinar a quitação outorgada de próprio punho pela parte beneficiária, por suposto vício de consentimento, dolo ou coação, o que de fato não ocorreu, em perfeita consonância com o artigo 849 do Código Civil.

Não obstante, a parte autora não formulou pedido algum de anulação do ato jurídico liberatório, cuja validade é presumida e somente poderia ser desconstituída por sentença.

Ademais, temos que a parte Autora poderia, e quiçá deveria ressaltar no referido recibo sua intenção de quitação somente quanto ao valor efetivamente recebido, o que por certo não ocorreu.

Desta forma, a Ré efetuou o pagamento da importância legalmente estabelecida, no caso em apreço, referente a monta de R\$ 3.543,75 (três mil e quinhentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), o qual foi aceito pela beneficiária legal.

Ante o exposto, deve o feito deve ser julgado extinto com resolução de mérito, o que se requer com fundamento nos art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

#### **DA AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML QUANTIFICANDO A LESÃO - ÔNUS DA PROVA DO AUTOR**

Pode-se observar que a parte autora não apresentou qualquer documento conclusivo no que tange ao direito de receber a íntegra do teto indenizatório no que se refere à invalidez de caráter permanente, vez que não trouxe aos autos laudo do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar da indenização.

Com efeito, a parte Autora deixou de juntar aos autos o Laudo do Instituto Médico Legal, furtando-se de provar o percentual de invalidez e o grau de redução funcional do membro supostamente afetado, em inobservância ao art. 373, I, CPC<sup>5</sup>.

Logo, tendo a parte autora deixado de comprovar suas alegações, impõe-se a improcedência total dos pedidos Autorais.

Caso este não seja o entendimento deste Douto Juízo, prossegue a Ré em suas argumentações apenas por amor ao debate.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DO JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE**

Inicialmente, cumpre ressaltar que o julgamento antecipado da lide trata-se de uma mera faculdade do magistrado e não uma obrigação.

<sup>5</sup>"APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. AUSÊNCIA DE PROVA DA INVALIDEZ PERMANENTE. LAUDO INDIRETO DO IML. INSUFICIÊNCIA. ÔNUS DA PROVA DO AUTOR. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. 1 - O pagamento de indenização com base no seguro obrigatório se restringe às hipóteses de morte da vítima ou de invalidez permanente, ainda que parcial, além da possibilidade de reembolso por despesas médicas que se fizerem necessárias em razão do acidente. 2 - Não se desincumbindo o Autor do ônus de comprovar a invalidez permanente decorrente de acidente automobilístico, conforme exigem os artigos 5º da Lei 6.194/74 e 333, I, do Código de Processo Civil, deve ser julgado improcedente o pleito indenizatório." (TJ-MG - AC: 10342120045667001 MG, Relator: José Marcos Vieira, Data de Julgamento: 13/03/2014, Câmaras Cíveis / 16ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/03/2014)



Além disso, o julgamento antecipado da lide pressupõe a existência de questões de direito ou também de mérito quando existirem provas suficientes, pressupostos estes ausentes no caso em tela, em face da produção de prova pericial, imprescindível para o deslinde da presente demanda<sup>6</sup>.

Neste raciocínio, o julgamento antecipado da lide violaria o princípio constitucional da ampla defesa e do contraditório, em razão da necessidade de prova pericial a comprovar a invalidez alegada na inicial a ensejar o pagamento da indenização pretendida.

### **DO PAGAMENTO PROPORCIONAL À LESÃO**

#### **SINISTRO OCORRIDO APÓS A MEDIDA PROVISÓRIA 451/2008**

Com advento da Medida Provisória nº 451/08, convertida na Lei nº 11.945/2009, estabeleceu-se percentuais indenizatórios aos danos corporais, subdividindo-os em totais e parciais, de modo que se impõe a graduação da lesão para fins indenizatórios.

Em continuidade, tem-se a aludida Lei prevê graus diferenciados de invalidez permanente, classificando-a em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, o que de certo deverá ser observado por esse Nobre Magistrado.

Deste modo, diante do acidente narrado na exordial ocorrido em 04/03/2018, houve pagamento administrativo no valor de R\$ 3.543,75 (três mil e quinhentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) de acordo com a lesão apresentada pela vítima.

A referida inovação legal trouxe a figura da invalidez parcial incompleta. Portanto, para dirimir o percentual indenizável no caso concreto, é imprescindível a realização de prova pericial, ocasião em que se verificará se a lesão suportada pela parte autora é parcial incompleta, apontando sua respectiva repercussão geral<sup>7</sup>.

No mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça editou a Súmula 474 pacificando o entendimento que no caso de invalidez a indenização do Seguro Obrigatório DPVAT deverá ser paga em conformidade com o grau da invalidez da vítima<sup>8</sup>.

Frisa-se que a Suprema Corte firmou posicionamento sobre a constitucionalidade da inovação legal trazida originariamente pela MP 451/08, conforme se verifica no julgamento da ADI 4627/DF.

Assim, para se chegar ao valor indenizável devido, na hipótese de invalidez parcial incompleta, devem ser observadas duas etapas:

- **Identifica-se o tipo de dano corporal segmentar na Tabela, aplicando-se o respectivo percentual de perda; e**

<sup>6</sup>“COBRANÇA - SEGURO DPVAT - JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE - CERCEAMENTO DE DEFESA CONFIGURADO ALEGAÇÃO DE INVALIDEZ PERMANENTE SENTENÇA ANULADA - Tendo em vista o escalonamento dos valores da indenização para a hipótese de invalidez permanente, previsto pelo artigo 3º, inciso II da Lei nº 6.194/74, inafastável afigura-se a necessidade de realização da perícia médica, a fim de ser apurada a extensão dos danos sofridos pelo demandante e, por consequência, possibilitar o arbitramento da indenização devida - Anula-se a r. sentença, de ofício, para prosseguimento do feito.” (TJ-SP - APL: 00075644620128260281 SP 0007564-46.2012.8.26.0281, Relator: José Malerbi, Data de Julgamento: 30/06/2014, 35ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 30/06/2014)

<sup>7</sup>APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - INVALIDEZ DE CARÁTER PARCIAL - LESÃO NO MEMBRO SUPERIOR DIREITO - DEBILIDADE PERMANENTE COMPROVADA EM LAUDO PERICIAL - APLICAÇÃO DA LEI VIGENTE À ÉPOCA DO SINISTRO - FIXAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO DE ACORDO COM O GRAU DA INVALIDEZ - PROPORCIONALIDADE - INTELIGÊNCIA DA SÚMULA 474 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - UTILIZAÇÃO DA LEI Nº 6.194/74 COMO PARÂMETRO DE FIXAÇÃO DA INDENIZAÇÃO DE FORMA JUSTA E EQUÂNIME - MATÉRIA DECIDIDA EM ÂMBITO DE RECURSO REPETITIVO - APLICAÇÃO DO ART. 557, CAPUT DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - NEGATIVA DE SEGUIMENTO DO RECURSO. (TJPB - APELAÇÃO CÍVEL N.º 0000346-88.2012.815.0081 - DATA JULGAMENTO 15/04/2015)

<sup>8</sup>**Súmula 474 | Superior Tribunal de Justiça** “A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.”



- **Sobre o valor encontrado, aplica-se os percentuais de acordo com o grau de repercussão: intensa – 75%; média – 50%; leve – 25%; e sequela residual – 10%.**

Evidente, pois, inexistir qualquer direito de indenização integral a parte Autora, devendo ser respeitada a proporcionalidade do grau de invalidez.

Sendo assim, na hipótese de condenação da seguradora, o valor indenizatório deverá ser apontado após a realização de perícia médica, constatando a extensão da lesão, observando-se o método de cálculo apresentado em seguida abatido o valor pago na seara administrativa na monta de **R\$ 3.543,75 (três mil e quinhentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).**

#### **DOS JUROS DE MORA E DA CORREÇÃO MONETÁRIA**

Em relação aos juros de mora, o Colendo Superior Tribunal de justiça editou a Súmula nº 426 pacificando a incidência dos juros a partir da citação<sup>9</sup>.

Com relação à correção monetária, é curial que seja analisada questão acerca a forma da Lei 6.899/1981, ou seja, a partir da propositura da ação<sup>10</sup>

Assim sendo, na remota hipótese de condenação, requer que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação, bem como a correção monetária seja computada a partir do ajuizamento da presente ação.

#### **DA IMPOSSIBILIDADE DA INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA**

Não há que se falar em inversão do ônus da prova, vez que o seguro DPVAT não se trata de relação de consumo, e sim de uma obrigação legal.

Assim, não pode a parte autora ser confundida como consumidora, pois, não há qualquer relação de consumo entre as partes litigantes, o que gera a inaplicabilidade da inversão do ônus da prova, característica do Código de Defesa do Consumidor.

Neste sentido é o recente entendimento firmado pelos Tribunais pátrios<sup>11</sup>, ratificando o descabimento da inversão do ônus da prova com base na aplicação do Código de Defesa do Consumidor.

Sendo assim, por se tratar de prova essencial dos fatos constitutivos da pretensão autoral, deverá o ônus da prova ser custeado pela parte autora, como determina o art. 373, I do CPC.

<sup>9</sup>“SÚMULA N. 426: Os juros de mora na indenização do seguro DPVAT fluem a partir da citação.”

<sup>10</sup>art. 1º. (...)

**§2º Nos demais casos, o cálculo far-se-á a partir do ajuizamento da ação.**

<sup>11</sup>“PROCESSO CIVIL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. PRELIMINAR DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO APRECIADA PELO JUÍZO A QUO. IMPOSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELA INSTÂNCIA REVISORA. **INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA, COM BASE NO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE DO DIPLOMA LEGAL CONSUMERISTA ÀS RELAÇÕES DE SEGURO OBRIGATÓRIO.** Agravo de Instrumento interposto de decisão que em ação de cobrança do seguro obrigatório DPVAT deferiu a inversão do ônus da prova. 1. Preliminar de ausência de interesse de agir não enfrentada pelo juízo a quo impede o exame pela instância revisora, sob pena de supressão de instância. 2. **A contratação compulsória do seguro obrigatório DPVAT afasta a natureza consumerista da relação jurídica entre seguradora e segurado, e impossibilita a decretação da inversão do ônus da prova com base no artigo 6º, VIII, da Lei nº 8078/90.** 3. Recurso a que se dá provimento, com base no artigo 557 § 1º-A do Código de Processo Civil, para afastar a inversão do ônus da prova decorrente da aplicação do Código de Defesa do Consumidor.”(TJ-RJ - AI: 00612946320148190000 RJ 0061294-63.2014.8.19.0000, Relator: DES. FERNANDO FOCH DE LEMOS ARIGONY DA SILVA, Data de Julgamento: 12/01/2015, TERCEIRA CAMARA CIVEL, Data de Publicação: 16/01/2015).



### **DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Observar-se que o parte autora litiga sob o pálio da Gratuidade de Justiça e, em caso de eventual condenação, os honorários advocatícios deverão ser limitados ao patamar **máximo** de 20% (vinte por cento), nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil.

Contudo, a demanda não apresentou nenhum grau de complexidade nem mesmo exigiu um grau de zelo demasiado pelo patrono da parte autora, pelo que se amolda nos termos dos incisos I, II, III e IV do §2º art. 85, do Código de Processo Civil.

Desta feita, na remota hipótese de condenação da Ré, requer que o pagamento dos honorários advocatícios seja arbitrado na monta de 10% (dez por cento), conforme supracitado.

### **CONCLUSÃO**

Ante o exposto, ante a ausência de laudo pericial do IML que atenda o disposto no Art. 5º § 5º da Lei 6.194/74, documento imprescindível para que se estabeleça o grau de limitação do membro afetado, a fim de quantificar a indenização, informa que não há interesse na realização da audiência preliminar de conciliação.

Pelo exposto e por tudo mais que dos autos consta, requer a total improcedência dos pedidos da parte autora.

Em caso de eventual condenação, pugna a Ré, **pela aplicação da tabela de quantificação da extensão da invalidez, exposta na lei 11.945/2009, bem como o que preconiza a Sumula 474 do STJ.**

Na remota hipótese de condenação, pugna-se para que os juros moratórios sejam aplicados a partir da citação válida, a correção monetária na forma da fundamentação da peça de bloqueio e honorários advocatícios sejam limitados ao percentual máximo de 10% (dez por cento).

Requer, outrossim, a produção de prova documental suplementar e haja vista a necessidade de elucidar aspectos que contribuam com a veracidade dos fatos alegados na exordial requer o depoimento pessoal da vítima para que esclareça:

- Queira a vítima esclarecer a dinâmica do acidente, os veículos envolvidos e suas características, o membro ou segmento do corpo afetado e se houve encaminhamento ao hospital;
- Queira esclarecer se houve requerimento administrativo em razão do sinistro narrado na inicial ou outro sinistro;
- Se a vítima recebeu algum valor referente a este ou outro sinistro.

Requer a produção de prova pericial nos termos do Convênio de Nº015/2014 firmado entre este Egrégio Tribunal e a Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT.

Assim, após a realização da perícia judicial, requer a intimação da Ré para realização do pagamento dos honorários periciais no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais) em até 15 (quinze) dias.





Para fins do exposto no artigo 106, inciso I, do Código de Processo Civil, requer que todas as intimações sejam encaminhadas ao escritório de seus patronos, sito na Rua São José, nº 90, Grupo 810/812, Centro, Rio de Janeiro-RJ, CEP: 20010-020 e que as publicações sejam realizadas, exclusivamente, em nome do patrono **SUELIO MOREIRA TORRES** inscrito sob o nº **15477 - OAB/PB**, sob pena de nulidade das mesmas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

GUARABIRA, 28 de abril de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### **QUESITOS DA RÉ**

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexo de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a gradação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**



## SUBSTABELECIMENTO

**JOÃO ALVES BARBOSA FILHO**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB 4246-A, **JOÃO PAULO RIBEIRO MARTINS**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/ RJ sob o nº 144.819; **JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO**, brasileira, casada, advogada, inscrita na OAB/ RJ sob o nº 140.522; **FERNANDO DE FREITAS BARBOSA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/ RJ sob o nº 152.629 substabelecem, com reserva de iguais, na pessoa do advogado SUELIO MOREIRA TORRES, inscrito na 15477/PB, com escritório na Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020 [www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br), os poderes que lhes foram conferidos por **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, nos autos de Ação de Cobrança de Seguro DPVAT, que lhe move **ALEX CARVALHO SANTOS**, em curso perante a **4ª VARA MISTA DE GUARABIRA VARA MISTA** da comarca de **GUARABIRA**, nos autos do Processo nº 08012343420208150181.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2020.

JOÃO ALVES BARBOSA FILHO - OAB/PB 4246-A

FERNANDO DE FREITAS BARBOSA - OAB RJ 152.629

JOSELAINE MAURA DE SOUZA FIGUEIREDO- OAB RJ 140.522

JOAO PAULO RIBEIRO MARTINS - OAB RJ 144.819

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



### TABELA DE GRADAÇÃO

Danos Corporais Previstos na Lei	Total (100%)	Intensa (75%)	Média (50%)	Leve (25%)	Residual (10%)
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	R\$ 13.500,00	R\$ 10.125,00	R\$ 6.750,00	R\$ 3.375,00	R\$ 1.350,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior					
Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral					
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica					
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores					
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	R\$ 6.750,00	R\$ 5.062,50	R\$ 3.375,00	R\$ 1.687,50	R\$ 675,00
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho					
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo					
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral					
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	R\$ 1.350,00	R\$ 1.012,50	R\$ 675,00	R\$ 337,50	R\$ 135,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé					
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço					





Vistos, etc.

1. Defiro o pedido de produção de prova pericial. Portanto, à escrivania para nomear médico perito, o qual exercerá o encargo independentemente de termo de compromisso, devendo o perito responder a seguinte quesitação: **a)** A parte autora está acometida de invalidez permanente devido a acidente de trânsito?; **b)** Em sendo afirmativa a resposta, a invalidez permanente é total ou parcial?; **c)** Em caso de invalidez permanente parcial, esta é completa ou incompleta? **d)** Restando constatada a invalidez permanente parcial incompleta, a perda anatômica ou funcional foi de repercussão intensa, média, leve, ou residual (Lei n. 6.194/74, art. 3º, § 1º, II).

2. Designe-se data e horário para realização da prova pericial mencionada acima.

3. Intime-se o perito para o cumprimento do disposto no art. 465, § 2º, II e III, do NCPC.

4. Intimem-se as partes e seus procuradores sobre a data e o local de realização da perícia; bem como, para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, indiquem assistentes técnicos (informando telefone e e-mail para contato do respectivo assistente técnico) e formulem quesitos.

5. O laudo pericial deverá ser entregue em cartório no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da perícia.

6. Em face do item “1.3” da cláusula primeira do Convênio n. 15/2014, firmado entre o TJ/PB e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, intime-se a promovida para, no prazo de 10 (dez) dias, efetuar o depósito judicial no valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), a título de honorários periciais.

7. Apresentado o laudo, providencie a liberação dos honorários periciais e intimem-se as partes para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, se manifestem sobre o resultado, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

8. Cumpra-se.

9. Dil. Nec.

Guarabira/PB, datado e assinado eletronicamente.

ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO

JUIZ DE DIREITO



em anexo



## CERTIDÃO

Certifico, em cumprimento ao despacho contido no ID [30717293](#), que fica nomeado o Dr. Jânio Dantas Gualberto, CRM 4382, médico perito, CPF: 691.234.894-72, para realização da perícia deferida nos autos. Certifico ainda, que entrei em contato telefônico com referido perito, tendo ficado **designado o dia 15/09/2020, às 09h15, na CLINOR**, localizada na Av. Getúlio Vargas, 126, centro – João Pessoa/PB, próximo a Lagoa. Por ser expressão de verdade, dou fé.

Guarabira(PB), 29 de julho de 2020

LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO

Analista/Técnico Judiciário





**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
4ª Vara Mista de Guarabira**

---

PROCESSO Nº 0801234-34.2020.8.15.0181

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Seguro]

AUTOR: ALEX CARVALHO SANTOS  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s)/curriculum do perito, em anexo.

4ª Vara Mista de Guarabira-Pb, 29 de julho de 2020.

**LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO**

Técnico Judiciário





PESSOA FÍSICA

## Jânio Dantas Gualberto

MONITORAR NOME



Mestre em Ciências da Saúde pela FCMSCSP Santa Casa de São Paulo Possui graduação em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba (1994). Residência médica em Ortopedia e Traumatologia no HBDF (DF), Título de Especialista pelo SBOT. Atualmente é professor da UFCG em Cajazeiras, professor da FSM em Cajazeiras -PB- prof da Faculdades de Enfermagem e Medicina Nova Esperança (FAMENE), Preceptor da residência médica de ortopedia e traumatologia do Hospital Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena, diretor -, Foi presidente da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia - SBOT - Regional PB (2011). Tem experiência na área de Medicina, com ênfase em Ortopedia. Mestrado em Ciências da Saúde da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. Área de atuação em ortopedia clínica e cirúrgica Osteoporose e doenças osteometabólicas Especialista em Tratamento com Ondas de choque.

Informações coletadas do Lattes em 23/06/2020



O Escavador não cria, edita ou altera o conteúdo exibido. Todo o processo de coleta de dados cujo resultado culmina nas informações a seguir é realizado automaticamente, através de fontes públicas pela Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527/2011). Portanto, o Escavador não substitui as fontes originárias da informação, não garante a veracidade dos dados nem que eles estejam atualizados. O sistema pode mesclar homônimos (pessoas do mesmo nome). Confira nosso [Aviso Legal \(https://www.escavador.com/legal\)](https://www.escavador.com/legal).



## Acadêmico

[www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto](http://www.escavador.com/sobre/9382804/janio-dantas-gualberto)

1/16



Assinado eletronicamente por: LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO - 29/07/2020 15:22:17  
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20072915221513700000031374116>  
Número do documento: 20072915221513700000031374116

Num. 32762214 - Pág. 1

**Mestrado em Ciências da Saúde**[Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com)[Diários Oficiais \(https://www.escavador.com\)](https://www.escavador.com)**Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo**[\\_ \(https://www.escavador.com/sobre/24539043/faculdade-de-ciencias-medicas-da-santa-casa-de-sao-paulo\)](https://www.escavador.com/sobre/24539043/faculdade-de-ciencias-medicas-da-santa-casa-de-sao-paulo)

Título: Fascite Plantar um Estudo comparativo entre o tratamento com ondas de choque focal e radial e fisioterapia., Ano de Obtenção: 2017

Orientador: Patricia Fucs

**Especialização - Residência médica**

1996 - 1999

**Fundação Hospitalar do Distrito Federal**[\\_ \(https://www.escavador.com/sobre/24547007/fundacao-hospitalar-do-distrito-federal\)](https://www.escavador.com/sobre/24547007/fundacao-hospitalar-do-distrito-federal)

Residência médica em: Número do registro: . Grande área: Ciências da Saúde

**Graduação em Medicina**

1988 - 1994

**Universidade Federal da Paraíba**[\\_ \(https://www.escavador.com/sobre/24538254/universidade-federal-da-paraiba\)](https://www.escavador.com/sobre/24538254/universidade-federal-da-paraiba)**FORMAÇÃO COMPLEMENTAR****2013 - 2013**

Trauma Ortopédico. (Carga horária: 3h). , Traumatologia e Ortopedia da Paraíba, TOP, Brasil.

**2011 - 2011**

AOTrauma Course MIO. (Carga horária: 26h). , AOTRAUMA LATIN AMERICA, AOTRAUMA, Brasil.

**2009 - 2009**


AO Advances of Fracture Treatment Course. (Carga horária: 33h). , Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, SBOT, Brasil.

**2008 - 2008**

Prática médico-cirúrgicas. , Faculdades de Enfermagem Nova Esperança, FACENE, Brasil.



**2008 - 2008**

 **escavador**  
Atualização em Emergência Ortopédica. (Carga horária: 12h). , Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, SBOT, Brasil.  
<https://www.escavador.com>  
Monitoramentos (<https://monitoramentos.escavador.com>) Diários Oficiais (<https://www.es>

**2008 - 2008**

AO Principles of Fracture Treatment Course. (Carga horária: 33h). , Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, SBOT, Brasil.

**2007 - 2007**

Curso Básico de Cooperativismo Médico.. (Carga horária: 8h). , UNIMED JP - PB, UNIMED, Brasil.

**2006 - 2006**

10 Curso Avançado da Prótese Exeter. (Carga horária: 20h). , Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, FCMSCSP, Brasil.

**2004 - 2004**

Curso Técnico e Prático de Artroplastia Total da Q.. (Carga horária: 20h). , Universidade Federal de São Paulo, UNIFESP, Brasil.

**2003 - 2003**

Curso de ATLS. de Alunos. (Carga horária: 20h). , Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

**2000 - 2000**

Curso de Artroscopia de Joelho e Ombro Módulo Avan. (Carga horária: 8h). , Sociedade brasileira de Cirurgia de Joelho, SBCJ, Brasil.

**1998 - 1998**

XII Curso de Ética Médica do CRM DF.. (Carga horária: 16h). , Hospital de Base Distrito Federal, HBDF, Brasil.

**1998 - 1998**

I Curso de Artroscopia de Ombro da UTO do HBDF. (Carga horária: 20h). , Hospital de Base Distrito Federal, HBDF, Brasil.

**1997 - 1997**

Curso Anual de Ortopedia e Traumatologia Regional. (Carga horária: 36h). , Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia, SBOT, Brasil.

**1996 - 1996**

IV Curso de Prevenção e Controle de Infecção Hospi. (Carga horária: 40h). , Hospital de Base do Hospital Federal HBDF, Brasil.   

**1993 - 1993** [Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com) [Diários Oficiais \(https://www.escavador.com\)](https://www.escavador.com)

Curso Prático de Medicina Interna. (Carga horária: 36h). , Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

## 1993 - 1993

II Curso Prático de Medicina Interna. (Carga horária: 36h). , Universidade Federal da Paraíba, UFPB, Brasil.

## IDIOMAS



### Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.



### Espanhol

Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Razoavelmente, Escreve Razoavelmente.

## ÁREAS DE ATUAÇÃO



Grande área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: Clínica Médica/Especialidade: Ortopedia.

Grande área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: Cirurgia/Especialidade: Cirurgia Traumatológica.





Grande área: Ciências da Saúde / Área: Medicina / Subárea: Cirurgia/Especialidade:



Cirurgia do quadril (https://www.escavador.com/)



[Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com/\)](https://monitoramentos.escavador.com/)

[Diários Oficiais \(https://www.escavador.com/diarios-oficiais/\)](https://www.escavador.com/diarios-oficiais/)

GUALBERTO, J. D. . I Simpósio Paraibano de cirurgia do quadril. 2010. (Congresso).

GUALBERTO, J. D. . XIII Congresso norte-nordeste de ortopedia e traumatologia. 2008. (Congresso).

## **PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS**



CBOT. 2018. (Congresso).

CONGRESSO BRASILEIRO DE ONDAS DE CHOQUE. MESa Redonda Moderna sobre Fascite Plantar:Como eu trato!. 2018. (Congresso).

CONGRESSO BRASILEIRO DE TRAUMA ORTOPEDICO. 2015. (Congresso).

46 CBOT&SICOT. 2014. (Congresso).

1º WORKSHOP DE TRAUMA ORTOPÉDICO. 2013. (Outra).

45 CBOT. 2013. (Congresso).

XV Congresso Brasileiro de Quadril. 2013. (Congresso).

XV Congresso Norte Nordeste de Ortopedia e Traumatologia. 2012. (Congresso).

XVIII Congresso Brasileiro de Trauma Ortopédico. 2012. (Congresso).



35º Congresso Brasileiro de Pediatria. Relato de Caso: Fratura do Côndilo Lateral. 2011. (Congresso).

XVII Congresso Brasileiro de Trauma Ortopédiaco. 2011. (Congresso).

XXIX Congresso Brasileiro de Cirurgia. Escorregamento Epifisário Proximal do Fêmur: Relato de Caso e Revisão de Literatura. 2011. (Congresso).

XXIX Congresso Brasileiro de Cirurgia. Tratamento de Fratura Cominutiva do Rádio com Utilização de Placa Bloqueada com Ângulo Fixo: Relato de Caso. 2011. (Congresso).



XXIX Congresso Brasileiro de Cirurgia. Traumatismo Complexo do Membro Superior  
Direito Tratado por Ponte Extra-anatômica: Relato de Caso. 2011. (Congresso).   

Monitoramentos (<https://monitoramentos.escavador.com>) Diários Oficiais (<https://www.escavador.com>)  
XXIX Congresso Brasileiro de Cirurgia. Fratura Oculta do Membro Inferior identificada por  
ressonância magnética: Relato de Caso. 2011. (Congresso).

XXIX Congresso Brasileiro de Cirurgia. Relato de Caso: Complicação Cirúrgica de  
Fratura Exposta da Perna. 2011. (Congresso).

XXIX Congresso Brasileiro de Cirurgia. Traumatismo Complexo do Membro Superior  
Direito Tratado por Ponte Extra-anatômica: Relato de Caso. 2011. (Congresso).

42 CBOT - Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia. 2010. (Congresso).

I Simpósio Paraibano de Cirurgia do Quadril. MEMBRO DA COMISSÃO  
ORGANIZADORA. 2010. (Simpósio).

I Simpósio Paraibano de Cirurgia do Quadril. Avaliação radiológica do Quadril,  
Atualização em TEP/TVP e Manejo pré e pós operatório em paciente ortopédico.  
2010. (Simpósio).

41 CBOT, Congresso Brasileiro de ortopedia e traumatologia. 2009. (Congresso).

40 Congresso brasileiro de ortopedia e traumatologia. 2008. (Congresso).

40 Congresso brasileiro de ortopedia e traumatologia (DIA DA ESPECIALIDADE DE  
QUADRIL). 2008. (Congresso).

40 Congresso brasileiro de ortopedia e traumatologia (DIA DA ESPECIALIDADE  
ORTOPÉDICA PEDIÁTRICA). 2008. (Congresso).

40 Congresso brasileiro de ortopedia e traumatologia (DIA DA ESPECIALIDADE  
TRAUMA ORTOPÉDICO). 2008. (Congresso).

XIII Congresso norte-nordeste de ortopedia e traumatologia. 2008. (Congresso).

XIII Congresso norte-nordeste de ortopedia e traumatologia. Lombalgias e  
Lombacitalgias. 2008. (Congresso).

XIII Congresso norte-nordeste de ortopedia e traumatologia. Fratura Epifisárias na  
criança. 2008. (Congresso).

XIII Congresso norte-nordeste de ortopedia e traumatologia. 2008. (Congresso).



XIII Congresso norte-nordeste de Ortopedia e Traumatologia. Artrosopia do



Quadril. 2005. (Congresso).  
(<https://www.escavador.com>).



Monitoramentos (<https://monitoramentos.escavador.com>) Diários Oficiais (<https://www.es>

II Jornada Paranaense de Medicina e Cirurgia do P. 2007. (Seminário).

XII Congresso Brasileiro de Quadril. 2007. (Congresso).

XIX Jornada Norte Nordeste de Reumatologia. 2007. (Simpósio).

XXXVIII Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia. 2007. (Congresso).

XXXXIX Congresso Brasileiro de Ortopedia e traumatologia. 2007. (Congresso).

Workshop Enxerto Impactado e ATQ Cimentado. 2006. (Simpósio).

Congresso Instituto de Ortopedia e Traumatologia HCFMUSP. 2005. (Congresso).

Dia da Especialidade de ortopedia pediatria. 2005. (Encontro).

Jornada Itinerante de Patologia do Joelho da SBCJ. 2005. (Seminário).

Mesa Redonda Moderna Trauma II do XXXVII CBOT. 2005. (Encontro).

Sessão de Temas de Atualização no XXXVII CBOT.. 2005. (Encontro).

XI Congresso norte-nordeste de ortopedia e traumatologia. 2005. (Congresso).

XXXVIII Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia. 2005. (Congresso).

Jornada dos ex-presidentes de ortopedia e traumatologia do HBDF. 2004.  
(Simpósio).

Congresso SBOT. Fixador Externo. 2003. (Congresso).

Jornada Ortopédica Oncológica. 2003. (Simpósio).

XXXV Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia. 2003. (Congresso).

II Congresso norte-nordeste de ombro e cotovelo. 2002. (Congresso).

I Congresso de ortopedia e Traumatologia do centro oeste do Brasil. 2001.  
(Congresso).



Workshop de Ressonância Magnética no sistema músculo esquelético. 2001.



(Simpósio) [\\_ \(https://www.escavador.com\)](https://www.escavador.com)



Monitoramentos  [\(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com) Diários Oficiais  [\(https://www.es](https://www.es)

xxxi Congresso Brasileiro de Ortopedia e Traumatologia. 2000. (Congresso).

II Congresso norte-nordeste de trauma da SBOT. 1999. (Congresso).

Dia da Especialidade de ortopedia e traumatologia. 1998. (Encontro).

I Congresso norte-nordeste de traumatologia. 1997. (Congresso).

I Encontro de Traumatologia Ortopedia e Fisio. 1997. (Encontro).

Seminário Internacional de Ortopedia Pediátrica. 1997. (Seminário).

Simpósio Sobre Infecção Osteoarticular. 1997. (Simpósio).

Workshop SYNTHES A.O.. 1997. (Simpósio).

## PARTICIPAÇÃO EM BANCAS



**Aluno: Artur Diógenes Freitas e Denyse Louro Leite**

**[\(https://www.escavador.com/sobre/376820835/artur-diogenes-freitas-e-denyse-louro-leite\)](https://www.escavador.com/sobre/376820835/artur-diogenes-freitas-e-denyse-louro-leite)**

GUALBERTO, J. D.. Novas perspectivas no tratamento da doença de Alzheimer: uma revisão integrativa. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) - Universidade Federal de Campina Grande.

**Aluno: ANDRÉ CRISTIANO DA COSTA LIMA HANDERSON RAPHAEL FERNANDES**

**[VA \(https://www.escavador.com/sobre/376820836/andre-cristiano-da-costa-lima-handerson-raphael-fernandes-va\)](https://www.escavador.com/sobre/376820836/andre-cristiano-da-costa-lima-handerson-raphael-fernandes-va)**

GUALBERTO, J. D.. PÉ TORTO CONGÊNITO IDIOPÁTICO: UMA REVISÃO DE LITERATURA. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) - Universidade Federal de Campina Grande.

**Aluno: Samuel Verter e Thiago Rodrigues**

**[\(https://www.escavador.com/sobre/376820837/samuel-verter-e-thiago-rodrigues\)](https://www.escavador.com/sobre/376820837/samuel-verter-e-thiago-rodrigues)**

GUALBERTO, J. D.. MANEJO CLÍNICO DA LOMBALGIA AGUDA: UMA REVISÃO DE CONSENSOS E GUIDELINES CLÍNICOS.. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Medicina) - Universidade Federal de Campina Grande.



GUALBERTO, J. D.. Carreira de Magistério Superior, Professor Auxiliar. 2010.



Universidade Estadual de Campinas Grande  
(<https://www.escavador.com>).



Monitoramentos (<https://monitoramentos.escavador.com>) Diários Oficiais (<https://www.es>)  
(GUALBERTO, J. D.. Processo seletivo Unificado para Residência Médica: 2010).  
Hospital Emergência e Trauma Senador Humberto Lucena.

## COMISSÃO JULGADORA DAS BANCAS



### Antonio Carlos da Costa (<https://www.escavador.com/sobre/6444729/antonio-carlos-da-costa>)

COSTA, Antonio Carlos da. Tratamento da fascite plantar com ondas de choque radial, focal e com fisioterapia: estudo clínico controlado. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Ciências da Saúde) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

### Robert Meves (<https://www.escavador.com/sobre/1184080/robert-meves>)

ROBERT MEVES. Membro Suplente do Exame de qualificação de Jânio Dantas Gualberto. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Ciências da Saúde) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

### André Pedrinelli (<https://www.escavador.com/sobre/4439879/andre-pedrinelli>)

PEDRINELLI, A.. Janio Dantas Gualberto - Tratamento da fascite plantar com ondas de choque radial, focal e com fisioterapia: Estudo clínico controlado. 2017. Dissertação (Mestrado em Pós-Graduação - Dissertação de Mestrado) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

### Giancarlo Cavalli Polesello (<https://www.escavador.com/sobre/1184087/giancarlo-cavalli-polesello>)

SEVERINO, N. R.; COSTA, A. C.; POLESELLO, G. C.; MEVES, R.. Tratamento da fascite plantar com ondas de choque radial, focal e com fisioterapia: estudo clínico controlado. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

### FLAVIO FALOPPA (<https://www.escavador.com/sobre/5766941/flavio-faloppa>)

FALOPPA, F.; MERCADANTE, M. T.; PEDRINELLI, A.; FUCS, P. M. M. B.; IKEMOTO, R. Y.. Tratamento da fascite plantar com ondas de choque radial, focal e com fisioterapia: estudo clínico controlado. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências da Saúde) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo.

### ROBERTO YUKIO IKEMOTO (<https://www.escavador.com/sobre/2027931/roberto-yukio-ikemoto>)

MERCADANTE, M. T.; PEDRINELLI, A.; FALOPPA, F.; FUCS, P. M. M. B.; IKEMOTO, R. Y.. Tratamento da fascite plantar com ondas de choque radial,, focal e com fisioterapia:





estudo clínico controlado. 2017. Dissertação (Mestrado em Programa de Pós-graduação em Ciências da Saúde) - Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo. <https://www.escavador.com>

[Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com)

[Diários Oficiais \(https://www.es](https://www.es)

## ORIENTOU

**André Cristiano da Costa Lima** (<https://www.escavador.com/sobre/7612187/andre-cristiano-da-costa-lima>)

Pe Torto Congenito Idiopático: Uma revisão da literatura; 2014; Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Medicina) - Universidade Federal de Campina Grande; Orientador: Jânio Dantas Gualberto;

## PRODUÇÕES BIBLIOGRÁFICAS

LEAO, G. S. S. ; BISPO JUNIOR, R. Z. ; GUALBERTO, J. D. . Bursite do Olécrano. In: Gustavo Sampaio de Souza Leão; Rosalvo Zósimo de Bispo Júnior. (Org.). Bursite do Olécrano. 1ed. Rio de Janeiro-RJ: REVINTER, 2013, v. único, p. 281-284.

BISPO JUNIOR, R. Z. ; RAVA, C. A. S. ; GUALBERTO, J. D. ; MELLO JUNIOR, C. F. . Síndrome Anserina. In: Rosalvo Zósimo Bispo Júnior; Carlos Augusto Silva Rava; Jânio Dantas Gualberto; Carlos Fernando de Mello Júnior. (Org.). Síndrome Anserina. 1ed. Rio de Janeiro-RJ: REVINTER, 2013, v. único, p. 318-320.

GUALBERTO, J. D. . Pés Planos (Pé chato). Jornal correio da Paraíba, p. 01 - 01.

GUALBERTO, J. D. . Tratamento conservador das fraturas da diáfise úmero com tala branquial alta. In: XIX Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1998, Brasília. Revista de saúde do DF, 1998. v. 09. p. 82-82.

GUALBERTO, J. D. . Fratura Supra condiliana do úmero e crianças - estudo retrospectivo. In: XVLL Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 49-49.



GUALBERTO, J. D. . Fratura de acetábulo tratados no HBDF. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 82-82.

1996. v. 33. p. 82-82.

GUALBERTO, J. D. . Luxação do quadril: importância do diagnóstico precoce. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 83-83.

GUALBERTO, J. D. . Luxação do quadril: importância do diagnóstico precoce. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 76-77.

GUALBERTO, J. D. . Estudo prospectivo das osteomielites hematogênicas agudas. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1997, Brasília. Revista de saúde do DF, 1997. v. 08. p. 73-73.

GUALBERTO, J. D. . Talectomia: Via de acesso de cincinatti-relato de caso. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1997, Brasília. Revista de saúde do DF, 1997. v. 08. p. 17-17.

GUALBERTO, J. D. . Agenesia de íliaco-relato de caso. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1997, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 84-84.

GUALBERTO, J. D. . Fratura em cisto ósseo unicameral - relato de 2 casos. In: XVLLI Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 82-82.





Fratura exposta cominutiva GIII C com lesão nervo ulnar. 

In: XVLL Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-

Monitoramentos (<https://monitoramentos.escavador.com>) Diários Oficiais (<https://www.es>

médica, 1996. v. 33. p. 81-82.

GUALBERTO, J. D. . Luxação traumática do joelho: abordagem clínica; cirúrgica e reabilitação. In: XVLL Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 82-82.

GUALBERTO, J. D. . Reconstrução Intra-articular do ligamento cruzado anterior (LCA). In: XVLL Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 49-49.

GUALBERTO, J. D. . Fratura em osteogênese imperfeito - relato em 2 casos. In: XVLL Congresso dos médicos residentes do HBDF, 1996, Brasília. Brasília-médica, 1996. v. 33. p. 81-82.

GUALBERTO, J. D. . Tratamento da Fascite plantar com Ondas de choque focal,radial e fisioterapia:Estudo clínico controlado.. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

GUALBERTO, J. D. . Mesa Redonda Moderna sobre Fascite Plantar:Como eu trato!. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

GUALBERTO, J. D. . SÍNDROME COMPARTIMENTAL: DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO. 2017. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

GUALBERTO, J. D. . Traumatismo Complexo do Membro Superior Direito Tratado por Ponte Extra-anatômica: Relato de Caso. 2011. (Apresentação de



[Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com) [Diários Oficiais \(https://www.escavador.com\)](https://www.escavador.com)

GUALBERTO, J. D. . Tratamento de Fratura Cominutiva do Rádio com Utilização de Placa Bloqueada com Ângulo Fixo: Relato de Caso. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

GUALBERTO, J. D. . Fratura oculta do platô tibial identificada por ressonância magnética: Relato de Caso. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

GUALBERTO, J. D. . Relato de Caso: Complicação Cirúrgica de Fratura Exposta da Perna. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

GUALBERTO, J. D. . Escorregamento Epifisário Proximal do Fêmur: Relato de Caso e Revisão de Literatura. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

GUALBERTO, J. D. . Relato de Caso: Fratura do Côndilo Lateral. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

GUALBERTO, J. D. . Fraturas de Quadril. 2011. (Apresentação de Trabalho/Outra).




GUALBERTO, J. D. . Prática médico-cirúrgica. 2008 (Círculo).

## Projetos de pesquisa



2015 - Atual



FASCÍTE PLANTAR:ESTUDO COMPARATIVO ENTRE TRATAMENTO POR  
 **escavador**    
Osteoartrite da articulação do punho radial e focal. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa., Alunos envolvidos: Mestrado acadêmico: (3) ., Integrantes: Jânio  
Monitoramentos (<https://monitoramentos.escavador.com>) Diários Oficiais (<https://www.es>  
Dantas Gualberto - Coordenador / Patricia Lúcs - Integrante / Verônica Gomes -  
integrante / Vinicius Guerra - Integrante.

## PRÊMIOS



2003

Potencial Instrutor do ATLS., COL AMERICANO CIRURGIÕES.

1999

Título de especialista em traumatologia e Ortopedia, Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia.

1999

Especialista em Ortopedia e Traumatologia, Conselho Federal de Medicina.

## Histórico profissional

### EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL



2010 - Atual

Universidade Federal de Campina Grande

(<https://www.escavador.com/sobre/24539594/universidade-federal-de-campina-grande>).

Vínculo: Empregado, Enquadramento Funcional: Professor

2008 - Atual

Faculdades de Enfermagem Nova Esperança

(<https://www.escavador.com/sobre/24769304/faculdades-de-enfermagem-nova-esperanca>).

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 20

2008 - Atual

Cooperativa da Ortopedia e Traumatologia

(<https://www.escavador.com/sobre/26970633/cooperativa-da-ortopedia-e-traumatologia>).





Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: MEDICO, Carga horária: 6



[. \(https://www.escavador.com\)](https://www.escavador.com)



2000 - Atual

[Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com), [Diários Oficiais \(https://www.es](https://www.escavador.com/diarios-oficiais)

[. \(https://www.escavador.com/sobre/26970634/hospital-emergencia-e-trauma-](https://www.escavador.com/sobre/26970634/hospital-emergencia-e-trauma-senador-humberto-lucena)

[senador-humberto-lucena\)](https://www.escavador.com/sobre/26970634/hospital-emergencia-e-trauma-senador-humberto-lucena)

Vínculo: Médico Plantonista, Enquadramento Funcional: Plantão, Carga horária: 12

1999 - Atual

[Clínica de Ortopedia e traumatologia e Reabilitação](https://www.escavador.com/sobre/26617237/clinica-de-ortopedia-e-traumatologia-e-reabilitacao)

[. \(https://www.escavador.com/sobre/26617237/clinica-de-ortopedia-e-traumatologia-e-reabilitacao\)](https://www.escavador.com/sobre/26617237/clinica-de-ortopedia-e-traumatologia-e-reabilitacao)

Vínculo: Sócio, Enquadramento Funcional: Diretor, Carga horária: 36

1995 - 1996

[Hospital Geral de Recife \(https://www.escavador.com/sobre/24622422/hospital-geral-de-recife\)](https://www.escavador.com/sobre/24622422/hospital-geral-de-recife)

Vínculo: Médico Exército, Enquadramento Funcional: Oficial Médico 2 TENENTE

2015 - Atual

[Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo](https://www.escavador.com/sobre/24539043/faculdade-de-ciencias-medicas-da-santa-casa-de-sao-paulo)

[. \(https://www.escavador.com/sobre/24539043/faculdade-de-ciencias-medicas-da-santa-casa-de-sao-paulo\)](https://www.escavador.com/sobre/24539043/faculdade-de-ciencias-medicas-da-santa-casa-de-sao-paulo)

Vínculo: MESTRANDO, Enquadramento Funcional: MESTRANDO

Outras informações:

MESTRANDO NA ÁREA DE CIENCIAS DA SAÚDE

2016 - Atual

[Faculdade Santa Maria de Cajazeiras](https://www.escavador.com/sobre/24592766/faculdade-santa-maria-de-cajazeiras)

[. \(https://www.escavador.com/sobre/24592766/faculdade-santa-maria-de-cajazeiras\)](https://www.escavador.com/sobre/24592766/faculdade-santa-maria-de-cajazeiras)

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: professor, Carga horária: 10

[Preços \(https://www.escavador.com/precos\)](https://www.escavador.com/precos) [API \(https://www.escavador.com/api/painel\)](https://www.escavador.com/api/painel)

[Ajuda \(https://ajuda.escavador.com\)](https://ajuda.escavador.com)



[Termos \(https://www.escavador.com/termos-de-uso\)](https://www.escavador.com/termos-de-uso)[Privacidade \(https://www.escavador.com/politica-de-privacidade\)](https://www.escavador.com/politica-de-privacidade)[Monitoramentos \(https://monitoramentos.escavador.com\)](https://monitoramentos.escavador.com)[Diários Oficiais \(https://www.escavador.com/diarios-oficiais\)](https://www.escavador.com/diarios-oficiais)[Quem somos \(https://www.escavador.com/quem-somos\)](https://www.escavador.com/quem-somos)[Contato \(https://www.escavador.com/fale-conosco\)](https://www.escavador.com/fale-conosco)[\\_ \(https://itunes.apple.com/br/app/escavador-monitoramentos/id1206044185\)](https://itunes.apple.com/br/app/escavador-monitoramentos/id1206044185)[\\_ \(https://play.google.com/store/apps/details?id=com.escavador.escavador\)](https://play.google.com/store/apps/details?id=com.escavador.escavador)

© Copyright 2020. Todos os direitos reservados.



**4ª Vara Mista de Guarabira**  
**Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000**  
**GUARABIRA**  
( )

Nº do processo: 0801234-34.2020.8.15.0181  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [Seguro]

Autor: Nome: ALEX CARVALHO SANTOS  
Endereço: Rua Nossa Senhora das Graças, 35, Bela Vista, ARAÇAGI - PB - CEP: 58270-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**  
**(AUTOR)**

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Mista de Guarabira manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte

Nome: ALEX CARVALHO SANTOS  
Endereço: Rua Nossa Senhora das Graças, 35, Bela Vista, ARAÇAGI - PB - CEP: 58270-000  
para comparecer a perícia designada para o dia 15 de setembro de 2020, às 9h15, na Clinor, localizada  
Av. Getúlio Vargas, 126, centro – João Pessoa/PB, próximo a Lagoa.

GUARABIRA, em 29 de julho de 2020.

De ordem, LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO  
Mat.473648-6



EM ANEXO





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1 VARA MISTA DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo: 08012343420208150181

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALEX CARVALHO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., em cumprimento ao despacho proferido por este Juízo, apresentar os seus quesitos.

1 - Queira o Sr. Perito informar se há nexos de causalidade entre o acidente narrado na petição inicial e a lesão apresentada pelo autor. Caso haja, informar se da referida lesão resultou invalidez permanente ou temporária;

2 - Queira o Sr. Perito informar se a invalidez permanente é notória ou de fácil constatação;

3 - Queira o Sr. Perito esclarecer quando a vítima teve ciência de sua incapacidade com base nos documentos médicos acostados aos autos;

4 - Queira o Sr. Perito informar se a vítima encontra-se em tratamento ou já se esgotaram todas as possibilidades existentes na tentativa de minimizar o dano;

5 - Queira o Sr. Perito informar se à época do acidente o membro afetado já contava com alguma sequela oriunda de circunstância anterior;

6 - Queira o Sr. Perito informar se a lesão apresenta caráter parcial ou total. Sendo a invalidez parcial incompleta, queira o Ilustre Perito informar o membro afetado e se a redução proporcional da indenização corresponde a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, 10% (dez por cento) para as de sequelas residuais, consoante o disposto no Art. 3º, inciso II, da Lei 6.194/74;

7 - Considerando que a tabela inserida à Lei 11.945/09 em três casos faz distinção quando a vítima é acometida por lesão em ambos os membros, seria possível o Sr. Perito indicar adequadamente a média da lesão sofrida nos termos da tabela? Em caso positivo qual seria a graduação (10%, 25%, 50%, 75% ou 100%)?

- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés;
- Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior;

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
www.joaobarbosaadvass.com.br





8 - Queira o Sr. Perito esclarecer todo e qualquer outro elemento necessário ao deslinde da causa.

**Por fim com fulcro no artigo 5º, LV, da Constituição Federal, requer que após a produção da prova pericial, seja aberto prazo para as partes se manifestarem sobre o laudo, a fim de que não se cause na demanda o cerceamento de defesa, frente ao princípio constitucional do devido processo legal.**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

GUARABIRA, 3 de agosto de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**

Rua São José, 90, 8º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20010-020  
[www.joaobarbosaadvass.com.br](http://www.joaobarbosaadvass.com.br)



EM ANEXO





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		05/08/2020	200	3200105033494
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
04/08/2020	2717184	08012343420208150181	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
GUARABIRA	4 VARA CIVEL/CRIMIN.	RÉU	200,00	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
		Jurídico		
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ALEX CARVALHO SANTOS		Física	37787584890	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
034E7015CC854AA1				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO **1** VARA MISTA DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

**Processo: 08012343420208150181**

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALEX CARVALHO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., requerer que seja determinada a juntada do **RECIBO DE PAGAMENTO** em anexo, com fito de **comprovar o pagamento dos honorários do perito nomeado pelo Juízo**.

Termo em que,  
Pede Juntada.

GUARABIRA, 7 de agosto de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB





**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
4ª Vara Mista de Guarabira**

---

PROCESSO Nº 0801234-34.2020.8.15.0181

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Seguro]

AUTOR: ALEX CARVALHO SANTOS  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s)/DJO em anexo.

4ª Vara Mista de Guarabira-Pb, 27 de agosto de 2020.

**LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO**

Técnico Judiciário







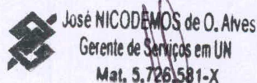
GUARABIRA ( PB ), 06 de Agosto de 2020 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º: **08012343420208150181**  
Reu: **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO**  
CPF/CNPJ: **09.248.608/0001-04**  
Autor: **ALEX CARVALHO SANTOS**  
CPF/CNPJ: **377.875.848-90**  
Valor original: **R\$ 200,00**  
Agência depositária: **200 - 3 GUARABIRA**  
N.º da conta judicial: **3200105033494**  
N.º da parcela: **1**  
Data do depósito: **04.08.2020**  
Depositante: **SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO**

Respeitosamente,

  
José NICODEMOS de O. Alves  
Gerente de Serviços em UN  
Mat. 5.726.581-X

**Banco do Brasil S.A.**  
GUARABIRA  
R.QUINZE DE NOVENBRO,73  
GUARABIRA - PB .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito  
**4 VARA CIVEL/CRIMIN.**  
**GUARABIRA - PB .**



**4ª Vara Mista de Guarabira**  
**Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000**  
**GUARABIRA**  
( )

Nº do processo: 0801234-34.2020.8.15.0181  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [Seguro]

Autor: Nome: ALEX CARVALHO SANTOS  
Endereço: Rua Nossa Senhora das Graças, 35, Bela Vista, ARAÇAGI - PB - CEP: 58270-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**  
**(AUTOR)**

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Mista de Guarabira manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte

Nome: ALEX CARVALHO SANTOS  
Endereço: Rua Nossa Senhora das Graças, 35, Bela Vista, ARAÇAGI - PB - CEP: 58270-000  
para comparecer a perícia designada para o dia 15 de setembro de 2020, às 9h15, na Clinor, localizada  
Av. Getúlio Vargas, 126, centro – João Pessoa/PB, próximo a Lagoa.

GUARABIRA, em 28 de agosto de 2020.

De ordem, LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO  
Mat.473648-6



## CERTIDÃO:

Certifico que, em cumprimento ao mandado expedido por determinação do (a) MM. Juiz (a) de Direito desta Comarca, **DEIXEI DE CUMPRIR** o r. mandado, tendo em vista de que o promovente ALEX CARVALHO SANTOS, não mais reside Rua Nossa Senhora das Graças, 35, Bela Vista, ARAÇAGI - PB, conforme informações de seu sogro, Sr. Severino Siva, residente à Rua Profª. Maria do Carmo, 46, centro, Araçagi-PB, que me forneceu o telefone do promovente supra, 9-9327-2744, contudo não consegui contato com o mesmo, não obstante, tenha entregue contrafé do mandado ao Sr. Severino Silva para posterior entrega ao autor supracitado. Ante ao exposto, devolvo o R. mandado ao Cartório competente, para adoção das medidas cabíveis.

(Datado e assinado eletronicamente)



Successfully created



**4ª Vara Mista de Guarabira**  
**Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000**  
**GUARABIRA**  
**( )**

Nº do processo: 0801234-34.2020.8.15.0181  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto(s): [Seguro]

Autor: Nome: ALEX CARVALHO SANTOS  
Endereço: Rua Nossa Senhora das Graças, 35, Bela Vista, ARAÇAGI - PB - CEP: 58270-000

Réu: Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.  
Endereço: R SENADOR DANTAS, 74, 5 andar, CENTRO, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205

**MANDADO DE INTIMAÇÃO**  
**(AUTOR)**

O MM. Juiz de Direito da 4ª Vara Mista de Guarabira manda ao oficial de justiça que, em cumprimento a este, intime a parte

Nome: ALEX CARVALHO SANTOS  
Endereço: Rua Nossa Senhora das Graças, 35, Bela Vista, ARAÇAGI - PB - CEP: 58270-000  
para comparecer a perícia designada para o dia 15 de setembro de 2020, às 9h15, na Clinor, localizada Av. Getúlio Vargas, 126, centro – João Pessoa/PB, próximo a Lagoa.

GUARABIRA, em 28 de agosto de 2020.

De ordem, LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO  
Mat.473648-6

*X Subscrito Silva*

*(9.9327-2744)*  
*(CIVIL HO)*





Assinado eletronicamente por: **LIDIANE CRISTYNA GUILHERME  
DE CARVALHO**

**28/08/2020 09:05:52**

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>

ID do documento: **33711017**



20082809055216900000032256063

imprimir

28/08/2020 15:20



Assinado eletronicamente por: **CICERO TEIXEIRA MAIA** - 29/08/2020 12:19:19

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20082912191931200000032291279>

Número do documento: 20082912191931200000032291279





**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
4ª Vara Mista de Guarabira**

---

PROCESSO Nº 0801234-34.2020.8.15.0181

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Seguro]

AUTOR: ALEX CARVALHO SANTOS  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s)/PERÍCIA REALIZADA em anexo.

4ª Vara Mista de Guarabira-Pb, 15 de setembro de 2020.

**LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO**

Técnico Judiciário



**AVALIAÇÃO MÉDICA  
PARA FINS DE CONCILIAÇÃO**  
[Art. 31º da Lei 11.945 de 4/6/2009 que altera a Lei 6.194 de 14/12/1974]

**Informações da Vítima**


Nome completo: Alex Carvalho Santos  
CPF: 344.875.848-90  
Endereço completo: Rua Agostinho Ferrneca - no 223 apto 402  
- Água Brava - São Paulo

**Informações do acidente**

Local: Avacari - PB  
Data do Acidente: 03/03/2012

**Concordância com a realização da avaliação médica**

Declaro que as informações da vítima e do acidente, acima indicadas, são verdadeiras e que compareci, por livre e espontânea vontade, para realização da avaliação médica para fins de conciliação em razão do processo judicial nº \_\_\_\_\_, para pagamento de indenização DPVAT por invalidez permanente, do qual figura como autor e que tramita na \_\_\_\_\_ Vara Cível ou JEC da Comarca de autos, para fins de prova documental, nos termos do artigos 397 e 427 do CPC.

  
Assinatura da vítima

**Avaliação Médica**

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo automotor de via terrestre?

☒ Sim ☐ Não ☐ Prejudicado

Só prosseguir em caso de resposta afirmativa.

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

PUNHO DIREITO

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítima, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

SIM

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

☐ Sim ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):



IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

- a) ☐ distúrbios apenas temporários
- b) ☒ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da vítima.

HIPOTROFIA DE M.M. FLEXORA DO PUNHO + LIMITAÇÃO DE ADM

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

☐ Sim, em que prazo:

☒ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V, favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados.

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mais susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total

(Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítima).

b) ☒ Parcial

(Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítima). Em se tratando de dano parcial informar se o dano é:

b.1 ☐ Parcial Completo (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da vítima).

b.2 ☒ Parcial Incompleto (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas em parte a um (ou mais de um) segmento corporal da vítima).

b.2.1) Informar o grau da incapacidade definitiva da vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Segmento Anatômico

1ª Lesão

PUNHO DIREITO

Marque aqui o percentual

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☒ 50% Média ☐ 75% Intensa

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

3ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Leve ☐ 50% Média ☐ 75% Intensa

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Local e data da realização do exame médico

J. Pereira 15.09.2020

Assinatura do médico

Dr. João Dantas Gualberto  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 4382 TEOT 6514  
033004382





ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
4ª Vara Mista de Guarabira

**Processo** N°: 0801234-34.2020.8.15.0181  
**PROCEDIMENTO** COMUM CÍVEL (7)  
[ S e g u r o ]  
**AUTOR:** ALEX CARVALHO SANTOS  
**REU:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**OFÍCIO n. 418/2020** Guarabira, 21 de setembro de 2020

A Sua Senhoria o Senhor

Gerente do Banco do Brasil – Agência de Guarabira/PB

Nesta Comarca

Senhor Gerente,

Solicito a Vossa Senhoria que proceda, no prazo de 5 (cinco) dias, a transferência do(s) valor(es) existentes na(s) conta(s) judicial(is) nº 3200105033494 para a conta corrente n. **15.005-3**, agência n. **1885-6**, Banco do Brasil, de titularidade do perito **Janio Dantas Gualberto (CPF n. 691.234.894-72)**.

Prazo de 5 (cinco) dias para resposta.

Atenciosamente,

ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO

Juiz de Direito

( ASSINADO ELETRONICAMENTE)





**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
4ª Vara Mista de Guarabira**

---

PROCESSO Nº 0801234-34.2020.8.15.0181

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Seguro]

AUTOR: ALEX CARVALHO SANTOS  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s)/EMAIL que encaminhou o ofício ao Banco, em anexo.

4ª Vara Mista de Guarabira-Pb, 22 de setembro de 2020.

**LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO**

Técnico Judiciário





Zimbra

gua-vmis04@tjpb.jus.br


---

**0801234-34.2020.815.0181**

---

**De :** 4ª VARA MISTA DE GUARABIRA <gua-vmis04@tjpb.jus.br>

Ter, 22 de set de 2020 15:11

 1 anexo

**Assunto :** 0801234-34.2020.815.0181

**Para :** age1618 gerap <age1618.gerap@bb.com.br>

Boa tarde,  
Segue, em anexo, o OFÍCIO n. 418/2020, para cumprimento e resposta.

Atenciosamente

Lidiane Cristyna G de Carvalho  
Técnica Judiciária



**Ofício (2).pdf**

24 KB

---



## **CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que, através do presente expediente, procedo a intimação das partes para que, no prazo comum de 15 (quinze) dias, se manifestem sobre o resultado da perícia, mesma oportunidade em que deverão providenciar a apresentação de seus pareceres técnicos.

GUARABIRA, 22 de setembro de 2020

LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**4ª Vara Mista de Guarabira**

---

PROCESSO Nº 0801234-34.2020.8.15.0181

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Seguro]

AUTOR: ALEX CARVALHO SANTOS  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

4ª Vara Mista de Guarabira-Pb, 25 de setembro de 2020.

**LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO**

Técnico Judiciário



Comprovante de Resgate Justiça Estadual

-----  
Numero de Protocolo : 00000000049123765  
Processo : 08012343420208150181  
Numero do Alvará : OFÍCIO Nº 418/2020  
Data do Alvará : 21/09/2020  
Data do Levantamento : 23/09/2020  
Beneficiário : JANIO DANTAS GUALBERTO  
CPF/CNPJ : 691.234.894-72  
Agência do Resgate : 0200 GUARABIRA  
-----

DADOS DO RESGATE

Valor do Capital	: R\$	200,00
Valor dos Rendimentos	: R\$	0,41
Valor Bruto Resgate	: R\$	200,41
Valor do IR	: R\$	0,00
Valor Líquido Resgate	: R\$	200,41

DADOS DO CRÉDITO

Finalidade : Crédito em C/C BB  
Banco : Banco do Brasil S.A.  
Agência : 1885  
Conta : 0015005-3  
Titular da Conta : JANIO DANTAS GUALBERTO  
CPF/CNPJ : 691.234.894-72  
Valor Líq. Pagamento : R\$ 200,41  
Data do Pagamento : 24/09/2020

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Conta Resgatada : 3200105033494

=====

Autenticação Eletrônica: 9FE2C8C5A11D14BE

Acesse seus comprovantes diretamente no site  
[www.bb.com.br](http://www.bb.com.br), no menu Judiciário > Serviços  
Exclusivos > Depósito Judicial > Comprovantes.  
Clientes BB também podem acessar no Autoatendi-  
mento Pessoa Física e Gerenciador Financeiro.



EM ANEXO





Rio de Janeiro, 09 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Nº Sinistro: **3180303187**

Vítima: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Data do Acidente: **04/03/2018**

Cobertura: **DAMS**

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de reembolso de Despesas de Assistência Médicas e Suplementares - DAMS foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180303187**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de DAMS é de **ATÉ R\$ 2.700,00** e que suas despesas serão analisadas considerando os valores de mercado, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de reembolso é de até **30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00753/00754 - carta\_01 - DAMS



Carta nº 13067801



Rio de Janeiro, 12 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **ALEX CARVALHO SANTOS**  
Nº Sinistro: **3180303187**  
Vítima: **ALEX CARVALHO SANTOS**  
Data do Acidente: **04/03/2018**  
Cobertura: **DAMS**

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180303187**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Comprovação de ato declaratório faltando página
- DUT ilegível

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00847/00848 - carta\_03 - DAMS



Carta nº 13085422



Rio de Janeiro, 01 de Agosto de 2018

Carta nº: 13174418

A/C: ALEX CARVALHO SANTOS

Nº Sinistro: 3180303187  
Vitima: ALEX CARVALHO SANTOS  
Data do Acidente: 04/03/2018  
Cobertura: DAMS

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: ALEX CARVALHO SANTOS

Valor: R\$ 2.700,00

Banco: 104

Agência: 000000042

Conta: 00000061247-3

Tipo: CONTA POUPANÇA

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00969/00970 - carta\_12 - DAMS



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL** e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2 - "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante legal").

Número do Sinistro ou ASL	CPF da Vítima <b>377.875848-90</b>	Nome completo da vítima <b>Alex Carvalho Santos</b>
---------------------------	---------------------------------------	--

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo <b>Alex Carvalho Santos</b>		CPF titular da conta <b>377.875 848-90</b>	Profissão <b>Recusante</b>
Endereço <b>R - NS das graças</b>		Número <b>85</b>	Complemento <b>case</b>
Bairro <b>Centro</b>	Cidade <b>Maracaju</b>	Estado <b>Paraná</b>	CEP <b>58270000</b>
Email		Telefone (DDD) <b>83199420-7918</b>	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto à Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00	
<input type="checkbox"/> <b>CONTA POUPANÇA</b> (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input checked="" type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> <b>CONTA CORRENTE</b> (todos os bancos)	
AGÊNCIA NRO. <b>0042</b> D/V <input type="checkbox"/> (Informar dígito se existir)		BANCO Nome <input type="text"/> NRO. <input type="text"/> AGÊNCIA NRO. <input type="text"/> D/V <input type="checkbox"/> (Informar dígito se existir)	
CONTA NRO. <b>061247</b> D/V <b>3</b> (Informar dígito se existir)		CONTA NRO. <input type="text"/> D/V <input type="checkbox"/> (Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

**Local e Data**  
**Maracaju, 25 de Junho de 2018**

**Campo 1 - Assinatura do Beneficiário**  
**Alex Carvalho Santos**

**Campo 2 - Assinatura do Representante Legal**

FAPPF.001 V001/2017



CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A435 #20 | AUTO ATENDIMENTO | 26/06/2018

>> CONTA SEM MOVIMENTACAO NESTA DATA

|MOVTO. E SALDO DO DIA

PAG: 001 / 001

AG: 0042 - GUARABIRA

OPER: 013

CONTA:

61.247-3

NOME: ALEX C SANTOS

LIMITE FLUTUANTE GIM:

DISPONIVEL.: 0,00

LIMITE CHEQUE AZUL:

SALDO TOTAL: 0,00

BLOQUEADO:

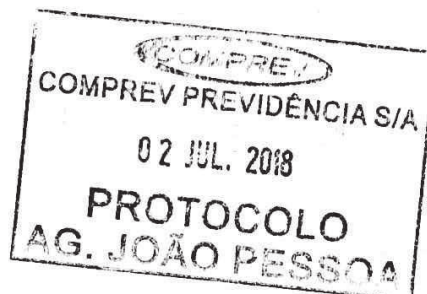
0000

NR.DOC

HISTORICO

V A L O R

F1 AJUDA F4 SALDO DE POUPANCA F7 VOLTA PAG. F8 AVANCA PAG. H4A21539  
F3 RETORNAR F5 POSICAO INVESTIMENTOS F6 RESUMO LIMITES F12 FINALIZAR







GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
8ª DELEGACIA SECCIONAL DE POLICIA CIVIL  
DELEGACIA DE POLÍCIA DO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI/PB  
Rua Felipe Rodrigues nº 10, centro Araçagi/PB, Fone (83) 3274.1331-98123.7705.



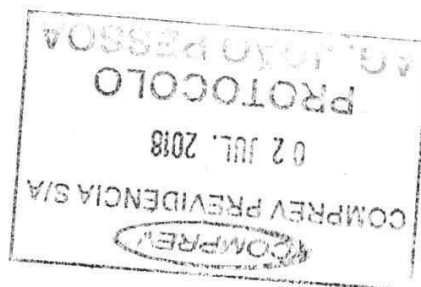
**CERTIDÃO**

**CERTIFICO** que em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o livro de Registro de Queixas de nº **001/2018** desta Delegacia de Polícia, nele encontrei as folhas **097** registro de nº **097/2018**, cujo teor passo a transcrever na íntegra: aos seis dias mês de Abril de dois mil e DEZOITO, nesta cidade de Araçagi/PB, na Delegacia de Polícia, presente, o DEL. POL **IVANILDO MORAES DE MEDEIROS**, Delegado de Polícia Civil, comigo, escrivão de Polícia Civil, do seu cargo, ao final assinado, ai, por volta das 11:57 horas, compareceu: o (a) Sr<sup>(a)</sup> **ALEX CARVALHO SANTOS**, solteiro, nascido em 22/11/1989, Natural de Guarabira/PB, comerciante, **RG: 468243495 SSP/PB, Alfabetizado**, Filiação VANEIDE CARVALHO DOS SANTOS E DE CARLOS ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, empresário, Endereço à Rua NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, nº 35, Bairro BELA VISTA, ARAÇAGI/PB. **Fez o seguinte registro:** Que no dia 04/03/2018, se acidentou em sua motocicleta, PLACA QFA-8287, ano 2014, modelo 2014, cor preta, HONDA FAN, CHASSI 9C2JC4110ER802813, no momento em que estava saindo do seu comércio, ao perder o controle da motocicleta foi a solo; Que quebrou o pulso da mão direito no acidente; Que foi atendido no Pronto Socorro de Fratura de Guarabira; Que foi socorrido por populares; Que a motocicleta é de propriedade do queixoso. O referido é verdade, dou fé.

Araçagi/PB, 06 de Abril de 2018.

Noticiante:

Escrivão de Polícia





# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 26/07/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 2.700,00

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ALEX CARVALHO SANTOS

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00042

CONTA: 000000061247-3

---

---

Nr. da Autenticação 0A12B8E5CD55201C



Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda.

Avenida Rui barabosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.

Fone: (83) 3271 1156

Fax: (83) 3271 4032

## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que revendo nossos arquivos constatamos que o paciente, ALEX CARVALHO SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado à rua Nossa Senhora das Graças Nº 46, centro, Araçagi-PB, foi atendido neste Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda – CNPJ: 09.239.906/0001-38, vítima de acidente de motocicleta (informado pelo mesmo), compareceu no dia 04/03/2018, tendo como diagnóstico de Fratura exposta do Rádio distal direito CID 10 S52.5, submetido a tratamento cirúrgico no dia 05/03/2018, com quadro clínico exame realizado raios x do punho direito e imobilização tipo tala gessada membro superior, colocado material de síntese, 01 (um) Placa em T e 03 (três) Parafusos Corticais, 02 (dois) Fios Kirshned, com alta hospitalar no dia 06/03/2018. Conforme consta na ficha ambulatorial Nº 350.955/2018 e prontuário Nº 049/2018, em nossos arquivos.

Guarabira, 13 de Março de 2018.

Dr. Tenistocles de Almeida Ribeiro Filho  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 7618



ATO DECLARATÓRIO

## Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira

Nome:	Alex Carvalho Santos	Matrícula:	350955
Idade:	32.11.89 21a	Categoria:	Sup
Sexo:	M	Profissão:	Quilômetro
Est. Civil:	S	Naturalidade:	000 Paulo
Residência:	N 1.251° em Guarabira 46	Data:	04/03/18
	000000000000000000		000 981871255
HDA:	702 2046 1931 2260		06-468 243495

Plat. 1.251° em Guarabira 46

000000000000000000

000 981871255

06-468 243495

Diag. Clínico: Fratura de fêmur direito

Diag. Radiológico: Fratura de fêmur direito

Tratamento: 1. Fratura de fêmur direito



Scanned by CamScanner



Nome: Alex Carvalho Santos	Matrícula: 350955
Idade: 22.11.89 27an	Categoria: 344
Sexo: M	Profissão: autônomo
Est. Civil: S	Naturalidade: 500 paulo
Residência: R 1/25º com Wagon 46 Bairro: P3	Data: 13/03/18
HDA 702 7046 1931 2260	28/08/18 1255 C: 468 243495

Pt. Viana de Alencar 20  
no 10 12/10/2019 em Rivas

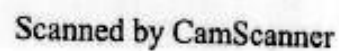
Exame I + Exame + Inf. P.  
Fotografia de parte distal D

Diag. Clínico:

Diag. Radiológico:

Tratamento: ① Furores B. Angerulo

Dr. Fernando de Aguiar RABELO Filho  
Osteopata e Fisioterapeuta  
CRM: 1046 - CDF - 031.12.654-03





FRANCISCO JOSE DOS SANTOS  
RUANS DAS GRACAS, 35 - CENTRO  
ARACAGI/ PB CEP. 58270000 (AG. 22)

Emissão: 11/04/2018 Referência: Abr / 2018

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BARRA RENDA MONOFÁSICO  
Roteiro: 5 - 27 - 255 - 8100 Nº medidor: 00200488793

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A

220, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/ PB - CEP 53071-920  
CNPJ 08.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 04.787.456

Cód. para Débito Automático: 00009833528

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/ CNPJ/ RANI

Abr / 2018 11/04/2018 11/05/2018 62388010420

UC (Unidade Consumidora): 5/593352-8

#### Canal de contato

Declaração de Quitação Anual de Débitos  
Conforme previsto na Lei 12.007 de 29 de julho de 2009,  
informamos a quitação dos débitos referentes aos fatu-  
ramentos regulares de energia elétrica desta unidade  
consumidora vencidos no ano de 2017 e nos anos ante-  
riores. Esta declaração substitui, para a comprovação  
do cumprimento das obrigações do consumidor, as qui-  
tações dos faturamentos mensais dos débitos do ano  
a que se refere e dos anos anteriores.  
- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei  
nº 10.438, de 26 de abril de 2002.  
Viu um fio caído no chão? Não toque ou se aproxime. Ligue ime-  
diatamente para a Energisa e peça auxílio para isolar o local.

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura	
12/03/18	17397	11/04/18	17497	

#### Demonstrativo

CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base	Custo	Alíq.	Imposto	Base Calc.	Pot(R\$)	Cobrança
0601	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,249770	7,49	7,49	27	2,02	7,49	0,37	0,32
0601	Consumo - 31 a 100kWh-BR	70,000	0,428170	29,97	29,97	27	8,09	29,97	0,27	1,26
0601	Consumo - 101 a 220kWh-BR	10,000	0,842250	8,42	8,42	27	1,73	8,42	0,06	0,27
0610	Subsídio			38,29	38,29	27	0,80	38,29	0,33	1,52
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS										
0607	CONTRIBUIÇÃO ILLUM PUBLICA			0,16	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0604	JUROS DE MORA 03/2018			0,16	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0605	MULTA 03/2018			0,00	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0908	Devolução Subsídio			44,89	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 64,93 30,17 21,64 80,17 0,73 3,32

Média últimos meses (kWh)  
112

VENCIMENTO  
18/04/2018

TOTAL A PAGAR  
R\$ 64,93

#### Histórico de Consumo (kWh)

112 | 121 | 106 | 112 | 107 | 114 | 115 | 118 | 131 | 107 | 99 | 108  
Abr/17 | Mai/17 | Jun/17 | Jul/17 | Ago/17 | Set/17 | Out/17 | Nov/17 | Dez/17 | Jan/18 | Fev/18 | Mar/18

RESERVADO AO FISCO  
5c2b.1c78.c3f6.ae76.95cf.a154.aa61.a063.

#### Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	5,91	0,00
DIC TRIMESTRAL	11,52	NOMINAL
DIC ANUAL	23,54	
FIC MENSAL	3,46	0,00
FIC TRIMESTRAL	8,97	CONTRATADA
FIC ANUAL	13,95	LIMITE INFERIOR
DMC	3,46	LIMITE SUPERIOR
DICR	12,22	

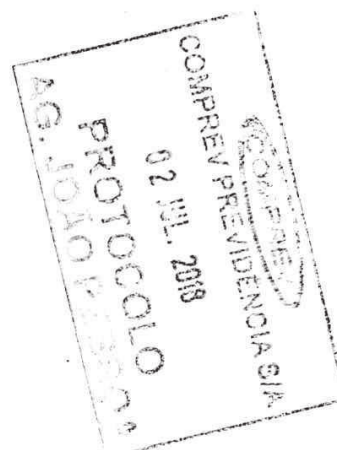
Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. da Energisa/PB	11,40	17,55
Compra de Energia	13,48	20,75
Serviço de Transmissão	1,75	2,70
Encargos Setoriais	3,16	4,87
Impostos Diretos e Encargos	25,14	38,12
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	64,93	100,00

Valor do EUSD (Ref 2/2018) R\$ 11,88

#### ATENÇÃO

Sua unidade foi faturada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$24,83

#### Faturas em atraso



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/10/2020 11:09:53

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100111095329200000033433056>

Número do documento: 20100111095329200000033433056

Num. 34979936 - Pág. 11



JOSÉ BARBOSA DOS SANTOS  
RUA OCA ATAIDE, 889 - NOVO  
GUARABIRA/PB CEP: 51200000 (AG 22)

Emissão: 14/06/2018 Referência: Jun/2018  
Classe/Subcl: RESIDENCIAL/BAIXA RENDA MC/NOFÁSICO  
Roteiro: 7 - 22 - 85 - 4040 Nº medidor: 0008884958



ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
Br/230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa/PB - CEP 58071-880  
CNPJ 09.095.183/0001-40 Insc. Est. 16.015.823-0

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica Nº 007 936 422  
Cód. para Dab. Automático: 00001664614

Atendimento ao Cliente ENERGISA **0800 083 0196** Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/CNPJ/RANI
Jun/2018	14/06/2018	16/07/2018	27893790415 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): **5/166461-4**

Canal de contato

- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei  
nº 10.438, de 26 de abril de 2002

Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data 15/05/18	Leitura 3007	Data 14/06/18	Leitura 3007	
				30

Demonstrativo		Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc.	Aliq. ICMS(R\$)	Base Calc. Pis(R\$)	Contrib(R\$)
CCI	Descrição						
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0804	JUROS DE MORA 02/2018	3,85	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0804	JUROS DE MORA 03/2018	3,40	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 02/2018	2,14	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 03/2018	2,58	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MCNETÁRIA 02/2018	3,21	0,00	0	0,00	0,00	0,00
0805	ATUALIZAÇÃO MCNETÁRIA 03/2018	3,27	0,00	0	0,00	0,00	0,00

CCI	Código de Classificação do Item	TOTAL	18,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
-----	---------------------------------	-------	-------	------	------	------	------	------

Média últimos meses (kWh)	VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR
253	21/06/2018	R\$ 18,45

Histórico de Consumo (kWh)											
208	180	187	177	182	189	218	183	224	578	517	
Jun/17	Jul/17	Ago/17	Set/17	Out/17	Nov/17	Dez/17	Jan/18	Fev/18	Mar/18	Abr/18	Maio/18

RESERVADO AO FISCO  
f36b.4e10.5099.4310.035a.f1f3.b877.e641.

Indicadores de Qualidade				Composição do Consumo		
Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)	Discriminação	Valor (R\$)	%
DIC MENSAL	11,82	0,00	NO MINIMAL	Serviços de Dist. de Energia PB	0,00	0,00
DIC TRIMESTRAL	23,64			Compra de Energia	0,00	0,00
DIC ANUAL	3,48	0,00	CONTRATADA	Serviço de Transmissão	0,00	0,00
FIC MENSAL	6,97		LIMITE INFERIOR	Encargos Setoriais	0,00	0,00
FIC TRIMESTRAL	13,95		LIMITE SUPERIOR	Impostos Diretos e Encargos	18,45	100,00
FIC ANUAL	3,48	0,00		Outros Serviços	0,00	0,00
DMIC	12,22			Total	18,45	100,00
DICRI						

Valor do EUSD (Ref. 4/2018) R\$ 132,38

COMPREV PREVIDENCIA S/A  
02 JUL 2018  
PROTÓCOLO  
AG. JOÃO PESSOA



**PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA**

**Av: Rui Barbosa - 240 - Centro – Guarabira – PB**


**Fone: (83) 3271 – 1156 Fax: (83) 3271 – 4032**

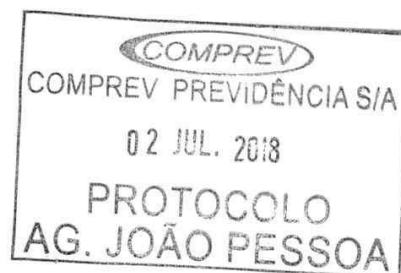
**RECIBO..... 3.500,00**

Recebi do Sr. ALEX CARVALHO SANTOS, a importância líquida de R\$ 3.500,00 (Três Mil e Quinhentos Reais), ref. a atendimento médico cirurgico realizado na pessoa do mesmo.

Para maior clareza, firmo o presente recibo, dando plena e total quitação.

**Guarabira, 05 de Março de 2018.**

  
09.239.906/0001-38  
Pronto Socorro De Fraturas  
De Guarabira - Ltda - Prostag  
Av. Rui Barbosa - 240  
Centro - Cep: 58.200.000  
[Guarabira - PB]



**Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda**  
**Avenida Rui Barbosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.**  
**Fone: (083) 3271 1156 Fax: (083) 3271 4032**

**Nome do Paciente: Alex Carvalho Santos**  
**Convênio: Particular**  
**Diagnóstico: Fratura do Rádio distal do Rádio**  
**Procedimento: Internamento Cirúrgico**  
**Data do Internamento: 05/03/2018**  
**Data da Alta: 06/03/2018**  
**Prontuário ou ficha Ambulatorial: 049/2018**

#### **Honorários Médicos**

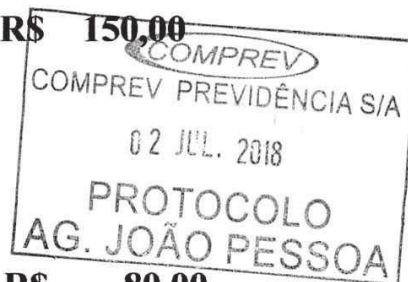
<b>Cirurgião</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 1.444,96</b>	<b>R\$ 1.444,96</b>
<b>Auxiliar</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 188,94</b>	<b>R\$ 188,94</b>
<b>Anestesista</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 712,00</b>	<b>R\$ 712,00</b>
<b>Sub-Total.....</b>	<b>R\$</b>	<b>R\$ 2.345,90</b>	

<b>Diária de Apartamento</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 150,00</b>	<b>R\$ 150,00</b>
------------------------------	-----------	-------------------	-------------------

#### **Exame Radiológico**

<b>Raios x do Punho</b>	<b>02</b>	<b>R\$ 40,00</b>	<b>R\$ 80,00</b>
<b>Fio Kirshned</b>	<b>02</b>	<b>R\$ 75,00</b>	<b>R\$ 150,00</b>
<b>Placa em T</b>	<b>01</b>	<b>R\$ 540,00</b>	<b>R\$ 540,00</b>

**(Incluindo 03 Parafusos Corticais)**



09.239.906.906/0001-38  
Pronto Socorro de Fraturas  
De Guarabira - Ltda - Prodrag  
Av. Rui Barbosa - 240  
Centro - Guarabira - PB





**Nomenclatura Medicamento de Sala e Enfermaria**  
**Quantidade valor Unitário Valor Total**

Pov. Digermante	120ml	R\$ 0,10	R\$ 12,00
Pov. Tópico	180ml	R\$ 0,08	R\$ 14,00
Diclofenaco amp	04 amp	R\$ 2,81	R\$ 11,24
Cefalotina amp	04 amp	R\$ 5,55	R\$ 22,20
Soro Fisiológico	02 unid	R\$ 2,96	R\$ 5,92
Soro Glicosado	01 unid	R\$ 3,33	R\$ 3,33
Neocaína 5%	01 amp	R\$ 14,00	R\$ 14,00
Efortil amp	01 amp	R\$ 5,98	R\$ 5,98
SUB-TOTAL			R\$ 88,67

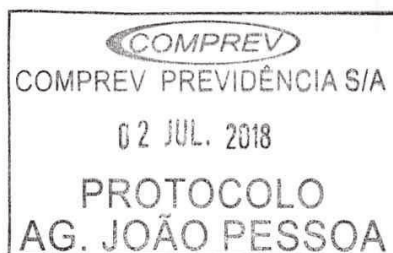
**Material de Sala e Enfermaria**

Equipo	01	R\$ 0,63	R\$ 0,63
Scalp	02	R\$ 0,49	R\$ 0,98
Mononaylon	02 unid	R\$ 6,70	R\$ 13,40
Luvas	04 pares	R\$ 1,00	R\$ 4,00
Lâmina de bisturi	01 unid	R\$ 0,41	R\$ 0,41
Seringa desc. 05cc	04 unid	R\$ 0,65	R\$ 2,60
Seringa desc. 10cc	05 unid	R\$ 0,85	R\$ 4,25
Máscara desc.	04 unid	R\$ 0,40	R\$ 1,60
Gorro desc.	04 unid	R\$ 0,35	R\$ 1,40
SUB-TOTAL			R\$ 29,27

Curativos	02	R\$ 11,06	R\$ 22,12
Taxa de Sala de Cirurgia		R\$ 94,04	R\$ 94,04
<b>TOTAL GERAL .....</b>			<b>R\$ 3.500,00</b>

(Três Mil e Quinhentos Reais).

**Guarabira, 06 de Março de 2018.**



*[Handwritten Signature]*  
 02/03/2018-387  
 Pronto Socorro De Guarabira  
 De Guarabira - Sala - Profrag  
 Av. Jul. Barreto - 100  
 Centro - Cep: 55.200-000  
 [Guarabira - PB]



**DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO**  
**CIRCULAR SUSEP 445/12**

Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES IMPORTANTES:**

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.SUSEP.GOV.BR/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP<sup>1</sup> nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de **profissão e renda**, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, **esta recusa é passível de comunicação ao COAF<sup>2</sup>**.

<sup>1</sup> Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, órgão responsável pelo controle e fiscalização dos mercados de seguro, previdência privada aberta, capitalização e resseguro.

<sup>2</sup> Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF, órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, tem por finalidade disciplinar, aplicar penas administrativas, receber, examinar e identificar as ocorrências suspeitas de atividades ilícitas previstas na Lei nº9.613/98.

Pelo exposto, eu Luciano Santos Oliveira inscrito (a) no CPF sob o Nº 054.864334 / 02, na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário Alex Cavalho Santos inscrito (a) no CPF sob o Nº 377.875-848 / 90, do sinistro de DPVAT cobertura Invalidez da Vítima Alex Cavalho Santos, inscrito (a) no CPF sob o Nº 377.875-848 / 90, conforme determinação da Circular Susep 445/12:

☐ Declaro Profissão: Recusar-se Renda: Recusar-se e apresento os documentos comprobatórios:

nenhum

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado.

Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço		Número	Complemento
<u>Rua Alameda</u>		<u>669</u>	<u>casca</u>
Bairro	Cidade	Estado	CEP
<u>Novo</u>	<u>Guaraluz</u>	<u>Paraná</u>	<u>89200000</u>
Email	Telefone comercial(DDD)		Telefone celular (DDD)
<u>_____</u>	<u>_____</u>		<u>83/99420-7918</u>

Guaraluz 13.25 de junho de 2018  
Local e Data

Luciano Santos Oliveira  
Assinatura do Declarante



DLDR.L001 V001/2017





## Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira

Nome: Alex Carvalho Santos	Matrícula: 350955
Idade: 22.11.89 27as	Categoria: SUS
Sexo: M	Profissão: autônomo
Est. Civil: S	Naturalidade: 500 Paulo
Residência: R. 1.32º dos Gacões 46	Data: 04/03/18
HDA: 702 7046 1931 2260	RG: 981871255
	RG: 468243495

Plt Vitor de Alencar 28  
moro com dor no punho

Diag. Clínico:

Fratura de punho direito

Diag. Radiológico:

Tratamento:

1) Tala Plástica

Dr. Alexandre de Almeida Filho  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM: 14110 17011140

Dr. Alexandre de Almeida Filho  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM: 14110 17011140

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
02 JUL. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

Scanned by CamScanner





# PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

## RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome do Paciente		Nº Prontuário	
ALEX CRUALHO SANTOS			
Data de Operação	05/03/18	Enf.	
Operador	DR. TEODORO	1º Auxiliar	MASSATO
2º Auxiliar		3º Auxiliar	
Anestesia	DR. WELLINGTON	Instrumentador	
Diagnóstico Pré-Operatório	Fratura da 12ª costela direita		
Tipo de Operação	TTO Cirúrgico da Fratura		
Diagnóstico Pós-Operatório	O mesmo		
Relatório Imediato do Patologista	NÃO		
Exame Radiológico no Ato	Sim		
Exame Radiológico no Ato	Sim		
Acidente Durante a Operação	NÃO		

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
02 JUL 2018  
PROTOCOLADO  
AG. JOÃO DE DEUS

## DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos - Visceras

- (1) Plt de 12/14/16/18/20/22/24/26/28/30/32/34/36/38/40/42/44/46/48/50/52/54/56/58/60/62/64/66/68/70/72/74/76/78/80/82/84/86/88/90/92/94/96/98/100
- (2) Anestesia + Campos Cirúrgicos
- (3) Drenagem longitudinal da 12ª costela direita
- (4) Redução da fratura
- (5) Fixação com placa e parafusos
- (6) Sutura da pele
- (7) Curativo

Dr. Teodoro de Almeida Filho  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM: 10.116

Dr. Teodoro de Almeida Filho  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM: 10.116

## RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/10/2020 11:09:53

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100111095329200000033433056>

Número do documento: 20100111095329200000033433056

Num. 34979936 - Pág. 18



# PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

## CONTROLE DE MATERIAL E MEDICAMENTOS CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

Nome do Paciente: Alex Camellaro dos Santos Categ: gyn  
 Condição do Parto: \_\_\_\_\_ Início: \_\_\_\_\_ Term.: \_\_\_\_\_  
 Médico: [assinatura] Auxiliar: \_\_\_\_\_  
 Anestesiista: [assinatura] Tipo de Anestesia: [assinatura]  
 Tipo de Cirurgia: [assinatura]  
 Data: 05/02/14 Observação: [assinatura]

Quantidade	Material	Quantidade	Medicamentos
	Catgut Simples n°		Soro Glicosado
	Catgut Simples S/ag	<u>5</u>	Soro Fisiológico
	Catgut Simples C/ag	<u>5</u>	Ringer Lactado
	Catgut Cromado n°		Andrenoplasma
	Catgut Cromado n°		Manitol
<u>5</u>	Catgut Cromado n° <u>2</u>		Alloferine
<u>5</u>	Mononylon n° <u>2</u>		Etrane
	Mononylon n°		Pentane
	Mononylon n°		Fluotane
	Fios de algodão		thionembatal
<u>5</u>	Scalpe		Marcaína
	Equipo p/ Soro		quelicin
<u>08</u>	Equipo p/ Transusão		Inoval
<u>06</u>	Luvas p/ Pares		Ketalar
	Compressas		fentanil
	Drenos		Methergin amp.
<u>2</u>	Gases		Xilocaina 5%
<u>01</u>	Lâminas de Bisturi	<u>[assinatura]</u>	Xilocaina 2%
<u>[assinatura]</u>	Espadrapo		Atropina amp.
<u>[assinatura]</u>	Povidine Tópico		Syntocinon amp.
	Povid. Degermante		Prostigmine amp.
	Lacto-gim		Optacilim amp.
<u>[assinatura]</u>	<u>[assinatura]</u>	<u>01</u>	<u>[assinatura]</u>
<u>[assinatura]</u>	<u>[assinatura]</u>	<u>[assinatura]</u>	<u>[assinatura]</u>
<u>[assinatura]</u>	<u>[assinatura]</u>	<u>[assinatura]</u>	<u>[assinatura]</u>
<u>04</u>	<u>[assinatura]</u>	<u>[assinatura]</u>	<u>[assinatura]</u>

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
 02 JUL. 2018  
 PROTOCOLO  
 AG. JOÃO GESSICA

Responsável

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/10/2020 11:09:53

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100111095329200000033433056

Número do documento: 20100111095329200000033433056





# PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

## FOLHA DE ANESTESIA

NOME		DATA	
ESTADO CIVIL	CAS.	VIU.	DESQ.
SEXO	MASC.	FEM.	COR
PROFISSÃO	IDADE	BAIRRO	CATEGORIA
ENDEREÇO	AV. (Rua)	HOSPITAL	DIAGNÓSTICO
OPERAÇÃO REALIZADA	CIRURGIÃO	AUXILIAR	HORA
PREANESTÉSICO	ANESTESIA	GERAL	RAQUIDIANA
EPIDURAL	BLOQ. DE PLEXO	BLOQ. DE NERVOS	OUTRAS
TÉCNICA	INÍCIO	TERMINO	DURAÇÃO
1	2	3	4
5	6	7	8
9	10	11	12
OBSERVAÇÕES		COMPREV PREVIDÊNCIA S/A	
ASSINATURA		PROTOCOLO	
US		US+20% RS	

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/10/2020 11:09:53

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100111095329200000033433056>

Número do documento: 20100111095329200000033433056

Num. 34979936 - Pág. 20



# PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

## RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome do Paciente		1º Proctoreiro	
Alex Carlos da Silva			
Data da Operação	05/03/18	Enf.	
Operador	Dr. Teófilo	1º Auxiliar	Mauro
2º Auxiliar		3º Auxiliar	
Anestesia	Dr. Wellington	Tipo de Anestesia	Blockio de 1510
Diagnóstico Pré-Operatório			
Fratura da tíbia distal D			
Tipo de Operação			
TTO Unigrama na tíbia			
Diagnóstico Pós-Operatório			
O membro			
Relatório Imediato do Psicólogo		NÃO	
Exame Radiológico no Alto		Sim	
Exame Radiológico no Baixo		Sim	
Acidente Durante a Operação		NÃO	
		<div style="border: 1px solid black; padding: 5px; text-align: center;"> <b>COMPREV</b>              COMPREV PREVIDENCIA S/A              09 JUL 2018  <b>PROTOCOLO</b>  <b>AG. JOÃO PESSOA</b> </div>	

## DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos - Visceras

- (1) Plt de 10/15/16 na tíbia
- (2) Acesso à tíbia e capotagem
- (3) Incisão longitudinal e drenagem
- (4) Redução da fratura
- (5) Fixação com placa e parafusos
- (6) Sutura da pele
- (7) Curativo

## RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

Dr. Teófilo da Silva  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 173.115

Dr. Janssô de Almeida Filho  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 173.115





# PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

## CONTROLE DE MATERIAL E MEDICAMENTOS CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

Nome do Paciente: Ally Camellera dos Reis Categ: Ally

Condição do Parto: \_\_\_\_\_ Início: \_\_\_\_\_ Term.: \_\_\_\_\_

Médico: [Assinatura] Auxiliar: \_\_\_\_\_

Anestesista: [Assinatura] Tipo de Anestesia: [Assinatura]

Tipo de Cirurgia: [Assinatura]

Data: 05/06/14 Observação: [Assinatura]

Quantidade	Material	Quantidade	Medicamentos
	Catgut Simples n°		Soro Glicosado
	Catgut Simples S/ag	<u>5</u>	Soro Fisiológico
	Catgut Simples C/ag	<u>5</u>	Ringer Lactado
	Catgut Cromado n°		Andrenoplasma
	Catgut Cromado n°		Manitol
<u>02</u>	Catgut Cromado n° <u>2</u>		Alloferine
	Mononylon n° <u>2</u>		Etrane
	Mononylon n°		Pentrane
	Mononylon n°		Fluotane
<u>01</u>	Fios de algodão		Ethionembutal
<u>02</u>	Scala		Marcaina
	Equipo p/ Soro		quelicin
<u>08</u>	Equipo p/ Transusão		Inoval
<u>06</u>	Luvas p/ Pares		Ketalar
	Compressas		fentanil
<u>02</u>	Drenos		Methergin amp.
<u>01</u>	Gases		Xilocaina 5%
	Lâminas de Bisturi	<u>[Assinatura]</u>	Xilocaina 2%
<u>[Assinatura]</u>	Esparadrapo		Atropina amp.
<u>[Assinatura]</u>	Povidine Tópico		Syntocinon amp.
	Povid. Degermante		Prostigmine amp
	Lacto-gim		Optacilin amp.
<u>na</u>	<u>[Assinatura]</u>	<u>01</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>01</u>	<u>[Assinatura]</u>	<u>01</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>02</u>	<u>[Assinatura]</u>	<u>01</u>	<u>[Assinatura]</u>
<u>04</u>	<u>[Assinatura]</u>	<u>[Assinatura]</u>	<u>[Assinatura]</u>

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
09 JUL 2013  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

Responsavel

Scanned by CamScanner







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
 ALEX CARVALHO SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSOR UF  
 468243495 SSP SP

CPF  
 377.875.848-90 DATA NASCIMENTO  
 22/11/1989

FILIAÇÃO  
 CARLOS ANTONIO CARLOS  
 DOS SANTOS  
 VANEIDE CARVALHO  
 SANTOS

PERMISSÃO  
 ACC CATANAR  
 AB

Nº REGISTRO  
 04698120905 VALIDADE  
 27/02/2019 1ª HABILITAÇÃO  
 15/07/2009

OBSERVAÇÕES

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
 GUARABIRA, PB DATA EMISSÃO  
 14/03/2014

ASSINATURA DO EMISSOR  
 65121290724  
 PB028197410

DETRAN-PE (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
 894277167

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 894277167

COMPREV  
 COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
 02 JUL. 2018  
 PROTOCOLO  
 AG. JOÃO PESSOA





REGISTRO GERAL	3.
NOME	LUCIANO SAI
FILIAÇÃO	FRANCISCO I MARIA DO SO
NATURALIDADE	BARRA DE S
DOC ORIGEM	CERT. CAS. Nº
CPF	014.864.314-02
	João Pessoa - PB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA PARAIBA

SECRETARIA DE SEGURANÇA E DE DEFESA SOCIAL

INSTITUTO DE POLÍCIA CENTRAL

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

L-262

*Luciano Santos Oliveira*

CARTERA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 3.107.382 - 2ª VIA

NOME LUCIANO SANTOS OLIVEIRA

DATA DE EMISSÃO 08/06/2016

ILUSTRAÇÃO FRANCISCO DELFINO DOS SANTOS

MARIA DO SOCORRO SANTOS OLIVEIRA

IDENTIDADE

BARBARA DE SANTA ROSA-PB

DOC. ORGEM 03/06/1985

CERT. CAS Nº 10833 - LIV. 37 - FLS. 89 - CARTÓRIO GUARABARA-PB

014.864.314-02

MADEIRA, RJ

COMPREV PREVIDENCIA S/A

02 JUL. 2013

PROTOCOLO

AG. 1010 PESSOA



**AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO ATPV**  
 AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN,  
 TRANSFERIR O REGISTRO DESTA VEÍCULO, PARA:

VALOR R\$ \_\_\_\_\_

NOME DO COMPRADOR: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA: \_\_\_\_\_

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

- a) O vendedor tem a obrigação legal de comunicar a venda do veículo ao DETRAN no prazo máximo de 30 dias, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação (lei Federal nº 9.503 - Art. 134 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB).
- b) O adquirente terá prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da aquisição para providenciar a transferência do veículo para o seu nome, sob pena de incorrer em infração de trânsito (Art. 233 do CTB).
- c) É obrigatório o reconhecimento de firmas do adquirente e do vendedor, exclusivamente na modalidade por AUTENTICIDADE.

DE ACORDO: \_\_\_\_\_ ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR) CONFORME ART. 369 C.P.C.

**J. FIGUEREDO** SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL - CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE ARACAGI/PB  
 Rua Castelo Branco, 78 - Castelo Branco - CEP: 58270-000 - Fone: (83)3274-1017 - E-mail: cartoriofigueredo@pb.jus.br  
 SYMONE DE LIMA FIGUEREDO - Oficial Tabelião

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) Firmas(s) de: **ALEX CARVALHO SANTOS**  
 Em test. da verdade. Aracagi-PB 05/04/2018 10:57:01  
 Josimeri Paiva Barbosa Franco - Substituta  
 [2018-000792]EMOL:R# 49,43 FAREM:R# 0,28 FEPJ:R# 1,90  
 SELLO DIGITAL: A6574263-JW74  
 Confira a autenticidade em <https://calendario.tst.jus.br>

**REPÚBLICA**

**DETRAN**

VIA 1

ALEX  
 RUA  
 CENT  
 552

3778

FLAV

PLACA ANT/

NOVO

FAS/MOTO

HONDA

CAP/PC

2 E7

SEM RESE

DOCUMENT

H-Motor

ARACAGI

99999999

COMPREV PREVIDENCIA S/A

02 JUL 2018

PROTOCOLO

AG. JOAO PESSOA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB Nº 013747434990  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

VIA: COD. RENAVAM 01 010136322-5 00 00000000 2017

NOME: ARIANE LRAVALHO SANTOS

CPF/CNPJ: 37787694880 PLACA: QFR82297/PB

PLACA ANT/UF: HQVO PB CHASSI: 9020C4110ER802813

ESPECIE TIPO: FASE MOTOCICLETA/NAO ARIE COMBUSTIVEL: GASOLINA

MARCA/MODELO: HONDA/CG 125 FAN RS ANO FAB: 2013 ANO MOD: 2014

CAR/POT/CIL: 2 15 124 /CI CATEGORIA: PARTIO COR PREDOMINANTE: PRETA

COTA UNICA: 18VA FASE EM 65/00/0000 1ª VENC/COTAS: 2ª

FAIXA LPVA: 0 PARCELAMENTO/COTAS: 3ª

PRÊMIO TARIFARIO (R\$): 000000 ICF (R\$): 000000 PRÊMIO TOTAL (R\$): 000000 DATA DE PAGAMENTO: 09/11/2017

ICF (R\$): 000000 TOTAL DA PRÊMIO SEGURO (R\$): 000000

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

0

RECEBEMOS: 09/11/2017

999999 010136322-5 00 00000000 2017

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS  
AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, OU POR SUA CARGA, A PESSOAS  
TRANSPORTADAS OU NÃO - SEGURO DPVAT

PB Nº 013747434990 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

VIA: COD. RENAVAM 01 010136322-5 00 00000000 2017

NOME: ARIANE LRAVALHO SANTOS

CPF/CNPJ: 37787694880 PLACA: QFR82297/PB

PLACA ANT/UF: HQVO PB CHASSI: 9020C4110ER802813

ESPECIE TIPO: FASE MOTOCICLETA/NAO ARIE COMBUSTIVEL: GASOLINA

MARCA/MODELO: HONDA/CG 125 FAN RS ANO FAB: 2013 ANO MOD: 2014

CAR/POT/CIL: 2 15 124 /CI CATEGORIA: PARTIO COR PREDOMINANTE: PRETA

COTA UNICA: 18VA FASE EM 65/00/0000 1ª VENC/COTAS: 2ª

FAIXA LPVA: 0 PARCELAMENTO/COTAS: 3ª

PRÊMIO TARIFARIO (R\$): 000000 ICF (R\$): 000000 PRÊMIO TOTAL (R\$): 000000 DATA DE PAGAMENTO: 09/11/2017

ICF (R\$): 000000 TOTAL DA PRÊMIO SEGURO (R\$): 000000

SEM RESERVA DE DOMÍNIO

0

RECEBEMOS: 09/11/2017

999999 010136322-5 00 00000000 2017

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 09.245.600/0001-03

010136322-5 00 00000000 2017

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A.  
02 JUL. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADES

DETRAN - PB  
CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO

Nº 013747434990

VEICULO: 01019961226  
PLACA: 01019961226  
ANO: 2014

NOME: RIVAL CARVALHO SANTOS

CPF/CNPJ: 37787684890  
PLACA: 01019961226

PLACA ANT./UF: NOVO PB  
CHASSI: 902004110ER802813

ESPECIE TIPO: BICICLOTA/MOTOCICLETA  
COMBUSTIVEL: GASOLINA

MARCA/MODELO: HONDA/CG 125 FAN RE  
ANO FAB: 2014 ANO MOD: 2014

CAP/POT/CIL: 2 P/124 /CI  
CATEGORIA: PARTIO  
COR PRIMORDIAL: PRETA

COTA UNICA: 1ª  
VENC. COTA UNICA: 09/00/0000  
VENC. COTAS: 2ª

FAIXA IPVA: 0  
PARCELAMENTO/COTAS: 3ª

PREMIO TARIFARIO (R\$): 1.000,00  
R\$ (R\$): 0,00  
PREMIO TOTAL (R\$): 1.000,00  
DATA DE PAGAMENTO: 09/11/2017

OBSERVAÇÕES: SEM RESERVA DE DOMÍNIO

LOCAL: 0105

DATA: 28/11/2017

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULO  
TRANSPORTADO OU NAOC/SEGURADOR

PB Nº 013747434990 BILHETE DE SEGURO DPVAT

ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT  
PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO  
AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA

www.seguradoralider.com.br  
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXPIRADO: 2017 DATA EMISSÃO: 09/11/2017

VEICULO: 01019961226  
PLACA: 01019961226

MARCA/MODELO: HONDA/CG 125 FAN RE

ANO FAB: 2014 ANO MOD: 2014  
CHASSI: 902004110ER802813

PREMIO TARIFARIO

PREMIO (R\$): 1.000,00  
CUSTO DO SEGURO (R\$): 1.000,00

CUSTO DO BILHETE (R\$): 0,00  
R\$ (R\$): 0,00  
TOTAL DO PREÇO DO SEGURO (R\$): 1.000,00

PAGAMENTO: 09/11/2017

SEGURADORA LÍDER - DPVAT

CNPJ 00.248.680/0001-03


01019961226-20171128

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
02 JUL. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA





## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos  
Contratos de Seguro DPVAT

### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0237113/18  
Vítima: ALEX CARVALHO SANTOS  
CPF: 377.875.848-90

CPF de: Próprio

Data do Acidente: 04/03/2018  
Titular do CPF: ALEX CARVALHO SANTOS

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Comprovação de ato declaratório  
DUT  
Outros

#### ATENÇÃO:

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.
- O reembolso de despesas médico-hospitalares é de até R\$ 2.700,00. Esse valor varia conforme o total de despesas comprovadas, tomando por base os limites definidos pelas tabelas autorizadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 17/07/2018  
Nome: ALEX CARVALHO SANTOS  
CPF: 377.875.848-90

ALEX CARVALHO SANTOS

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 17/07/2018  
Nome: MARCILIO MANOEL PEREIRA DA SILVA  
CPF: 104.643.734-84

MARCILIO MANOEL PEREIRA DA SILVA



## PARECER DE DAMS

## DADOS DO SINISTRO

Número: 3180303187

Data do acidente: 04/03/2018

Vítima: ALEX CARVALHO SANTOS

Atendimento: HOSPITAL

Cidade: Araçagi

UF: PB

Análise: Primeira Análise

Seguradora: ARUANA SEGUROS S/A

Data: 24/07/2018 11:22:59

## DADOS DO PARECER

Diagnóstico: FRAT DO ANTEBRACO FRAT DA EXTREMIDADE DISTAL DO RADIO -

Internação: Sim

Tratamento: CIRURGICO

Tratamento Odontológico: Não

Grupo	Código	Descrição	Pleiteado	Avaliado
Honorários Médicos	3.07.20.09-5	FRATURA E/OU LUXAÇÕES (INCLUINDO DESCOLAMENTO EPIFISÁRIO COTOVELO-PUNHO) - TRATAMENTO CIRÚRGICO	2345,90	1814,90
Hospital (Taxas/Diárias)	0013	DIÁRIA APARTAMENTO	150,00	150,00
Hospital (Taxas/Diárias)	0010	CURATIVO MÉDIO	22,12	19,20
Hospital (Taxas/Diárias)	0163	TAXA DE SALA CIRURGIA PORTE III	94,04	94,04
Exames	4.08.03.11-2	RX - PUNHO	80,00	80,00
Materiais			719,27	719,27
Medicamentos			88,67	88,67
Total da Análise Atual			<b>3500,00</b>	<b>2966,08</b>

**Indicadores:** Valores avaliados conforme parâmetros objetivos de aferição e praticados no âmbito do sistema de saúde**Observações:** LIMITE MÁXIMO INDENIZÁVEL FOI ATINGIDO.

Informações administrativas	Pleito anterior	Avaliação anterior	Pago anterior	Pleito atual	Avaliação atual	Valor à pagar
Beneficiário: ALEX CARVALHO SANTOS Relacionamento: Vítima	0,00	0,00	0,00	3500,00	2966,08	2700,00





PARECER DE DAMS



Total da Análise Atual	0,00	0,00	0,00	3500,00	2966,08	2700,00
------------------------	------	------	------	---------	---------	---------

**TOTAL PLEITEADO:** 3500,00      **TOTAL AVALIADO:** 2966,08      **TOTAL PAGO + À PAGAR:** 2700,00

**INFORMAÇÕES ANÁLISE MÉDICA**



## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE

Nome: Alex Carvalho Santos  
Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Solteiro  
Profissão: comerciante  
Identidade: 468243495 CPF: 377.87588-90  
Endereço: Av. dos Guapeas n. 35 B. Centro

### OUTORGADO

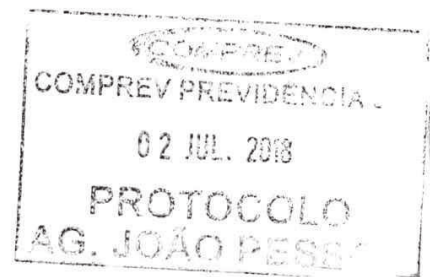
Nome: Raulino Santos Oliveira  
Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: casado  
Profissão: contador  
Identidade: 3307382 CPF: 034.864.334-02  
Endereço: Jaca Pádua n. 669 B. Novo

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador o outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** e suas respectivas consorciadas, afim de encaminhar o pedido de indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT, concedendo ao outorgado poderes para assinar, enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto as seguradoras consorciadas, incluindo receber informações sobre perícia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar, enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato, afim de requerer a indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT para a vítima Alex Carvalho Santos.

Local e data:

Guarabira, 25 de junho de 2018

Assinatura do Outorgante



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
WARDIRIA TOSCANO DE SALES - Titular  
Av. Duim Pedro II, n. 43 - Centro - Guarabira - PB, CEP 56200-000 - Fone (81) 3271-8502

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) Firms(s) de:.....  
ALEX CARVALHO SANTOS.....  
Em test. da verdade, Guarabira - PB 25/06/2018 16:02:47  
Wardiria Toscano de Sales - Titular  
[2018-04537]ENL:R\$ 19,48 FAREM:R\$ 0,28 FEP:R\$ 1,90 FES:R\$ 0,47  
SELO DIGITAL: 4AC51142-X057



Rio de Janeiro, 10 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Nº Sinistro: **3180303152**

Vítima: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Data do Acidente: **04/03/2018**

Cobertura: **INVALIDEZ**

Procurador: **LUCIANO SANTOS OLIVEIRA**

**Assunto: AVISO DE SINISTRO**

Senhor(a),

Informamos que o seu pedido de indenização foi cadastrado sob o **número de sinistro 3180303152**.

Esclarecemos que o valor para a cobertura de Invalidez Permanente é de **ATÉ R\$ 13.500,00**, apurado com base no grau da lesão permanente sofrida, conforme legislação vigente.

O prazo para análise do pedido de indenização é de **até 30 dias, a partir do recebimento pela seguradora de toda a documentação necessária**.

Sendo necessários documentos ou informações complementares, o prazo será interrompido. O prazo de 30 dias recomeça assim que a seguradora receber os documentos ou as informações complementares.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Carta nº 13072546

Pag. 00697/00698 - carta\_01 - INVALIDEZ



Rio de Janeiro, 13 de Julho de 2018

Aos Cuidados de: **ALEX CARVALHO SANTOS**  
Nº Sinistro: **3180303152**  
Vítima: **ALEX CARVALHO SANTOS**  
Data do Acidente: **04/03/2018**  
Cobertura: **INVALIDEZ**  
Procurador: **LUCIANO SANTOS OLIVEIRA**

**Assunto: EXIGÊNCIA DOCUMENTAL**

Senhor(a),

Após a análise dos documentos apresentados no sinistro cadastrado sob o **número 3180303152**, identificamos a necessidade de regularizar a documentação apresentada, conforme a seguir:

- Documentação médico-hospitalar não conclusivo

A documentação deve ser entregue na **COMPREV SEGURADORA S/A**, onde o aviso de sinistro foi registrado, juntamente com cópia desta correspondência.

O prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido da indenização do Seguro DPVAT foi **interrompido** e terá sua contagem reiniciada a partir da entrega da documentação complementar na seguradora acima indicada.

**Caso a documentação não seja entregue em até 180 dias**, a contar do recebimento desta correspondência, ou não haja qualquer manifestação sua por escrito neste prazo, **o seu pedido de indenização será negado por ausência de comprovação documental**. Providencie a documentação o quanto antes para comprovar o seu direito à indenização do Seguro DPVAT.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 01677/01678 - carta\_03 - INVALIDEZ



Carta nº 13091776



Rio de Janeiro, 17 de Agosto de 2018

Aos Cuidados de: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Sinistro: **3180303152**  
Vítima: **ALEX CARVALHO SANTOS**  
Data do Acidente: **04/03/2018**  
Cobertura: **INVALIDEZ**  
Procurador: **LUCIANO SANTOS OLIVEIRA**

**Assunto: INTERRUPÇÃO DE PRAZO**

Senhor(a),

Comunicamos que o prazo regulamentar de 30 dias para análise do pedido de indenização do sinistro cadastrado sob o número **3180303152** foi **interrompido**, em razão da necessidade de apuração de dados e informações por parte desta seguradora.

Solicitamos aguardar novo contato sobre o seu pedido de indenização, o que ocorrerá tão logo sejam concluídas as análises cabíveis.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

**Seguradora Líder-DPVAT**

Pag. 00491/00492 - carta\_02 - INVALIDEZ



Carta nº 13252119





Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e  
Quantificação de Lesões Permanentes em Vítimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: **3180303152**  
Nome do(a) Examinado(a): **ALEX CARVALHO SANTOS**  
Endereço do(a) Examinado(a): **RUA NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS nº 35 - CENTRO - ARACAGI/PB**  
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: **RG 468243495 - SSP**  
Data e local do acidente: **04/03/2018 ARACAGI/PB**  
Data e local do exame: **22/08/2018 JOAO PESSOA/PB**

**Resultado da Avaliação Médica**

I. Descreva o(s) diagnóstico(s) das lesões efetivamente produzidas no acidente relatado e comprovado.

**FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO**

II. Descrever o tratamento realizado, eventuais complicações e a data da alta.

**FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO TRATADA CIRURGICAMENTE COM REDUÇÃO ABERTA E FIXAÇÃO INTERNA COM PLACA E PARAFUSOS E FISIOTERAPIA, SEM INTERCORRÊNCIAS, COM ALTA MÉDICA**

III. Descreva o exame físico atual especificamente relacionado ao diagnóstico relatado.

**CICATRIZ CIRÚRGICA NORMOTRÓFICA E NORMOCRÔMICA DE 06 CM NA FACE VENTRAL DO PUNHO DIREITO. LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO E ROTAÇÃO DO PUNHO DIREITO**

IV. Nexo de causalidade: as lesões descritas são decorrentes do acidente trânsito e comprovadas na documentação apresentada?

☒ SIM ☐ NÃO

V. Existe seqüela (lesão deficitária irreversível não mais suscetível a qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM ☐ NÃO

VI. Descrever objetivamente as sequelas (déficits funcionais permanentes) resultantes do acidente:

**DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO PUNHO DIREITO**

**Caso a resposta do item V seja "Não", concluir utilizando apenas as opções no item VII "a". Caso a resposta seja "Sim", valorar o dano permanente no item VII "b".**

VII. Segundo previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(\*).

☐ Vítima em tratamento

Esta avaliação médica deve ser repetida em \_\_\_\_\_ dias

☐ Sem seqüela permanente

Não existem lesões diretamente decorrentes do acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela): **PUNHO DIREITO**

☐ 10% ☒ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela):

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela):

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela):

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

VIII.\* Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou a valoração do dano corporal.

**REVISOR MANTEVE ENQUADRAMENTO E VALORAÇÃO DO MÉDICO EXAMINADOR. -**

**Médico Perito: JOAO FERNANDES DE SOUZA CRM:2732 PB/PB**



Assinatura do(a) Médico(a) Examinador(a)  
Carimbo com nome e CRM



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, sem rasuras, para correta análise do seu pedido de indenização. Dados incompletos ou incorretos impedem o banco de creditar o pagamento.

A conta informada precisa ser de titularidade do **BENEFICIÁRIO** ou do **REPRESENTANTE LEGAL**, e deve estar regularizada, ativa, desbloqueada e sem impedimento para o crédito de indenização/reembolso.

**É obrigatório Representante Legal para:**

**Beneficiário entre 0 a 15 anos** (pai, mãe, tutor) ou o Incapaz com curador. O formulário deverá ser preenchido com os dados do Representante Legal (Pai, Mãe, Tutor ou Curador). Apenas o Representante Legal precisará assinar o formulário (no campo 2- "Assinatura do Representante Legal").

**Beneficiário entre 16 e 17 anos** - Necessário que o Beneficiário seja assistido por seu "Representante Legal" (Pai, Mãe, Tutor). O formulário deverá ser preenchido com os dados do beneficiário. Necessário que o formulário seja assinado pelo menor de idade (no campo 1 "Assinatura do Beneficiário") e seu Representante Legal (campo 2 "Assinatura do Representante Legal").

Número do Sinistro ou ASL	CPF da Vítima <b>377.875.848-90</b>	Nome completo da vítima <b>Alex Carvalho Santos</b>
---------------------------	--	--

**DADOS DO RECEBEDOR DA INDENIZAÇÃO: BENEFICIÁRIO OU REPRESENTANTE LEGAL**

Nome completo <b>Alex Carvalho Santos</b>		CPF titular da conta <b>377.875.848-90</b>	Profissão <b>Recusante</b>
Endereço <b>R - NS das graças</b>		Número <b>85</b>	Complemento <b>caso</b>
Bairro <b>Centro</b>	Cidade <b>Maracaju</b>	Estado <b>MS</b>	CPF <b>582.70000</b>
Email		Telefone (DDD) <b>83199420-7918</b>	

Declaro, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto à Seguradora Líder - DPVAT, residir no endereço acima. Segue, em anexo, cópia do comprovante de residência do endereço informado.

**FAIXA DE RENDA MENSAL E DADOS BANCÁRIOS**

<input checked="" type="checkbox"/> RECUSO INFORMAR	<input type="checkbox"/> SEM RENDA	<input type="checkbox"/> ATÉ R\$ 1.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 1.001,00 ATÉ R\$ 3.000,00
<input type="checkbox"/> R\$ 3.001,00 ATÉ R\$ 5.000,00	<input type="checkbox"/> R\$ 5.001,00 ATÉ R\$ 7.000,00	<input type="checkbox"/> ACIMA DE R\$ 10.000,00	
<input type="checkbox"/> <b>CONTA POUPANÇA</b> (Somente para os bancos abaixo. Assinale uma opção) <input type="checkbox"/> BRADESCO (237) <input type="checkbox"/> BANCO DO BRASIL (001) <input type="checkbox"/> ITAÚ (341) <input checked="" type="checkbox"/> CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (104)		<input type="checkbox"/> <b>CONTA CORRENTE</b> (todos os bancos)	
AGÊNCIA NRO. <b>0042</b> D/V <input type="checkbox"/> (Informar dígito se existir)		BANCO Nome <input type="text"/> NRO <input type="text"/> AGÊNCIA NRO. <input type="text"/> D/V <input type="checkbox"/> (Informar dígito se existir)	
CONTA NRO. <b>061247</b> D/V <b>3</b> (Informar dígito se existir)		CONTA NRO. <input type="text"/> D/V <input type="checkbox"/> (Informar dígito se existir)	

Declaro que os dados bancários são de minha titularidade e, comprovada a cobertura securitária para o sinistro, autorizo a Seguradora Líder a efetuar o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, mediante o crédito na referida agência e conta. Após efetivado o crédito, reconheço e dou plena quitação do valor indenizado.

**Maracaju MS, 25 de Junho de 2018**  
Local e Data

**Alex Carvalho Santos**  
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

**Alex Carvalho Santos**  
Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

FAPPF.001 V001/2017



CAIXA ECONOMICA FEDERAL | A435 #20 | AUTO ATENDIMENTO | 26/06/2018

>> CONTA SEM MOVIMENTACAO NESTA DATA

MOVTO. E SALDO DO DIA

PAG: 001 / 001

AG: 0042 - GUARABIRA

OPER: 013

CONTA:

61.247-3

NOME: ALEX C SANTOS

LIMITE FLUTUANTE GIM:

DISPONIVEL.:

0,00

LIMITE CHEQUE AZUL:

SALDO TOTAL:

0,00

BLOQUEADO:

000

NR.DOC

HISTORICO

VALOR

F1 AJUDA F4 SALDO DE POUPANCA F7 VOLTA PAG. F8 AVANCA PAG. H4A21539  
F3 RETORNAR F5 POSICAO INVESTIMENTOS F6 RESUMO LIMITES F12 FINALIZAR







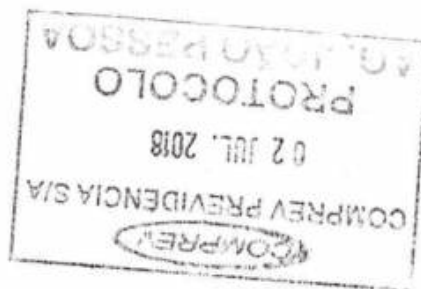
### CERTIDÃO

**CERTIFICO** que em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o livro de Registro de Queixas de nº **001/2018** desta Delegacia de Polícia, nele encontrei as folhas **097** registro de nº **097/2018**, cujo teor passo a transcrever na íntegra: aos seis dias mês de Abril de dois mil e DEZOITO, nesta cidade de Araçagi/PB, na Delegacia de Polícia, presente, o DEL. POL **IVANILDO MORAES DE MEDEIROS**, Delegado de Polícia Civil, comigo, escrivão de Polícia Civil, do seu cargo, ao final assinado, ai, por volta das 11:57 horas, compareceu: o (a) Sr<sup>(a)</sup> **ALEX CARVALHO SANTOS**, solteiro, nascido em 22/11/1989, Natural de Guarabira/PB, comerciante, **RG: 468243495 SSP/PB, Alfabetizado**, Filiação VANEIDE CARVALHO DOS SANTOS E DE CARLOS ANTONIO CARLOS DOS SANTOS, empresário, Endereço à Rua NOSSA SENHORA DAS GRAÇAS, nº 35, Bairro BELA VISTA, ARAÇAGI/PB. Fez o seguinte registro: Que no dia 04/03/2018, se acidentou em sua motocicleta, PLACA QFA-8287, ano 2014, modelo 2014, cor preta, HONDA FAN, CHASSI 9C2JC4110ER802813, no momento em que estava saindo do seu comércio, ao perder o controle da motocicleta foi a solo; Que quebrou o pulso da mão direito no acidente; Que foi atendido no Pronto Socorro de Fratura de Guarabira; Que foi socorrido por populares; Que a motocicleta é de propriedade do queixoso. O referido é verdade, dou fé.

Araçagi/PB, 06 de Abril de 2018.

Noticiante:

Escrivão de Polícia



Para mais esclarecimentos, acesse o site <http://www.seguradoralider.com.br> ou ligue para o SAC DPVAT 0800 0221204 ou 0800 0221206 (exclusivo para pessoas com deficiência auditiva e de fala)

**INFORMAÇÕES PARA PREENCHIMENTO:**

É necessário o preenchimento completo de todos os campos com os dados da VÍTIMA e do seu REPRESENTANTE LEGAL\* (caso seja aplicável) sem rasuras. O Representante Legal\* é obrigatório para os seguintes casos:

**Casos com vítima entre 0 a 15 anos** – O Representante Legal é representado pelo pai, mãe ou tutor. Apenas o Representante deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal");

**Casos com vítima entre 16 e 17 anos** - Neste caso, é necessário que a vítima seja assistida por um Representante Legal (pai, mãe ou tutor). O formulário deverá ser assinado pela vítima menor de idade no campo 1 ("Assinatura da Vítima") e também por seu Representante Legal no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

**Casos com vítima interditada com curador** – Neste caso em específico, apenas o Representante Legal deverá assinar a declaração no campo 2 ("Assinatura do Representante Legal").

Nome Completo da Vítima Alex Carvalho Santos CPF da Vítima 377.875.848-90 Data do Acidente 04/03/2018

**REPRESENTANTE LEGAL DA VÍTIMA**

Nome completo do Representante Legal \_\_\_\_\_ CPF do Representante legal \_\_\_\_\_  
Email \_\_\_\_\_ Telefone (DDD) 83 99420-7918

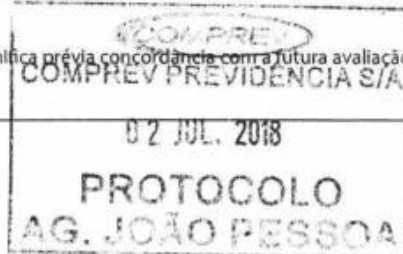
Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

**Assinalar uma das opções abaixo:**

- ☒ Não há estabelecimento do IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ☐ O estabelecimento do IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido.

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento da análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestá-la, caso discorde do seu conteúdo.



Pracq. PB, 25 de junho de 2018  
Local e Data

Alex Carvalho Santos  
Campo 1 - Assinatura do Beneficiário

\_\_\_\_\_  
Campo 2 - Assinatura do Representante Legal

DALI.001 V001/2017





Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda.

Avenida Rui barabosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.

Fone: (83) 3271 1156

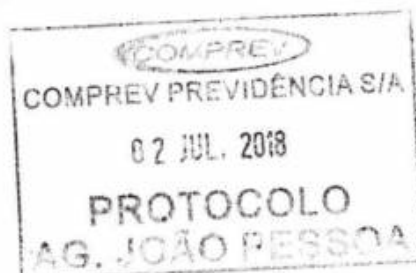
Fax: (83) 3271 4032

## DECLARAÇÃO

Declaramos para os devidos fins, que revendo nossos arquivos constatamos que o paciente, ALEX CARVALHO SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado à rua Nossa Senhora das Graças Nº 46, centro, Araçagi-PB, foi atendido neste Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda – CNPJ: 09.239.906/0001-38, vítima de acidente de motocicleta (informado pelo mesmo), compareceu no dia 04/03/2018, tendo como diagnóstico de Fratura exposta do Rádio distal direito CID 10 S52.5, submetido a tratamento cirúrgico no dia 05/03/2018, com quadro clínico exame realizado raios x do punho direito e imobilização tipo tala gessada membro superior, colocado material de síntese, 01 (um) Placa em T e 03 (três) Parafusos Corticais, 02 (dois) Fios Kirshned, com alta hospitalar no dia 06/03/2018. Conforme consta na ficha ambulatorial Nº 350.955/2018 e prontuário Nº 049/2018, em nossos arquivos.

Guarabira, 13 de Março de 2018.

*Dr. Tenisocles de Almeida Ribeiro Filho*  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM-PB 7E18



# BANCO DO BRASIL

## COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: CREDITO CONTA CORRENTE

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

BANCO: 001      AGÊNCIA: 1769-8      CONTA: 000000611000-2

---

---

DATA DA TRANSFERENCIA: 24/08/2018

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL: 843,75

\*\*\*\*\*TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: ALEX CARVALHO SANTOS

BANCO: 104

AGÊNCIA: 00042

CONTA: 000000061247-3

---

---

Nr. da Autenticação 50131E6AD42974F5



FRANCISCO JOSE DOS SANTOS  
RUAS DAS GRACAS, 25 - CENTRO  
ARACAGI/ PB CEP. 56270000 (AG. 22)

Emissão: 11/04/2018 Referência: Abr/2018

Classif/Subcl: RESIDENCIAL/ BARRA RENDIA MONOFÁSICO - 220 Km 25 - Cota Redentor - João Pessoa/ PB - CEP 53071-400  
Rotômetro: 5-27-255-8100 Nº medidor: 0021048783

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A  
CNPJ: 08.095.183/0001-40 Insc. Est. Nº 015523-0

Nota Fiscal/ Cartão de Energia Elétrica Nº 04.767.456  
Cód. para Dib. Automático: 0000833028

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesso: www.energisa.com.br

Conta referente a Apresentação Data prevista da próxima leitura CPF/ CNPJ/ RANI

Abr/2018 11/04/2018 11/05/2018 62388010420

UC (Unidade Consumidora): 5/593352-8

#### Canal de contato

Declaração de Quitação Anual de Débitos  
Conforme previsto na Lei 12.007 de 29 de julho de 2009,  
informamos a quitação dos débitos referentes aos fatura-  
mentos regulares de energia elétrica desta unidade  
consumidora vencidos no ano de 2017 e nos anos ante-  
riores. Esta declaração constitui para a comprovação  
do cumprimento das obrigações do consumidor, as quita-  
ções dos faturamentos mensais dos débitos do ano  
a que se refere, e dos anos anteriores.  
- Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE foi criada pela Lei  
nº 10.430, de 26 de abril de 2002.  
Viu um fio cado no chão? Não toque ou se aproxime. Ligue im-  
ediatamente para a Energisa e peça auxílio para solucionar o problema.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
10/03/18	17397	11/04/18	17497	1	110	33
Demonstrativo						
CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa (R\$)	Valor Base (R\$)	Alíq. (R\$/kWh)	Valor (R\$)
0601	Consumo até 30kWh-BR	30,000	0,249770	7,49	7,49	0,27
0601	Consumo - 31 a 100kWh-BR	70,000	0,428170	29,97	29,97	0,27
0601	Consumo - 101 a 220kWh-BR	10,000	0,842250	8,42	8,42	0,27
0610	Subsídio			38,29	38,29	0,27
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS						
0607	CONTRIBUIÇÃO ILUM. PÚBLICA			0,00	0,00	0,00
0604	JUROS DE MORA 03/2018			0,00	0,00	0,00
0605	MULTA 03/2018			0,00	0,00	0,00
0908	Devolução Subsídio			0,00	0,00	0,00
TOTAL						
				64,93	64,93	0,27

Média últimos meses (kWh) 112

**VENCIMENTO** 18/04/2018

**TOTAL A PAGAR** R\$ 64,93

#### Histórico de Consumo (kWh)

112 | 121 | 106 | 112 | 107 | 114 | 115 | 118 | 121 | 101 | 85 | 109  
Abr/17 | Mai/17 | Jun/17 | Jul/17 | Ago/17 | Set/17 | Out/17 | Nov/17 | Dez/17 | Jan/18 | Fev/18 | Mar/18

5c2b.1c78.c3f6.ae76.95cf.a154.aa61.a063.

#### Indicadores de Qualidade

Limites da ANEEL		Apurado	Limite de Tensão (V)	
DIC MENSAL	DIC TRIMESTRAL		NOMINAL	220
5,91	11,52	0,00	CONTRATADA	202
23,54	3,48			
DIC MENSAL	DIC TRIMESTRAL	0,00	LIMITE SUPERIOR	231
6,97	13,95			
DIC MENSAL	DIC TRIMESTRAL	0,00		
3,48	12,22			

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Dist. da Energisa/PB	11,42	17,59
Compra de Energia	12,48	20,75
Serviço de Transmissão	1,75	2,70
Encargos Sinteraj	3,16	4,87
Impostos Diretos e Encargos	25,14	38,89
Outros Serviços	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>64,93</b>	<b>100,00</b>

Valor do ELGD (Ref 3/2018) R\$ 11,80

#### ATENÇÃO

Sua unidade foi faturada como BARRA RENDIA, tendo um desconto de R\$ 24,92.

#### Faturas em atraso











## Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira

Nome: Alex Carvalho Santos	Matrícula: 350955
Idade: 22.11.89 27an	Categoria: sup.
Sexo: M	Profissão: autônomo
Est. Civil: S	Naturalidade: São Paulo
Residência: R. V. S. dos Gueon 46 Bairro: P3	Data: 04/03/18 Tel: 985871255
H.D.A. 702 7046 1931 2260	RG: 468243495

Plt Vitor de Almeida 26  
moro com dor no punho

Diag. Clínico:

Cravo 1 de 1 + Cravo + lux F

Diag. Radiológico:

Tratamento:

1) Tala Plástica

Dr. Suelio Moreira Torres  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM: 1418 CPF: 931.126.254-82

COMPREV  
COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
02 JUL. 2018  
PROTOCOLO  
AG. JOÃO PESSOA

Scanned by CamScanner



# PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

## RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome do Paciente		Nº Prontuário	
ALEX CARVALHO SANTOS			
Data de Operação	05/03/18	Enf.	
Operador	DR. TEODORO	1º Auxiliar	MASSIMO
2º Auxiliar		3º Auxiliar	
Anestesia	DR. WELLINGTON	Instrumentação	
Diagnóstico Pré-Operatório	Fratura da tíbia distal D		
Tipo de Operação	TTO Cirúrgica da tíbia		
Diagnóstico Pós-Operatório	Drenagem		
Relatório Imediato do Patologista	NÃO		
Exame Radiológico no Ato	Sim		
Exame Radiológico no Ato	Sim		
Acidente Durante a Operação	NÃO		

COMPREV PREVIDENCIARIA  
02 JUL 2018  
PROTOCOLO  
143.10.104.11

## DESCRIÇÃO DA OPERAÇÃO

Via de Acesso - Tática e Técnica - Ligaduras - Drenagem - Sutura - Material Empregado - Aspectos - Visceras

- (1) Plt de 20/1400 e 20/1400
- (2) Acesso à tíbia e fêmur
- (3) Drenagem longitudinal da tíbia
- (4) Redução da fratura
- (5) Fixação com placa e parafusos
- (6) Sutura da pele
- (7) Curativo

Dr. Teodoro de Almeida Filho  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 10.104.11

Dr. Teodoro de Almeida Filho  
Ortopedia e Traumatologia  
CRM 10.104.11

## RELATÓRIO DE OPERAÇÃO

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/10/2020 11:09:54

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100111095414000000033433060>

Número do documento: 20100111095414000000033433060

Num. 34979940 - Pág. 15



# PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

## CONTROLE DE MATERIAL E MEDICAMENTOS CENTRO CIRÚRGICO E OBSTÉTRICO

Nome do Paciente: Alex Camell... Categ: ...  
 Condição do Parto: \_\_\_\_\_ Início: \_\_\_\_\_ Term.: \_\_\_\_\_  
 Médico: ... Auxiliar: \_\_\_\_\_  
 Anestesiista: ... Tipo de Anestesia: ...  
 Tipo de Cirurgia: ...  
 Data: 05/02/14 Observação: ...

Quantidade	Material	Quantidade	Medicamentos
	Catgut Simples n°		Soro Glicosado
	Catgut Simples S/ag	<u>5</u>	Soro Fisiológico
	Catgut Simples C/ag	<u>5</u>	Ringer Lactado
	Catgut Cromado n°		Andrenoplasma
	Catgut Cromado n°		Manitol
<u>5</u>	Catgut Cromado n° <u>2</u>		Alloferine
	Mononylon n° <u>2</u>		Etrane
	Mononylon n°		Pentrane
	Mononylon n°		Fluotane
	Fios de algodão		Unionembatal
<u>50</u>	Scaipe		Marcaína
	Equipo p/ Soro		quelcin
<u>08</u>	Equipo p/ Transusão		Inoval
<u>06</u>	Luvas p/ Pares		Ketalar
	Compressas		fentanil
	Drenos		Methergin amp.
<u>2</u>	Gases		Xilocaina 5%
<u>01</u>	Lâminas de Bisturi	<u>1</u>	Xilocaina 2%
	Espadrado		Atropina amp.
	Povidine Tópico		Syntocinon amp.
	Povid. Degermante		Prostigmine amp.
	Lacto-gim		Optacilim amp.
<u>01</u>	<u>aluf...</u>	<u>01</u>	
<u>01</u>	<u>faixa...</u>	<u>01</u>	
<u>01</u>	<u>faixa...</u>	<u>01</u>	
<u>04</u>	<u>faixa...</u>	<u>04</u>	

COMPREV PREVIDÊNCIA S/A  
 02 JUL. 2018  
 PROTOCOLO  
 AG. JOÃO...

Responsável

Scanned by CamScanner







# PRONTO SOCORRO DE FRATURAS DE GUARABIRA

Av. Rui Barbosa, 240 - Centro - Fone (83) 3271-1156 - Guarabira - Paraíba

## FOLHA DE ANESTESIA

NOME		DATA	
ESTADO CIVIL	CAS. <input type="checkbox"/> VIU. <input type="checkbox"/> DESO. <input type="checkbox"/>	SEXO	MASC. <input type="checkbox"/> FEM. <input type="checkbox"/>
COR	BR. <input type="checkbox"/> PD. <input type="checkbox"/> PR. <input type="checkbox"/>	PROFISSÃO	IDADE
ENDEREÇO	BAIRRO		
HOSPITAL	CATEGORIA		
C.P.	C.P.	INSC.	MATRÍCULA
DIAGNOSTICO			
OPERAÇÃO REALIZADA			
CIRURGIÃO		AUXILIAR	
HORA		PRESSÃO ARTERIAL	
A		PESO	PULSO
G		TEMPERATURA	RESPIRAÇÃO
E		ESTADO GERAL	
N		B. <input type="checkbox"/> R. <input type="checkbox"/> M. <input type="checkbox"/> P. <input type="checkbox"/>	
T		RISCO CIRURGICO	
E		B. <input type="checkbox"/> R. <input type="checkbox"/> M. <input type="checkbox"/> P. <input type="checkbox"/>	
S		GRUPO SANGÜINEO	
CÓDIGO		EXAMES COMPLEMENTARES	
Anestesia X	220		
Operação g	200		
Intub. T	180		
Endotr.	160		
Pres. V	140		
Sístol			
pres. A	120		
Diástol			
Pulso	100		
Resp. RA	50		
Assist.	60		
Resp. RE	40		
Expon.			
Resp. contr.	20		
PREANESTÉSICO		HORA	
ANESTESIA			
GERAL <input type="checkbox"/> RAQUIDIANA <input type="checkbox"/> EPIDURAL <input type="checkbox"/> BLOQ. DE PLEXO <input type="checkbox"/> BLOQ. DE NERVOS <input type="checkbox"/> OUTRAS <input type="checkbox"/>			
TÉCNICA			
INÍCIO	1340	TERMINO	1540
DURAÇÃO		1h	
MATERIAL GASTO COM O ATO ANESTÉSICO			
1	36.500	7	
2	8.000	8	
3	27.200	9	
4		10	
5		11	
6		12	
OBSERVAÇÕES		COMPREV PREVIDÊNCIA S/A	
		02 JUL 2018	
		PROTOCOLO	
		AG. 3001-2018	
ASSINATURA		US+20% RS	

Scanned by CamScanner



Assinado eletronicamente por: SUELIO MOREIRA TORRES - 01/10/2020 11:09:54

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20100111095414000000033433060>

Número do documento: 20100111095414000000033433060

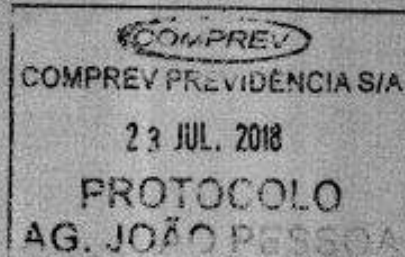
Num. 34979940 - Pág. 17

Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda.

Avenida Rui Barbosa Nº 240 – Centro – Guarabira-PB.


Fone: (083) 3271 1156

## DECLARAÇÃO



Declaramos para os devidos fins de direito, que revendo nos arquivos constatamos que o paciente, ALEX CARVALHO SANTOS, brasileiro, residente e domiciliado à rua Nossa Senhora das Graças Nº 46, centro, Araçagi-PB, foi atendido neste Hospital Pronto Socorro de Fraturas de Guarabira Ltda, CGC: 09.239.906/0001-38, vítima de acidente de motocicleta (informado pelo mesmo), compareceu no dia 04/03/2018, tendo como diagnóstico Fratura exposta do Rádio distal direito CID 10 S52.5, submetido a tratamento cirúrgico no dia 05/03/2018, com quadro clínico exame realizado raios x do punho direito e imobilização tipo tala gessada membro superior, colocado material de síntese 01 (uma) Placa T e 03 (três) Parafusos Corticais, 02 (dois) Fios Kirshned, com alta hospitalar no dia 06/03/2018, conforme consta na ficha Ambulatorial Nº 350.955/2018 e prontuário Nº 049/2018, em nossos arquivos.

Guarabira, 20 de Julho de 2018.

  
Suelio Moreira Torres  
CRM 7118 OPP 0112000441

Scanned by CamScanner





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
 MINISTÉRIO DAS CIDADES  
 DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO  
 CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME  
 ALEX CARVALHO SANTOS

DOC. IDENTIDADE / ORIG. EMISSÃO UF  
 469243495 SSP SP

CPF  
 377.875.848-90 DATA NASCIMENTO  
 22/11/1989

TRAJAÇÃO  
 CARLOS ANTONIO CARLOS  
 DOS SANTOS  
 VANEIDE CARVALHO  
 SANTOS

PERMISSÃO  
 ACC CALHA AB

Nº REGISTRO  
 04698120905 VALIDEZ  
 27/02/2019 1ª HABILITAÇÃO  
 15/07/2009

COMISSÃO

ASSINATURA DO PORTADOR

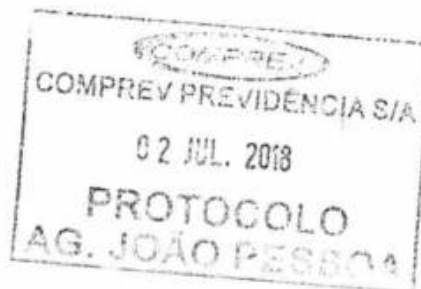
LOCAL  
 GUARABIRA, PB DATA EMISSÃO  
 14/03/2014

ASSINATURA DO EMISSOR  
 65121290724  
 PB028197410

DETRAN - PB (PARAIBA)

VÁLIDA EM TODOS  
 O TERRITÓRIO NACIONAL  
 894277167

PROIBIDO PLASTIFICAR  
 894277167





REGISTRO GERAL	3.
NOME	LUCIANO SAI
FILIAÇÃO	FRANCISCO I MARIA DO SO
NATURALIDADE	BARRA DE S
DOC ORIGEM	CERT. CAS. Nº
CPF	014.864.314-02
	João Pessoa - PB



**AUTORIZAÇÃO PARA TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE DE VEÍCULO ATPV**  
 AUTORIZO O DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO-DETRAN,  
 TRANSFERIR O REGISTRO DESTA VEÍCULO, PARA:

VALOR R\$ \_\_\_\_\_

NOME DO COMPRADOR: \_\_\_\_\_

RG: \_\_\_\_\_ CPF/CNPJ: \_\_\_\_\_

ENDEREÇO: \_\_\_\_\_

LOCAL E DATA: \_\_\_\_\_

**CARTÓRIO**  
**J. FIGUEROA**

ASSINATURA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR)

- a) O vendedor tem a obrigação legal de comunicar a venda do veículo ao DETRAN no prazo máximo de 30 dias, sob pena de ter que se responsabilizar solidariamente pelas penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação (lei Federal nº 9.503 - Art. 134 - Código de Trânsito Brasileiro - CTB).
- b) O adquirente terá prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data da aquisição para providenciar a transferência do veículo para o seu nome, sob pena de incorrer em infração de trânsito (Art. 233 do CTB).
- c) E obrigatório o reconhecimento de firmas do adquirente e do vendedor, exclusivamente na modalidade por AUTENTICIDADE.

DE ACORDO: \_\_\_\_\_ ASSINATURA DO COMPRADOR

RECONHECIMENTO DE FIRMA DO PROPRIETÁRIO (VENDEDOR) CONFORME ART. 369 C.P.C.

**J. FIGUEROA** SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL - CARTÓRIO DO ÚNICO OFÍCIO DE ARACAGI-PE  
 Rua Castelo Branco, 78 - Castelo Branco - CEP: 56270-000 - Fone: (83) 33274-1017 - E-mail: cartorio@aracagi-pe.jus.br  
 SYMONE DE LIMA FIGUEROA - Oficial Tabelão

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) Firms(s) de: **ALEX CARVALHO SANTOS**  
 Em test. da verdade. Aracagi-PE 05/04/2018 10:57:01  
 Josineiri Paiva Barbosa Franco - Substituta  
 [2018-000792] EMUL: R\$ 49,43 FAPEN: R\$ 0,28 FEPJ: R\$ 1,90  
 SELO DIGITAL: AG674263-JWZ4  
 Confira a autenticidade no <https://calendinita1.tnh.jus.br>

**REPÚBLICA**

**DETRAN**

VIA 1

ALEX  
 RUA  
 CENT  
 582

3778

FLAV

PLACA ANE/

NOVO

FAS/MOTO

HONDA

CAP/PC

2 E7

SEM RESE

DOCUMENT

U-Motor

ARACAGI

9969999

**COMPREV PREVIDENCIA S/A**  
**02 JUL 2018**  
**PROTOCOLO**  
**AG. JOAO PESSOA**



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

Número: 3180303152

Cidade: Araçagi

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: ALEX CARVALHO SANTOS

Data do acidente: 04/03/2018

Seguradora: ARUANA SEGUROS S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 25/07/2018

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Sim

Diagnóstico: FRATURA EXPOSTA DISTAL DO RÁDIO DIREITO.

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CIRÚRGICO E ALTA MÉDICA.

Sequelas permanentes:

Sequelas:

Conduta mantida:

Quantificação das sequelas:

Documentos complementares:

Observações: ENCAMINHO PARA PERÍCIA MÉDICA PARA MELHOR ESCLARECIMENTO DAS SEQUELAS DEFINITIVAS QUE TENHAM PERSISTIDO APÓS O TÉRMINO DO TRATAMENTO.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75





## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180303152 **Cidade:** Araçagi **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ALEX CARVALHO SANTOS **Data do acidente:** 04/03/2018 **Seguradora:** ARUANA SEGURADORA S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 17/08/2018

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Sim

**Diagnóstico:** FRATURA EXPOSTA DISTAL DO RÁDIO DIREITO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO E ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:**

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:**

**Documentos complementares:**

**Observações:** ENCAMINHO PARA PERÍCIA MÉDICA PARA MELHOR ESCLARECIMENTO DAS SEQUELAS DEFINITIVAS QUE TENHAM PERSISTIDO APÓS O TÉRMINO DO TRATAMENTO.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

### ESPECIALISTA

**Empresa:** Líder- Serviços AMD

**Grupo:** EQ1

**Nome:** TALITA FONSECA MEDEIROS DA SILVA

**CRM:** 5290873-8

**UF do CRM:** RJ

**Assinatura:**

*Talita Fonseca Medeiros*



## PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180303152 **Cidade:** Araçagi **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ALEX CARVALHO SANTOS **Data do acidente:** 04/03/2018 **Seguradora:** ARUANA SEGUROS S/A

### PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

**Data da análise:** 13/07/2018

**Valoração do IML:** 0

**Perícia médica:** Não

**Diagnóstico:** FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO.

**Resultados terapêuticos:** TRATAMENTO CIRÚRGICO (PLACAS E PARAFUSOS) E ALTA MÉDICA.

**Sequelas permanentes:**

**Sequelas:** Não definido

**Conduta mantida:**

**Quantificação das sequelas:**

**Documentos complementares:**

**Observações:** SOLICITO APRESENTAR EXAMES DE IMAGEM E RELATÓRIO MÉDICO ATUALIZADO COM DESCRIÇÃO DO DIAGNÓSTICO, TRATAMENTO REALIZADO E SEQUELAS PERMANENTES, CASO EXISTAM.

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180303152 **Cidade:** Araçagi **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ALEX CARVALHO SANTOS **Data do acidente:** 04/03/2018 **Seguradora:** ARUANA SEGURADORA S/A

### PARECER

**Diagnóstico:** FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO.

**Descrição do exame médico pericial:** DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO PUNHO DIREITO.

**Resultados terapêuticos:** FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO TRATADA CIRURGICAMENTE COM REDUÇÃO ABERTA E FIXAÇÃO INTERNA COM PLACA E PARAFUSOS E FISIOTERAPIA, SEM INTERCORRÊNCIAS, COM ALTA MÉDICA. CICATRIZ CIRÚRGICA NORMOTRÓFICA E NORMOCRÔMICA DE 06 CM NA FACE VENTRAL DO PUNHO DIREITO. LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO E ROTAÇÃO DO PUNHO DIREITO.

**Sequelas permanentes:** APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO PUNHO DIREITO.

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 22/08/2018

**Conduta mantida:**

**Observações:** REVISOR MANTEVE ENQUADRAMENTO E VALORAÇÃO DO MÉDICO EXAMINADOR. -

**Médico examinador:** JOAO FERNANDES DE SOUZA

**CRM do médico:** 2732 PB

**UF do CRM do médico:** PB

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

### PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

**Médico revisor:** DORES MENDES B C MENDES

**CRM do médico:** 52.25889-0

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**

*Dores Mendes*



## PARECER DE PERÍCIA MÉDICA



### DADOS DO SINISTRO

**Número:** 3180303152 **Cidade:** Araçagi **Natureza:** Invalidez Permanente  
**Vítima:** ALEX CARVALHO SANTOS **Data do acidente:** 04/03/2018 **Seguradora:** ARUANA SEGURADORA S/A

### PARECER

**Diagnóstico:** FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO.

**Descrição do exame médico pericial:** DÉFICIT FUNCIONAL LEVE DO PUNHO DIREITO.

**Resultados terapêuticos:** FRATURA DE RÁDIO DISTAL DIREITO TRATADA CIRURGICAMENTE COM REDUÇÃO ABERTA E FIXAÇÃO INTERNA COM PLACA E PARAFUSOS E FISIOTERAPIA, SEM INTERCORRÊNCIAS, COM ALTA MÉDICA. CICATRIZ CIRÚRGICA NORMOTRÓFICA E NORMOCRÔMICA DE 06 CM NA FACE VENTRAL DO PUNHO DIREITO. LIMITAÇÃO DA FLEXO EXTENSÃO E ROTAÇÃO DO PUNHO DIREITO.

**Sequelas permanentes:** APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO PUNHO DIREITO.

**Sequelas:** Com sequela

**Data da perícia:** 22/08/2018

**Conduta mantida:**

**Observações:** REVISOR MANTEVE ENQUADRAMENTO E VALORAÇÃO DO MÉDICO EXAMINADOR. -

**Médico examinador:** JOAO FERNANDES DE SOUZA

**CRM do médico:** 2732 PB

**UF do CRM do médico:** PB

### DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um dos punhos	25 %	Em grau leve - 25 %	6,25%	R\$ 843,75
Total			6,25 %	R\$ 843,75

### PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

**Médico revisor:** DORES MENDES B C MENDES

**CRM do médico:** 52.25889-0

**UF do CRM do médico:** RJ

**Assinatura do médico:**

*Dores Mendes*





## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE

Nome: Alex Carvalho Santos  
Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: Solteiro  
Profissão: comerciante  
Identidade: 468243495 CPF: 377.875.88-90  
Endereço: Av. das Quatro n. 35 B. Centro

### OUTORGADO

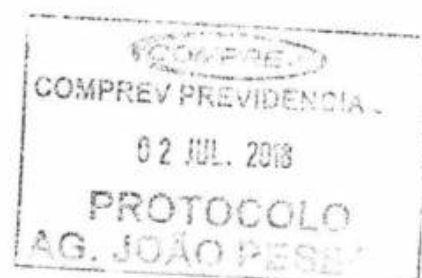
Nome: Raúlio Santos Oliveira  
Nacionalidade: Brasileira Estado Civil: casado  
Profissão: contabilista  
Identidade: 3307382 CPF: 034.864.334-02  
Endereço: Jaca Verde n. 669 B. Novo

Pelo Presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador o outorgado acima qualificado, a quem confio poderes especiais para representar-me perante a **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT** e suas respectivas consorciadas, afim de encaminhar o pedido de indenização referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT, concedendo ao outorgado poderes para assinar, enviar e/ou requerer quaisquer documentos necessários junto as seguradoras consorciadas, incluindo receber informações sobre perícia médica e solicitar reagendamento, podendo substabelecer e praticar, enfim, todos os atos de direito permitidos para o fiel e perfeito cumprimento deste mandato, afim de requerer a indenização do Seguro Obrigatório - DPVAT para a vítima Alex Carvalho Santos.

Local e data:

Guarabira, 25 de junho de 20 18

Assinatura do Outorgante



TOSCANO DE SALES - SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
MARDIRIA TOSCANO DE SALES - Titular  
Av. Duas Páguas nº 43 - Centro - Guarabira - PB CEP 56200-000 Fone (81) 3271-8802

Reconheço, como autêntica e verdadeira, a(s) Firma(s) de: ALEX CARVALHO SANTOS  
Em test. da verdade. Guarabira - PB 25/06/2018 16:02:47  
Mardiria Toscano de Sales - Titular  
[2018-04537]EMUL:R\$ 19,48 FAPEN:R\$ 0,28 FEPD:R\$ 1,96 FES:R\$ 0,47  
SELO DIGITAL: ARL51142-X057





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO - VARA MISTA DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo: 08012343420208150181

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, empresas seguradoras previamente qualificadas nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada, por seus advogados que esta subscreve, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALEX CARVALHO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo e Respectivo Cartório, vem mui respeitosamente, à presença de V. Ex.<sup>ª</sup>, em cumprimento ao referido despacho de fls., expor para ao final requerer o que se segue:

**DO LAUDO PERICIAL**

Trata-se de caso em que o Autor alega ser vítima de acidente automobilístico, resultando em invalidez permanente. Foram realizados os pagamentos administrativos nas quantias de **R\$ 843,75 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)**, referente ao pedido de Invalidez, e o valor de **R\$2.700,00 (dois mil e setecentos reais)**, referente ao pedido de reembolso de despesas médicas, conforme documentação em anexo.

Inicialmente, a parte ré informa que para realização de qualquer pagamento administrativo por Seguro DPVAT concernente à cobertura por invalidez permanente, as vítimas são submetidas à avaliação médica criteriosa com o escopo de ser apurado o *quantum* indenizatório devido em decorrência da lesão suportada pela vítima, nos termos da lei 6.194/74.

Frisa-se que aludido exame é realizado por profissional imparcial e tecnicamente competente, obedecendo os estritos limites da legislação aplicável.

Deste modo, a Ré procedeu com o pagamento da verba indenitária na monta de **R\$ 843,75 (OITOCENTOS E QUARENTA E TRÊS REAIS E SETENTA E CINCO CENTAVOS)**, valor este correspondente ao percentual da invalidez parcial e permanente apresentada pela parte Autora em sede administrativa referente ao pedido de invalidez.

Nesse sentido, foi nomeado perito por esse d. juízo, e posteriormente as partes intimadas a apresentaram quesitos, a fim de se verificar qual o grau da suposta Invalidez da parte autora.

Não é crível que com os avanços da medicina, os tratamentos realizados na parte autora serviram para agravar a doença e não oportunizaram uma melhora ou, no mínimo, a manutenção da lesão apurada na esfera administrativa.



É certo que o julgador não está adstrito à conclusão contida no laudo pericial, mas a simples leitura do mesmo demonstra que a r. Perito não buscou comprovar o suposto agravamento da lesão, somente limitando-se a responder os quesitos apresentados de maneira simplista e sem qualquer fundamentação.

Pelo exposto, a parte ré impugna o laudo pericial produzido, requerendo que seja afastada a conclusão pericial, devendo ser levado em consideração o conjunto fático-probatório dos autos, sobretudo os documentos médicos acostados na exordial, que demonstram a ausência de agravamento da lesão capaz de gerar complementação indenizatória, sendo os pedidos autorais julgados improcedentes.

Caso não seja esse o entendimento de Vossa Excelência, requer a produção de nova prova pericial, nos termos dos art. 480 do CPC.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento,

GUARABIRA, 25 de setembro de 2020.

**JOÃO BARBOSA**  
**OAB/PB 4246-A**

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
**15477 - OAB/PB**



## CERTIDÃO

Certifico que **decorreu** o prazo legal sem manifestação da parte AUTORA acerca do laudo pericial.

GUARABIRA

28 de outubro de 2020

LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO





Vistos, etc.

Dispõe do CPC:

*"Art. 480. O juiz determinará, de ofício ou a requerimento da parte, a realização de nova perícia quando a matéria não estiver suficientemente esclarecida.*

*§ 1º A segunda perícia tem por objeto os mesmos fatos sobre os quais recaiu a primeira e destina-se a corrigir eventual omissão ou inexatidão dos resultados a que esta conduziu.*

*§ 2º A segunda perícia rege-se pelas disposições estabelecidas para a primeira.*

*§ 3º A segunda perícia não substitui a primeira, cabendo ao juiz apreciar o valor de uma e de outra."*

No caso em apreço, entendo que o laudo pericial ID n. 34322959 preencheu os requisitos legais e atendeu a finalidade da presente demanda, inexistindo omissão ou inexatidão a serem corrigidas.

Sendo assim, indefiro o pedido de produção de nova prova pericial.

Intime-se a parte promovida. Decorrido o prazo para agravo, venham os autos conclusos para sentença.

Cumpra-se.

Guarabira/PB, datado e assinado eletronicamente.

ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO

JUIZ DE DIREITO



Segue sentença.





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO ESTADUAL**  
**4.ª VARA DA COMARCA DE GUARABIRA**

**S E N T E N Ç A**

**Proc. n.** 0801234-34.2020.8.15.0181

**Promovente:** Alex Carvalho Santos

**Promovido(a):** Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A

**COBRANÇA. DPVAT. ACIDENTE DE TRÂNSITO. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL INCOMPLETA. COMPROVAÇÃO. PROCEDÊNCIA, EM PARTE, DA PRETENSÃO DO AUTOR.**

**Vistos, etc.**

Trata-se de **Ação de Cobrança** ajuizada por **Alex Carvalho Santos**, já qualificado nos autos, contra a **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**, também identificada no encarte processual, aduzindo, em síntese, que sofreu acidente de trânsito, o qual lhe causou invalidez permanente; ao final, requer a condenação da promovida ao pagamento de indenização no valor de R\$ 14.300,00 (quatorze mil e trezentos reais).

Juntou documentos.

A demandada apresentou contestação, ocasião em que pugnou pela improcedência da pretensão do autor.

As partes requereram a realização de perícia.

Depois de realizada perícia médica, apenas a parte autora se pronunciou acerca do laudo pericial.

No ID n. 36046070, restou indeferido o pedido de produção de nova prova pericial.

**É o que importa relatar. Decido.**

O presente feito comporta julgamento antecipado (NCPC, art. 355, I), pois as provas acostadas aos autos já são suficientes para o julgamento da causa, sendo desnecessária, portanto, maior dilação probatória.

No mais, não tem pertinência a alegação da promovida quanto à ausência de cobertura em face do atraso do pagamento do seguro DPVAT, pois, de acordo com a Súmula 257/STJ: "*a falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de danos pessoais causados*



por veículos automotores de vias terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

Infere-se do encarte processual que a promovente, devido a acidente de trânsito, sofreu invalidez permanente parcial incompleta com prejuízos funcionais de repercussão **média**, devido à lesão no **punho direito**, conforme comprova o laudo ID n. 34322959.

Nesse contexto, a autora tem direito à indenização oriunda do seguro DPVAT, no percentual discriminado na tabela abaixo (cf. Tabela Anexa à Lei n. 6.194/74), calculado sobre o valor máximo previsto em referida norma, combinado, ainda, com a redução proporcional à sua perda de mobilidade **média**, conforme prescreve o art. 3.º, § 1.º, II da Lei n. 6.194/74.

LESÃO	PERCENTUAL SOBRE O VALOR MÁXIMO INDENIZÁVEL (R\$ 13.500,00) (cf. Tabela Anexa à Lei n. 6.194/74)	VALOR INDENIZÁVEL (em relação à perda anatômica/funcional)	REDUÇÃO PROPORCIONAL EM RAZÃO DA REPERCUSSÃO (Lei n. 6.194/74, art. 3.º, § 1.º, II)	VALOR CALCULADO APÓS A REDUÇÃO PROPORCIONAL
Ombro direito	25%	R\$ 3.375,00	50% / Média	R\$ 1.687,50
<b>TOTAL</b>				<b>R\$ 1.687,50</b>

De outro lado, de acordo com a exordial, o promovente já recebeu, na via administrativa, a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos) no que se refere à indenização decorrente de sua lesão, sem contar com o ressarcimento com despesas médicas.

Assim sendo, descontado o quantum recebido administrativamente, o autor faz *jus* à indenização no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos).

Por fim, entendo que o autor não tem direito à complementação dos valores gastos a título de despesas médicas, uma vez que já recebeu administrativamente a quantia de R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), valor máximo reembolsável autorizado pelo art. 3º, III, da Lei n. 6.194/74.

**Por todo o exposto, julgo procedente, em parte, o pedido requerido na inicial** e, em consequência, condeno a promovida a pagar à autora a quantia de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos), com juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação (Súmula n. 426/STJ), e correção monetária pelo IPCA-E, a contar da data do sinistro (Lei n. 6.194/74, art. 5.º, § 1.º).

No caso em apreço, houve sucumbência recíproca. Portanto, cada parte arcará com os honorários advocatícios da parte adversa, os quais arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação (art. 85, §14 c/c art. 98 §2º, ambos do NCPC).

No mais, fica rateada entre as partes a obrigação de pagar as custas, na proporção de metade para cada litigante (art. 86, *caput*, do NCPC).

Por fim, deve-se observar, em relação ao promovente, a suspensão da exigibilidade do pagamento de honorários sucumbenciais e das despesas processuais, por este ser beneficiário da justiça gratuita (NCPC, art. 98, § 3º).

Publicada e registrada eletronicamente. Intimem-se.



Havendo recurso, intime-se a parte recorrida para apresentar suas contrarrazões; Caso seja interposta apelação adesiva, intime-se o recorrente para se pronunciar em quinze dias (§ 2º, art. 1.010 CPC/2015); Após, com ou sem resposta, subam os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça.

Após o trânsito em julgado e mantida a sentença, intime-se a parte autora para requerer a execução do julgado no prazo de 10 (dez) dias. Em caso de inércia, archive-se.

Cumpra-se.

Guarabira/PB, datado e assinado eletronicamente.

ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO

JUIZ DE DIREITO





EM ANEXO



Dados básicos informados para cálculo	
Descrição do cálculo	RETROAGIMOS OS CALCULOS EM 1 MES
Valor Nominal	R\$ 843,75
Indexador e metodologia de cálculo	IPCA-E (IBGE) - Calculado pelo critério mês cheio.
Período da correção	Fevereiro/2018 a Dezembro/2020
Taxa de juros (%)	1 % a.m. simples
Período dos juros	22/4/2020 a 13/1/2021
Honorários (%)	10 %

Dados calculados		
Fator de correção do período	1034 dias	1,108750
Percentual correspondente	1034 dias	10,875035 %
Valor corrigido para 1/12/2020	(=)	R\$ 935,51
Juros(266 dias-9,00000%)	(+)	R\$ 84,20
Sub Total	(=)	R\$ 1.019,71
Honorários (10%)	(+)	R\$ 101,97
<b>Valor total</b>	<b>(=)</b>	<b>R\$ 1.121,68</b>





N° DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF / DV)	N° DA CONTA JUDICIAL
0		14/01/2021	200	1000114733927
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO	TRIBUNAL	TIPO DE JUSTIÇA
13/01/2021	2717184	08012343420208150181	TRIBUNAL DE JUSTICA	
COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
GUARABIRA	4 VARA CIVEL/CRIMIN.	RÉU	1121,68	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ALEX CARVALHO SANTOS		Física	37787584890	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
84AC46EB44755180				
CÓDIGO DE BARRAS				





EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1 VARA MISTA DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo: 08012343420208150181

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALEX CARVALHO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada do Comprovante de Pagamento da liquidação.**

Assim, pugna a ré pela intimação da parte autora nos termos do art. 526, §1º, NCPC, havendo extinção com a concordância expressa ou em sendo ultrapassado o prazo de 05 dias sem manifestação, deverá ser extinta a execução nos termos do art. 526, §3º c/c 924, II, NCPC.

Por fim, que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

GUARABIRA, 15 de janeiro de 2021.

**João Barbosa**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB

~





**ESTADO DA PARAÍBA**  
**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA**  
**4ª Vara Mista de Guarabira**

---

PROCESSO Nº 0801234-34.2020.8.15.0181

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Seguro]

AUTOR: ALEX CARVALHO SANTOS  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s) em anexo.

4ª Vara Mista de Guarabira-Pb, 25 de janeiro de 2021.

**KAMILA BATISTA DA ROCHA ARAÚJO**

Técnico Judiciário







GUARABIRA ( PB ), 14 de Janeiro de 2021 .

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a)

Informamos a V.Exa. que se encontra depositado valor neste Banco, à disposição desse Juízo, na conta judicial abaixo discriminada:

Processo n.º:	<b>08012343420208150181</b>
Reu:	<b>SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO</b>
CPF/CNPJ:	<b>09.248.608/0001-04</b>
Autor:	<b>ALEX CARVALHO SANTOS</b>
CPF/CNPJ:	<b>377.875.848-90</b>
Valor original:	<b>R\$ 1.121,68</b>
Agência depositária:	<b>200 - 3 GUARABIRA</b>
N.º da conta judicial:	<b>1000114733927</b>
N.º da parcela:	<b>1</b>
Data do depósito:	<b>13.01.2021</b>
Depositante:	<b>SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO</b>

Respeitosamente,

  
José NICODEMOS de O. Alves  
Gerente de Serviços em UN  
Mat. 5.126.581-X

**Banco do Brasil S.A.**  
GUARABIRA  
R. QUINZE DE NOVEMBRO, 73  
GUARABIRA - PB .

ESTADO DA PARAIBA  
COMARCA DE GUARABIRA  
CARTÓRIO 4ª VARA  
RECEBI O PRESENTE.  
GUARABIRA, 15/01/2021.  
ANALISTA TÉCNICO

Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito  
**4 VARA CÍVEL/CRIMIN.**  
**GUARABIRA - PB .**



## CERTIDÃO

Nos termos do artigo 312 do Código de Normas Judicial da Corregedoria Geral de Justiça do Estado da Paraíba, procedo a intimação da parte adversa para se manifestar sobre a documentação juntada no prazo de quinze dias, visto que não há pedido urgente.

Guarabira, data e assinatura eletrônicas.

**"Art. 312.** Ressalvada a hipótese de pedido urgente, sempre que uma parte juntar documentos novos, o servidor intimará a parte contrária para se manifestar a respeito, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º, CPC)."



Petição em anexo



**EXCELENTÍSSIMO (A) SR. (A) DR. (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE GUARABIRA-PB**

Processo nº: **0801234-34.2020.8.15.0181**

Promovente: **ALEX CARVALHO SANTOS**

Promovido: **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

O Sr. **ALEX CARVALHO SANTOS**, já devidamente qualificado e identificado nos autos do processo de número em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, informar e requerer o quanto segue.

Partindo-se da análise dos presentes autos, verifica-se que após a prolação da r. sentença por este douto juízo (Id sob nº 37602932), tem-se que a parte PROMOVIDA juntou, aos presentes autos, comprovante de pagamento da referida condenação, conforme faz prova o Id nº 38557034, destes autos.

Sendo assim, conforme faz prova o próprio comprovante de pagamento juntado pelo PROMOVIDO (Id nº 38557034), tem-se que houve a comprovação do pagamento no valor de R\$ 1.019,71 (um mil dezenove reais e setenta e um centavos) referentes a indenização pertencente ao PROMOVENTE, além do valor de R\$ 101,97 (cento e um reais e noventa e sete centavos), referentes aos honorários advocatícios sucumbenciais, pertencentes ao patrono do autor, conforme faz prova o *print* a atualização feita pelo próprio PROMOVIDO:

Dados calculados		
Fator de correção do período	1034 dias	1,108750
Percentual correspondente	1034 dias	10,875035 %
Valor corrigido para 1/12/2020	(=)	R\$ 935,51
Juros(266 dias-9,00000%)	(+)	R\$ 84,20
Sub Total	(=)	R\$ 1.019,71
Honorários (10%)	(+)	R\$ 101,97
<b>Valor total</b>	<b>(=)</b>	<b>R\$ 1.121,68</b>

Ademais, cumpre salientar que o PROMOVENTE firmou junto com seu patrono, contrato de honorários, no sentido de ser adimplido o percentual de 30% (trinta por

Rua Epitácio Pessoa, 19, Sala 01, Centro, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone  
(83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn\_santos@hotmail.com



cento) dos valores a serem percebidos pelo PROMOVENTE, conforme faz prova a cópia do contrato de honorários advocatícios em anexo.

Sendo assim, **REQUER-SE que o valor R\$ 713,79 (setecentos e trezes reais e setenta e nove centavos)** sejam liberador em favor do PROMOVENTE, na respectiva conta bancária, cujos dados seguem abaixo transcritos:

Titular: **ALEX CARVALHO SANTOS**  
CPF: 377.875.848-90  
Banco: Santander  
Conta: Corrente  
Agência: 2301  
Número: 01008355-8

Ato contínuo, **REQUER-SE que o valor de R\$ 305,91 (trezentos e cinco reais e noventa e um centavos) referentes ao percentual de 30% dos honorários advocatícios contratuais sejam liberados em favor do respectivo patrono,** cujos dados bancários seguem abaixo transcritos:

Titular: **RAILSON SANTOS DA SILVA**  
CPF: 094.162.764-05  
Banco: Banco do Brasil  
Conta: Corrente  
Agência: 200-3  
Número: 43351-9

Por fim, no que tange ao valor de **R\$ 101,97 (cento e um reais e noventa e sete centavos) referentes aos honorários advocatícios sucumbenciais (10%), arbitradas por este douto juízo, requer-se que sejam liberado em favor do Bel. Railson Santos da Silva,** cujos dados bancários seguem abaixo transcrito.

Titular: **RAILSON SANTOS DA SILVA**  
CPF: 094.162.764-05  
Banco: Banco do Brasil  
Conta: Corrente  
Agência: 200-3  
Número: 43351-9

Realizado a liberação de tais valores, requer-se o arquivamento da presente demanda, observando as cautelas de estilo.

Nestes Termos, pede e  
Espera **DEFERIMENTO.**

Guarabira, 27 de janeiro de 2021.







**Railson Santos**  
Advocacia

---

Railson Santos da Silva  
OAB/PB nº 22.640

---

Rua Eptácio Pessoa, 19, Sala 01, Centro, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone  
(83) 3271-8253, (83) 98729-8546; e-mail: railsonn\_santos@hotmail.com



## **CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS**

Nome: O Sr. **ALEX CARVALHO SANTOS**, brasileiro, solteiro, comerciante, inscrito no R.G. sob o nº 468243495 (SSP-SP) e no C.P.F./M.F. sob o nº 377.875.848-90, residente e domiciliado na Rua Nossa Senhora das Graças, nº 35, Bairro Bela Vista, na cidade de Araçagi-PB, CEP nº 58.270-000, neste ato denominado CONSTITUINTE, contrata o Sr. **RAILSON SANTOS DA SILVA**, brasileiro, casado, advogado inscrito na OAB/PB sob nº 22.640, portador no CPF sob nº 094.162.764-05, ambos com endereço profissional localizado na Rua Eptácio Pessoa, 19, sala 01, Ed. Ana Teotônio, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, tendo justo e contratado o seguinte.

### **CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

Ajuizar o processo judicial de indenização do Seguro DPVAT.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO** – O acompanhamento da demanda judicial, ajuizada, envolvendo a matéria especificada no *caput* desta cláusula, entender-se-á por todas as instâncias cabíveis.

**PARÁGRAFO SEGUNDO** – O advogado contratado obriga-se, por si e por seus prepostos, face ao mandato judicial que lhe é outorgado, a prestar os serviços profissionais na defesa dos direitos do contratante, com zelo, e presteza, na mencionada ação.

### **CLÁUSULA SEGUNDA – HONORÁRIOS**

Obriga-se o constituinte, a pagar ao advogado, ora CONSTITUÍDO, como remuneração pelos serviços prestados, honorários correspondentes a 30% (trinta por cento) do valor a ser percebido pelo CONTRATANTE no processo constante na Cláusula Primeira.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – CUSTAS E DESPESAS**

As despesas necessárias ao ajuizamento e desenrolar do processo, serão de responsabilidade do constituinte, caso indeferidos os benefícios da gratuidade judiciária.

**3.1** O CONSTITUINTE pagará, ainda, a importância que for cobrada por profissional especializado para a elaboração de cálculo complexo e verificação do cálculo, quando da liquidação do processo, caso indeferidos os benefícios da gratuidade judiciária.

**3.2** É do meu prévio conhecimento e concordância que, havendo necessidade de prova pericial, e no caso de perda da perícia com a consequente condenação no pagamento de honorários do perito judicial, este ônus será de minha inteira responsabilidade, mesmo sendo a entidade condenada subsidiária ou solidariamente, podendo tais honorários serem deduzidos do meu crédito, bem como o pagamento de custas processuais, caso não seja isentado pela Justiça.

### **CLÁUSULA QUARTA – TRANSAÇÃO**

Rua Eptácio Pessoa, 19, Sala 01 Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; email: railsonn\_santos@hotmail.com



Em caso de composição amigável, ou transação judicial, o constituinte pagará ao advogado, os honorários conforme cláusula segunda.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DESISTÊNCIA**

Em caso de desistência da suscitada ação, ou cassação da procuração, o CONSTITUINTE pagará ao advogado, os honorários sobre o valor da transação ou condenação, conforme cláusula segunda.

#### **CLÁUSULA SEXTA – HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA**

Os honorários de sucumbência – condenação da parte contrária – pertencem ao advogado, independente dos honorários contratados.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA – ESCLARECIMENTO**

O CONSTITUINTE foi devidamente informada de que pode, sem contratação de advogado e pagamento de taxas, mover o processo em questão no Juizado Especial Cível.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOCUMENTOS**

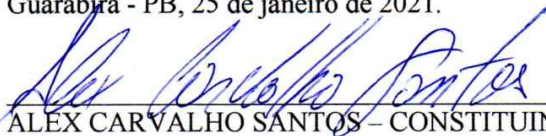
O CONSTITUINTE fornecerá os documentos e meios necessários à comprovação processual do pretendido direito, **arcará com diligências, laudo pericial, caso sucumbente e parecer de assistente técnico.**

#### **CLÁUSULA NONA – FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Guarabira-PB, para eventual dirimência ou litígio, em detrimento de qualquer outro, por mais especial que seja.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente em duas vias de igual forma e teor, na presença de duas testemunhas que também o subscrevem.

Guarabira - PB, 25 de janeiro de 2021.



ALEX CARVALHO SANTOS – CONSTITUINTE

RAILSON SANTOS DA SILVA – OAB/PB sob nº: 22.640

Testemunha – Nome Legível

Testemunha – Nome Legível

Rua Eptácio Pessoa, 19, Sala 01 Ed. Ana Teotônio, Centro, na cidade de Guarabira-PB, CEP nº 58.200-000, Fone (83) 3271-8253, (83) 98729-8546; email: railsonn\_santos@hotmail.com



Vistos, etc.

Certifique acerca do trânsito em julgado da sentença.

Expeçam-se alvarás na forma requerida no ID n. 38791841, inclusive com o destaque dos honorários contratuais.

Efetue o cálculo das custas processuais. Em seguida, intime-se o demandado para o pagamento das custas no prazo de 15 (quinze) dias.

Efetuada o pagamento das custas processuais, arquivem-se os autos.

Cumpra-se.

Guarabira/PB, datado e assinado eletronicamente.

ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO

JUIZ DE DIREITO



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

**COMARCA DE GUARABIRA**

**Juízo do(a) 4ª Vara Mista de Guarabira**

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

**CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO**

**Nº do Processo: 0801234-34.2020.8.15.0181**

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [Seguro]

AUTOR: ALEX CARVALHO SANTOS

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico e dou fé que, efetuada a intimação das partes e decorridos os prazos sem a interposição de recursos, conforme indicado pelo sistema na seção de expedientes do processo, verifica-se o trânsito em julgado da sentença contida nos autos, na data de 01/02/2021, a qual foi devidamente publicada e registrada eletronicamente.











GUARABIRA-PB, 15 de fevereiro de 2021



LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO  
Chefe de Cartório





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE GUARABIRA**

**Juízo do(a) 4ª Vara Mista de Guarabira**

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejuiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

**ALVARA JUDICIAL Nº 059 /2021  
PROCESSO Nº 0801234-34.2020.8.15.0181**

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO, Juiz(a) de Direito do 4ª Vara Mista de Guarabira, no uso de suas atribuições legais, conforme despacho/sentença de Id 38816307 , proferido nos autos do processo acima referenciado, AUTORIZA o BANCO DO BRASIL, pelo presente alvará, a PAGAR ao(à) Sr(a). ALEX CARVALHO SANTOS - CPF: 377.875.848-90 , a quantia de **R\$ \$ 713,79** (setecentos e treze reais e setenta e nove centavos), acrescida de juros e correção monetária, que se encontra depositada nessa instituição financeira, na conta judicial 1000114733927, mediante **crédito na conta bancária** a seguir identificada:

**Banco Santander**

**Conta: Corrente**

**Agência: 2301**

**Número: 01008355-8**

Deve a aludida instituição financeira proceder em conformidade com a legislação em vigor, dispensada a apresentação de via impressa deste alvará com assinatura física do Juiz, devendo ser verificada a autenticidade desta ordem judicial através do sítio "<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>", bastando, para tanto, ser fornecido o código numérico que se encontra no rodapé deste documento (código de barras). O QUE CUMPRASE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado nesta cidade de GUARABIRA-PB, e emitido em 15 de fevereiro de 2021. O presente documento foi redigido pelo(a) servidor(a) LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO, Chefe de Cartório, e assinado eletronicamente pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito abaixo discriminado(a).

**ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO**

Juiz(a) de Direito

- 1- Havendo coincidência do número do processo, do CPF e do nome da parte beneficiária, eventual divergência em relação ao órgão jurisdicional (juizado) no campo "Órgão/Vara", deverá ser considerada mera irregularidade que não impedirá a liberação do alvará;
- 2- O presente alvará somente será válido se enviado através do e-mail institucional oficial da unidade judiciária, conforme relação disponibilizada ao Banco do Brasil, em observância aos termos do Ato da Presidência nº 38/2019.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA  
COMARCA DE GUARABIRA**

**Juízo do(a) 4ª Vara Mista de Guarabira**

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

Tel.: ( ) ; e-mail:

Telefone do Telejuiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.1.00

**ALVARA JUDICIAL Nº 060 /2021  
PROCESSO Nº 0801234-34.2020.8.15.0181**

O(A) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Doutor(a) ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO, Juiz(a) de Direito do 4ª Vara Mista de Guarabira, no uso de suas atribuições legais, conforme despacho/sentença de Id 38816307 , proferido nos autos do processo acima referenciado, AUTORIZA o BANCO DO BRASIL, pelo presente alvará, a PAGAR ao(à) Sr(a). [RAILSON SANTOS DA SILVA - OAB PB22640 - CPF: 094.162.764-05](#) , a quantia de **R\$ 407,89** (Quatrocentos e sete reais e oitenta e nove centavos), acrescida de juros e correção monetária, a título de pagamento de honorários sucumbenciais e contratuais, que se encontra depositada nessa instituição financeira, na conta judicial 1000114733927, mediante **crédito na conta bancária** a seguir identificada:

**Banco: Banco do Brasil**

**Conta: Corrente**

**Agência: 200-3**

**Número: 43351-9**

Deve a aludida instituição financeira proceder em conformidade com a legislação em vigor, dispensada a apresentação de via impressa deste alvará com assinatura física do Juiz, devendo ser verificada a autenticidade desta ordem judicial através do sítio "<https://pje.tjpb.jus.br/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>", bastando, para tanto, ser fornecido o código numérico que se encontra no rodapé deste documento (código de barras). O QUE CUMPRASE na forma e sob as penas da lei. Dado e passado nesta cidade de GUARABIRA-PB, e emitido em 15 de fevereiro de 2021. O presente documento foi redigido pelo(a) servidor(a) LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO, Chefe de Cartório, e assinado eletronicamente pelo(a) Excelentíssimo(a) Senhor(a) Juiz(a) de Direito abaixo discriminado(a).

**ALÍRIO MACIEL LIMA DE BRITO**  
Juiz(a) de Direito

- 1- Havendo coincidência do número do processo, do CPF e do nome da parte beneficiária, eventual divergência em relação ao órgão jurisdicional (juizado) no campo "Órgão/Vara", deverá ser considerada mera irregularidade que não impedirá a liberação do alvará;
- 2- O presente alvará somente será válido se enviado através do e-mail institucional oficial da unidade judiciária, conforme relação disponibilizada ao Banco do Brasil, em observância aos termos do Ato da Presidência nº 38/2019.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA**

**CERTIDÃO CONTADORIA**

Certifico que, nesta data, fiz juntada do(s) documento(s) em anexo.

16 de fevereiro de 2021

JEPSON MAGNO DE CARVALHO SILVA





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE GUARABIRA  
CONTADORIA JUDICIAL**

**PROCESSO Nº 0801234-34.2020.8.15.0181**

**CUSTAS PROCESSUAIS**

Detalhamento dos Valores			
Receita	Valor Total	Desconto	Valor Final
Custas Judiciais 1º Grau	R\$ 107,66 (2 UFR)	-	R\$ 107,66 (2 UFR)
Taxa Judiciária	R\$ 53,83 (1 UFR)	-	R\$ 53,83 (1 UFR)
Despesas com Mandados <a href="#">Q</a>	R\$ 0,05 (0,001 UFR)	-	R\$ 0,05 (0,001 UFR)
<b>Total</b>			<b>R\$ 161,54 (3,001 UFR)</b>

- Custas processuais com base no valor do depósito atualizado até a presente data (anexo);
- Despesas postais: R\$ 0,00 (0 AR x R\$ 12,00);
- Diligências: 0

**Guarabira, 16 de Fevereiro de 2021.**

**Pela Contadoria Judicial**

**Jepson Magno de Carvalho Silva  
Mat.. 478.339-5**



### ANEXO – atualização do valor do depósito

CRITÉRIO DE CORREÇÃO MONETÁRIA: Índices oficiais (ORTN, OTN, BTN e INPC)

TERMO FINAL (ATUALIZADO ATÉ): 16/02/2021

TAXA DE JUROS MORATÓRIOS: Sem juros

#### VALORES DEVIDOS

Termo inicial	Valor	Valor corrigido	Juros a partir de	Juros do período(%)	Juros do período(\$)	Total(\$)
13/01/2021	1.121,68	1.124,71	-	-	-	1.124,71
Débitos atualizados até 16/02/2021						R\$ 1.124,71







**ESTADO DA PARAÍBA  
PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA  
4ª Vara Mista de Guarabira**

---

PROCESSO Nº 0801234-34.2020.8.15.0181

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
[Seguro]

AUTOR: ALEX CARVALHO SANTOS  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO DE JUNTADA DE DOCUMENTO**

Certifico e dou fé que, nesta data, faço JUNTADA aos presentes autos do(s) documento(s)EMAIL em anexo.

4ª Vara Mista de Guarabira-Pb, 17 de fevereiro de 2021.

**LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO**

Chefe de Cartório



15/02/2021

Zimbra

**Zimbra**

**gua-vmis04@tjpb.jus.br**


---

**ALVARA #COVID 0801234-34.2020.815.0181**

---

**De :** 4ª VARA MISTA DE GUARABIRA <gua-vmis04@tjpb.jus.br>

Seg, 15 de fev de 2021 16:17

 2 anexos

**Assunto :** ALVARA #COVID 0801234-34.2020.815.0181

**Para :** Banco Brasil <age0200@bb.com.br>

Boa tarde,

Seguem alvarás ns. 59 e 60/2021, referente ao processo n. 0801234-34.2020.815.0181

Cordialmente,

Lidiane Carvalho  
Técnica Judiciária

OBS. FAVOR ACUSAR RECEBIMENTO

---

 **Alvará de Levantamento (16).pdf**  
23 KB



 **Alvará de Levantamento (15).pdf**  
23 KB


---



em anexo



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 018.3.21.00753/01
			<b>Data de emissão:</b> 01/03/2021
<b>Nº do Processo:</b> 0801234-34.2020.815.0181	<b>Comarca:</b> Guarabira	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2021
<b>Número da</b> 018.2021.600753 <b>Tipo da</b> Custas Finais			<b>UFR vigente:</b> R\$ 53,97
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 53,97 - Taxa Judiciária: R\$ 26,99 - Taxa bancária: R\$ 1,38			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente</b> ALEX CARVALHO SANTOS			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO			<b>Valor total:</b> R\$ 163,29
<b>Valor da causa:</b> R\$ 1.121,68			<b>Desconto total:</b> R\$ 80,96
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			
866300000001 823309283187 520210331010 832100753017 			<b>Valor final:</b> R\$ 82,33

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 018.3.21.00753/01
			<b>Data de emissão:</b> 01/03/2021
<b>Nº do Processo:</b> 0801234-34.2020.815.0181	<b>Comarca:</b> Guarabira	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2021
<b>Número da</b> 018.2021.600753 <b>Tipo de</b> Custas Finais			<b>UFR vigente:</b> R\$ 53,97
<b>Promovente</b> ALEX CARVALHO SANTOS			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Valor da causa:</b> R\$ 1.121,68			<b>Valor total:</b> R\$ 163,29
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 53,97 - Taxa Judiciária: R\$ 26,99 - Taxa bancária: R\$ 1,38			<b>Desconto total:</b> R\$ 80,96
			<b>Valor final:</b> R\$ 82,33

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 018.3.21.00753/01
			<b>Data de emissão:</b> 01/03/2021
<b>Nº do Processo:</b> 0801234-34.2020.815.0181	<b>Comarca:</b> Guarabira	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de vencimento:</b> 31/03/2021
<b>Número da</b> 018.2021.600753 <b>Tipo de</b> Custas Finais			<b>UFR vigente:</b> R\$ 53,97
<b>Detalhamento</b> - Custas Processuais: R\$ 53,97 - Taxa Judiciária: R\$ 26,99 - Taxa bancária: R\$ 1,38			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
<b>Promovente</b> ALEX CARVALHO SANTOS			<b>Parcela:</b> 1/1
<b>Promovido:</b> SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO			<b>Valor total:</b> R\$ 163,29
<b>Valor da causa:</b> R\$ 1.121,68			<b>Desconto total:</b> R\$ 80,96
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			
866300000001 823309283187 520210331010 832100753017 			<b>Valor final:</b>





## Guia - Ficha de Compensação

N° DA PARCELA			N° DA CONTA JUDICIAL	
			0	
DATA DO DEPÓSITO		AGÊNCIA (PREF / DV)		TIPO DE JUSTIÇA
09/03/2021		0		ESTADUAL
DATA DA GUIA	N° DA GUIA	N° DO PROCESSO		
09/03/2021	0182021600753	08012343420208150181		
UF/COMARCA	ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)	
PB	Vara Cível	RÉU	82,33	
NOME DO RÉU/IMPETRADO		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A		Jurídica	09248608000104	
NOME DO AUTOR / IMPETRANTE		TIPO DE PESSOA	CPF / CNPJ	
ALEX CARVALHO SANTOS		FÍSICA	37787584890	
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
8BA74905B5F35666				
CÓDIGO DE BARRAS				
86630000000 1 82330928318 7 52021033101 0 83210075301 7				







EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DO 1 VARA MISTA DA COMARCA DE GUARABIRA/PB

Processo n.º 08012343420208150181

**SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A**, previamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, neste ato, representada por seus advogados que esta subscrevem, nos autos da **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT**, que lhe promove **ALEX CARVALHO SANTOS**, em trâmite perante este Douto Juízo, vem respeitosamente, à presença de V. Exa., **requerer a juntada da inclusa guia de recolhimento de custas finais, bem como diante do cumprimento da obrigação e da satisfação do credor, requer a baixa do processo no cartório distribuidor e o subsequente arquivamento dos autos.**

Por oportuno, em caso de verificado saldo remanescente a ser recolhido, pugna-se pela intimação da demandada, em nome do seu causídico abaixo apontado.

Por derradeiro, requer, ainda a ré que seja observado exclusivamente o nome do advogado SUELIO MOREIRA TORRES, 15477/PB, para efeito de intimações futuras, sob pena de nulidade das mesmas.

Termos em que,

Pede Juntada.

GUARABIRA, 11 de março de 2021.

**João Barbosa**  
OAB/PB 4246-A

**SUELIO MOREIRA TORRES**  
15477 - OAB/PB

~





Poder Judiciário da Paraíba  
4ª Vara Mista de Guarabira

Rua Solon de Lucena, 55, s/n, Centro, GUARABIRA - PB - CEP: 58200-000

---

Número do Processo: 0801234-34.2020.8.15.0181  
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
Assunto: [ Seguro ]  
Polo ativo: AUTOR: ALEX CARVALHO SANTOS  
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### CERTIDÃO

Certifico e dou fé que foi efetuado pagamento das custas finais, em valor inferior aos cálculos efetuados.

GUARABIRA, 15 de março de 2021  
LIDIANE CRISTYNA GUILHERME DE CARVALHO

